

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Informação e Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Luciano Alves Pereira

**CIDADANIA COMO DIÁLOGO:  
As dimensões pública e comunitária da comunicação no Programa de  
Regularização Fundiária Plena do Jardim Curitiba em Goiânia.**

Goiânia  
2018



## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor:

LUCIANO ALVES PEREIRA

Título do trabalho

CIDADANIA COMO DIÁLOGO: AS DIMENSÕES PÚBLICAS E COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA DO JARDIM CURITIBA EM GOIÂNIA.

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
LUCIANO ALVES PEREIRA <sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
LUIZ ANTÔNIO SIGNATES FREITAS <sup>2</sup>

Data: 15 / JULHO / 2018.

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

<sup>2</sup>A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Informação e Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Luciano Alves Pereira

**CIDADANIA COMO DIÁLOGO:  
As dimensões pública e comunitária da comunicação no Programa de  
Regularização Fundiária Plena do Jardim Curitiba em Goiânia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Mídia.

Linha de pesquisa Mídia e Cidadania.

Orientador: Luiz Antônio Signates Freitas.

Goiânia  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

PEREIRA, LUCIANO ALVES  
CIDADANIA COMO DIÁLOGO: [manuscrito] : AS DIMENSÕES  
PÚBLICAS E COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO NO PROGRAMA DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA DO JARDIM CURITIBA EM  
GOIÂNIA. / LUCIANO ALVES PEREIRA. - 2018.  
281 f.

Orientador: Prof. LUIZ ANTÔNIO SIGNATES FREITAS.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós  
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2018.

1. comunicação pública; . 2. comunicação comunitária; . 3.  
comunicação governamental; . 4. cidadania;. I. SIGNATES FREITAS,  
LUIZ ANTÔNIO, orient. II. Título.

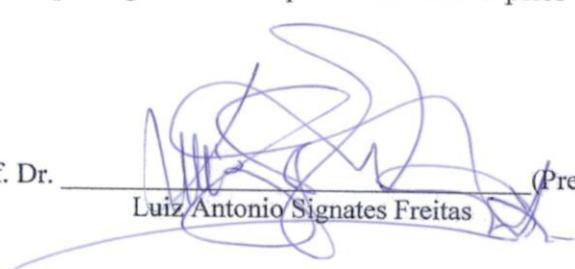
CDU 007

ATA 21/2018



**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, a partir das quatorze horas e trinta minutos, via *webconferência*, no Centro de Computação da UFG - CERCOMP realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de **LUCIANO ALVES PEREIRA**, intitulada "CIDADANIA COMO DIÁLOGO: AS DIMENSÕES PÚBLICA E COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA DO JARDIM CURITIBA EM GOIÂNIA". A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Luiz Antonio Signates Freitas (orientador/FIC/UFG), Tiago Mainieri de Oliveira (FIC/UFG) e Elizabeth Pazito Brandão (IESB). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi APROVADO. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr.  (Presidente)  
Luiz Antonio Signates Freitas

Prof. Dr.   
Tiago Mainieri de Oliveira

Profa. Dra.   
Elizabeth Pazito Brandão

Ao meu pai, Felipe Alves Pereira (*in memoriam*), cujo amor, caráter e dependência divina são capazes de guiar e corrigir os meus caminhos hoje e sempre.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, que permite que eu planeje meu caminho, mas guia meus passos.

A minha amada Pablyne, que há 21 anos permite que caminhe ao seu lado, e cujo amor me presenteou com meus filhos João Felipe e João Marcos. São por vocês que meu corpo respira e transpira.

À minha mãe Divina, que me inspira e é meu braço direito e esquerdo em todos os desafios que enfrentei. Minha sogra e sogro, Zé (Teley) e Cotinha (Clores), e minha tia-mãe Maria Clara sem o apoio de vocês, certamente não conseguiria.

A minha irmã Juliana e minhas sobrinhas Laisa e Ana Luiza, e meu cunhado Valdimar, que mesmo à distância torcem e me ajudam sempre. Isabella Cristina (Bebela) obrigado por sua ajuda em todos os momentos que precisei.

A Finha (Fabiana), minha irmã, revisora e amiga incondicional, que me ama e suporta com invejável tolerância. Você foi essencial pra mim. Sem me esquecer de você Victória, meu beijo e gratidão.

Meus colegas Milson Braga, Simone Tuzzo e Tiago Mainieri, que me deram a honra de serem também meus mestres nesta caminhada.

E por falar em mestre, minha querida amiga, professora e orientadora Francis Nogueira, obrigado pela atenção e indescritível cuidado que dispensou a mim e a este trabalho, serei eternamente grato. À professora Nélia Del Bianco, cujas aulas e orientações tornaram-se fontes de inspiração e certeza que posso sempre melhorar e aprender, e aprender a melhorar.

Em especial, a você minha amiga-irmã Adriane Nascimento, por fazer tudo o que se espera de uma grande amiga.

Ao amigo e orientador, Luiz Signates, cuja mente brilhante me instiga a pensar, pensar e pensar. Minha eterna gratidão pela paciência e compreensão em cada etapa.

À Fundação de Amparo a Pesquisa de Goiás – FAPEG, por viabilizar apoio financeiro a esta caminhada.

Aos amigos e profissionais de comunicação da Agência Goiana de Habitação, Cida Almeida, Cibele Medina e Jaidis Júnior, por me atenderem sempre tão prontamente e por fazerem do impossível um desafio diário.

A Universidade Federal de Goiás e todos os servidores e professores da Faculdade de Informação e Comunicação, tenho muito orgulho de todos vocês.

Aos atuais, futuros e ex-alunos. Vocês me motivam a melhorar sempre.

Tenho um sonho que algum dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado da sua crença. "Afirmamos que estas verdades são evidentes; que todos os homens foram criados iguais". Martin Luther King Jr.

**CIDADANIA COMO DIÁLOGO:  
As dimensões pública e comunitária da comunicação no Programa de  
Regularização Fundiária Plena do Jardim Curitiba em Goiânia.**

Luciano Alves Pereira

O presente estudo pretende desentranhar o caráter comunicacional na interação da comunicação comunitária utilizada no âmbito da comunicação governamental como campo para a compreensão de um modo de cidadania e como alternativa viável para um modelo de comunicação pública. O que permitirá compreender: qual é o conceito de comunicação próprio para esse tipo de política pública; como o uso da comunicação comunitária pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de comunicação governamental, constituindo-se como uma cidadania de direito de expressão e participação; de que forma a positivação das práticas de comunicação comunitárias por meio de normativas ou intervenções constitucionais favorece o exercício da democracia participativa e da liberdade de expressão; os desdobramentos característicos da cidadania que afloraram a partir do envolvimento de uma comunidade com a produção dos conteúdos midiáticos usados em uma política de governo. O estudo é acerca da Comunicação Comunitária no contexto da Comunicação Governamental como fator constitutivo de uma cidadania comunicativa. O caminho metodológico da pesquisa inicia-se com a pesquisa bibliográfica a fim de estabelecer uma concepção geral nas confluências das perspectivas da comunicação e da cidadania, a análise documental e a análise de conteúdo. Busca-se dar novos contornos e forma de compreender e explicar os processos de interação, sociabilidade e integralização da cidadania, demonstrando o papel de fundamentabilidade da comunicação na construção de sentidos na sociedade moderna e democrática, ativando a possibilidade de uma autonomia comunicacional da sociedade.

**Palavras-chave:** comunicação pública; comunicação comunitária; comunicação governamental; cidadania;

**CITIZENSHIP AS DIALOGUE:  
The public and community dimensions of communication in the full  
Regularization Program of the Jardim Curitiba in Goiânia.**

Luciano Alves Pereira

The present study intends to uncover the communicative character in the interaction of community communication used in the scope of government communication as a field for the understanding of a way of citizenship and as a viable alternative to a model of public communication. What will allow us to understand: what is the concept of communication proper to this type of public policy; how the use of community communication can contribute to the development of government communication policies, constituting itself as a citizenship of right of expression and participation; how positivization of community communication practices through normative or constitutional interventions favors the exercise of participatory democracy and freedom of expression; the characteristic developments of citizenship that emerged from the involvement of a community with the production of media content used in a government policy. The study is about Community Communication in the context of Government Communication as a constitutive factor of a communicative citizenship. The methodological path of research begins with the bibliographical research in order to establish a general conception in the confluences of the perspectives of communication and citizenship, the analysis documentary and content analysis. It seeks to provide new contours and a way of understanding and explaining the processes of interaction, sociability and citizenship, showing the role of communication fundamentals in the construction of meanings in modern and democratic society, activating the possibility of communicational autonomy of society.

**Keywords:** public communication; Community communication; government communication; citizenship;

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Marcas, bandeiras e manifestação do MCP
- Figura 2 - Categorias de análise
- Figura 3 - Localização do bairro Jardim Curitiba em Goiânia – GO
- Figura 4 - Edição 04. Jornal Casa Legal
- Figura 5 - Edição 03. Jornal Casa Legal
- Figura 6 – Cartilha Casa Legal
- Figura 7 - Manual do Morador
- Figura 8 - Cartilha
- Figura 9 - Mapa de identificação dos Espaços Públicos do Jardim Curitiba
- Figura 10 – Recorte do Jornal Casa Legal: Divulgação das Ações Educativas
- Figura 11 – Os benefícios da Regularização
- Figura 12 – Informação
- Figura 13 – Inauguração Casa Legal
- Figura 14 – Jornal Daqui
- Figura 15 – Programação de Cursos
- Figura 16 – Cartilha Larzinho
- Figura 17 – Aspas do Jornal Casa Legal. 2013.
- Figura 18 – Panfleto

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quadro resumo do objetivo da pesquisa

Tabela 2 - Comunicação comunitária como processo baseados em princípios públicos

Tabela 3 - Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)

Tabela 4 – A existência de uma Comunicação Comunitária

Tabela 5 – Ferramenta para análise da presença de indicadores de referências da Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos

Tabela 6 – Ferramenta para análise de qualificação do atendimento aos tipos de cidadania comunicacional

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – ICCLE: Liberdade de Expressão
- Gráfico 2 – ICCPA: Participação Ativa da População
- Gráfico 3 – ICCEC: Difusão de Conteúdo (Educação e Cultura)
- Gráfico 4 - ICCAC: Ampliação da Cidadania
- Gráfico 5 - ICPT: Garantia da Transparência
- Gráfico 6 - ICPA: Acesso às informações de Interesse Público
- Gráfico 7 - ICPI: Interação
- Gráfico 8 – Cidadania a partir do sentido da comunicação
- Gráfico 9 – Quantitativo de Matérias Regularização Jardim Curitiba
- Gráfico 10 – IICCCM: Matérias Regularização Jardim Curitiba
- Gráfico 11 - IICM: Cidadania como Meio
- Gráfico 12 - IICCDI: Cidadania do direito à Informação
- Gráfico 13 - IIDI: Direito à Informação
- Gráfico 14 - IICCLE: Liberdade de Expressão
- Gráfico 15 - IILE: Indicador da Cidadania
- Gráfico 16 - IICCLE: Cidadania como Expressão de Direitos
- Gráfico 17 - IIED: Direito de Expressão de Direitos
- Gráfico 18 - IICCED: Subcidadania Comunicacional
- Gráfico 19 - IISC: Indicador da Subcidadania Comunicacional

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CP - Comunicação Pública

CP - Comunicação Comunitária

MPE - Ministério Público Estadual

MS – Movimento Social

MCP – Movimento Camponês Popular

MST – Movimento Sem Terra

AD – Análise Documental

AC – Análise de Conteúdo

CAIXA – Caixa Economica Federal

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação

PGE - Procuradoria Geral do Estado

TJGO – Tribunal de Justiça de Goiás

MPU – Ministério Público da União

CIOPS - Centro Integrado de Operações de Segurança

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 - REFLETINDO SOBRE CIDADANIA E COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
2.1 - A cidadania no processo de participação e a participação no processo da cidadania .....	29
2.2 - O conceito de cidadania .....	31
2.3 - A Cidadania pelo olhar da Comunicação .....	34
2.4 - A Esfera pública .....	37
<b>3 - A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO PRINCÍPIO .....</b>	<b>40</b>
3.1 - A comunicação Pública: mais conceitos e aplicações .....	41
<b>4 - A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL: UM CAMINHO POSSÍVEL.....</b>	<b>46</b>
4.1 - A Comunicação como princípio dos Movimentos Sociais .....	48
4.2 - A Comunicação Comunitária nos Grupos e Movimentos Sociais no Brasil.....	54
4.3 - A mobilização como comunicação .....	58
4.4 - A participação como processo de comunicação .....	63
4.5 - A comunicação governamental e comunitária e a cidadania como objetivo .....	68
<b>5 - A ABORDAGEM METODOLÓGICA .....</b>	<b>73</b>
5.1 As técnicas de pesquisa aplicadas.....	76
5.1.1 A pesquisa bibliográfica .....	76
5.1.2 Análise Documental.....	77
5.1.3 Análise de Conteúdo .....	79
5.1.4 Categorias e marcadores de análise .....	81
5.2 - A Constituição e Organização da Comunicação na Agência Goiana de Habitação de Goiás .....	86
<b>6 - A PESQUISA NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>88</b>
6.1 - Análise dos Documentos (AD) relativos à comunicação do programa de regularização fundiária do Jardim Curitiba de Goiânia.....	88
6.2 - Análise dos Conteúdos (AC) relacionados ao programa de regularização fundiária da região noroeste de Goiânia.....	104

**7 - A CIDADANIA COMO COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: NOVAS  
POSSIBILIDADES, VELHOS DESAFIOS ..... 144****CONSIDERAÇÕES: POR UMA CIDADANIA SUSTENTADA PELA  
COMUNICAÇÃO ..... 151****REFERÊNCIAS ..... 153****APÊNDICES ..... 157**

Apêndice A – Documentos Analisados..... 157

Apêndice B – Análise de Conteúdo das peças de Comunicação Produzidas pela

Gerência de Comunicação da AGEHAB..... 172

Apêndice C – Análise de Conteúdo das notícias produzidas pela imprensa ..... 177

**ANEXOS ..... 181**

Anexo A - Títulos das Publicações Coletadas e Analisadas referentes à Análise

de Conteúdo da Dissertação ..... 181

## 1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo democrático se aperfeiçoou principalmente nas últimas três décadas e a comunicação pública surgiu neste cenário como possibilidade para o relacionamento humano por gerar no indivíduo uma capacidade dialógica, propositiva, participativa e cooperativa. O avanço dos debates em todo o Brasil sobre Comunicação Pública (CP), cujo conceito se fortalece, proporcionando uma ampliação de possibilidades de ação e, principalmente, apontando para o estudo de novas práticas inerentes a sociedades democráticas, com a associação dos conceitos de comunicação e de cidadania. Neste contexto, faz-se relevante o estudo acerca da Comunicação Comunitária no contexto da Comunicação Governamental como fator constitutivo de uma cidadania comunicativa.

A consciência que os órgãos de Governo e o Estado possuem a responsabilidade de construir canais e fluxos comunicacionais e informacionais que garantam o acesso a informações e aos serviços prestados a sociedade sempre foram pilares de nosso trabalho como profissional de comunicação, singularmente como relações públicas, nossa formação acadêmica. Mas, as experiências somadas ao longo dos anos ampliaram e consolidaram essa convicção, e proporcionaram diversos questionamentos sobre as possibilidades comunicacionais utilizadas e sobre aquelas que ainda deveriam ser reconhecidas e aplicadas para consolidar as responsabilidades do Estado e do Governo, sobretudo a partir de 2005, quando iniciamos nossa atuação à frente da gerência e departamento de comunicação e planejamento no estado de Goiás, que abrangeu a gerência de Comunicação e Eventos da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, posteriormente a chefia do departamento de comunicação da Companhia Goiana de Distritos Industriais – Goiasindustrial (atualmente Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO) e por fim a Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional - DICOOPTEC da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB.

A experiência como executivo da AGEHAB, de 2011 a 2014, que contava também com a liderança da gerência de comunicação organizacional e eventos, trouxe novos desafios. O histórico de relacionamento com os moradores dos bairros que eram contemplados pelas políticas habitacionais do governo do estado de Goiás, principalmente o programa de regularização fundiária, era extremamente ruim. Inclusive com episódios em eventos locais que registraram agressões físicas de

moradores ao antigo presidente da companhia e extrema resistência quanto a cooperação e participação que são necessárias nas diversas etapas de um processo de regularização fundiária. A compreensão das pessoas que moravam nos bairros não regularizados se constituía na visão de que o processo ao invés de garantir a posse definitiva e legal das residências aos moradores poderia significar a perda da propriedade do imóvel, muitas vezes adquiridas por meio da compra dos moradores primitivos dos bairros que ganharam os lotes do governo de Goiás, principalmente nas décadas de 1980 e 1990; o aumento de impostos e tarifas públicas ou o não cumprimento do processo de regularização fundiária, como já havia ocorrido em outras tentativas anteriores.

A comunidade, principalmente, dos bairros da região noroeste da capital de Goiás, Goiânia, ao mesmo tempo em que reivindicava a escritura definitiva de suas casas, apresentava grande resistência quanto ao envolvimento no processo e nas diversas etapas da regularização fundiária, que apresenta como obrigatórias e fundamentais, a apresentação e cópias dos documentos originais que comprovassem a posse dos imóveis; a permissão de que técnicos adentrassem em suas residências para medição de seus lotes, para que fosse feito o mapa urbanístico de cada bairro, a assinatura de documentos inerentes ao processo. Enfim, o processo dependia da confiança e participação direta dos moradores. A falta de informações a respeito do processo, do acesso e do entendimento quanto aos direitos dos moradores; a compreensão acerca dos benefícios gerados pela legalidade fundiária, aliada a desconfiança quanto ao uso político do processo; a ineficiência do Estado em executar e finalizar o processo de regularização fundiária e o relacionamento ruim entre Estado e sociedade eram apontados como os maiores fatores que impossibilitavam a execução desta obrigação governamental. Nossa compreensão era a de que a comunicação, informação e boa relação com os moradores dos bairros que deveriam ser regularizados seriam os fatores que permitiriam gerar as condições para que o processo de regularização fundiária pudesse ser realizado e a população atendida em seus direitos.

A equipe da gerência de comunicação organizacional que era ligada diretamente à Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional - DICOOPTEC. Ela era formada por profissionais do jornalismo, relações públicas, publicidade e designer, além de fotógrafos. Isso dava a possibilidade de uma atuação ampla de comunicação integrada, mas ao mesmo tempo, exigia do grupo, o entendimento que para se alcançar os objetivos propostos era preciso a utilização de novas práticas de

envolvimento e participação da sociedade com o Estado. Na ocasião do início dos trabalhos no ano de 2011, essa necessidade nos fez refletir sobre os apontamentos feitos pela professora Elizabeth Pazito Brandão, no capítulo Conceito de comunicação pública (2009, p. 1-33) do livro intitulado “Comunicação Pública” organizado por Jorge Duarte e lançado em 2009:

Pela característica de seus conteúdos e da grande parcela de público que pretende alcançar – a população de um país, de um Estado, de um município ou cidade -, a maioria dos instrumentos utilizados pela comunicação feita pelo Estado ou por um governo faz parte da chamada “grande mídia” – televisão, rádio, web, impressos – e método mais utilizado é a campanha publicitária. Só recentemente começa a ser reconhecida a necessidade de utilizar outros instrumentos próprios da comunicação comunitária e corporativa.

Além desses meios, as novas práticas de participação política que a sociedade tem encontrado para se fazer ouvir, somadas ao desenvolvimento acelerado da tecnologia e à maior possibilidade de sua utilização pela população, fazem surgir outros meios e formas de comunicação do Estado com seus cidadãos, com forte componente político participativo. (BRANDÃO, 2009, p. 05)

Nessa reflexão sobre a comunicação pública identificada com comunicação a do Estado e/ou Governamental, Brandão sugeria a necessidade de se explorar novas práticas de participação política por meio da comunicação, e apresentou como possibilidade o uso de instrumentos próprios da comunicação comunitária, mas ressaltou que se tratava de formas novas de manifestação sobre as quais, até aquele momento (2009), não era possível fazer uma análise mais criteriosa.

Sob o pensamento de Brandão, a equipe foi desafiada quanto à utilização das formas de comunicação comunitária no planejamento e na política de comunicação governamental que seria aplicada pela Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, o que em nosso entendimento poderia promover uma participação mais ativa da sociedade. Aos poucos esta forma de comunicação foi sendo compreendida como responsabilidade pública pelos assessores de comunicação da AGEHAB, que passaram a criar e implementar fluxos e meios comunicacionais horizontalizados com a sociedade, e que dependessem menos da utilização das mídias de massas tradicionais e hegemônicas, como os jornais diários impressos e televisivos goianos e estabelecer uma relação direta e dialógica com a própria comunidade nos bairros atendidos pelos programas habitacionais.

Inicialmente foram implantados jornais comunitários, cujas reuniões de pautas os próprios moradores participavam ativamente, dando sugestões de entrevistas, matérias e entrevistados; reuniões comunitárias para escutar as demandas, reclamações

quanto as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, audiências públicas, aproximação e interlocução com os diversos membros dos conselhos locais, como Conselhos Tutelares, Conselhos dos Líderes Religiosos, Conselhos de Segurança etc. Na medida em que se ia atendendo e finalizando o processo de regularização fundiária em determinados bairros, como o ocorreu no bairro São Domingos, primeiro da região noroeste de Goiânia, ocasião em que iam sendo providenciadas as escrituras até a posse definitiva delas no ano de 2012. Alguns beneficiados destes bairros, principalmente, os que exerciam alguma liderança comunitária, foram convidados a participarem ativamente das reuniões e das atividades nos bairros que tiveram o processo de regularização iniciados. Isso aumentava a credibilidade dos agentes públicos junto à comunidade, o envolvimento das pessoas com o processo e o compromisso dos funcionários públicos envolvidos neste trabalho e os moradores.

Essa experiência serviu como fundamento para o que viria depois, o programa de regularização fundiária no maior e um dos mais antigos bairros da região, o Jardim Curitiba, que devida a sua extensão territorial foi dividido em quatro etapas, Jardim Curitiba I, II, III e IV, e tinha segundo levantamento da época o total de 4.827 famílias, cerca de vinte e quatro mil pessoas. O programa de regularização desse bairro se diferenciava dos demais, por fazer parte de um programa do governo federal, na época liderado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, chamado Regularização Fundiária Plena, que levava esse nome, por objetivar, além da entrega de escrituras aos moradores, a construção de equipamentos sociais, como praças, centros de convivência, quadras de esportes que deveriam ser discutidos, debatidos e decididos por meio do diálogo com a população local, além da construção da rede de esgoto e de casas para abrigar famílias que viviam no bairro em condições de risco ou alta vulnerabilidade social.

O total de recursos liberados para esse programa era de R\$ 51.519.185,86. Para que esse recurso fosse aplicado, o governo federal exigia que fosse executado um Projeto de Trabalho Técnico Social, cujo objetivo era garantir a comunidade o acesso às informações e a participação ativa no programa. Até então no Brasil, esse trabalho só era desenvolvido por meio de profissionais formados em Serviço Social. Com a experiência já adquirida na execução do programa em outros bairros da capital goiana, por meio das ações implementadas pela equipe de comunicação da AGEHAB, iniciamos o processo de convencimento dos técnicos da Caixa Econômica Federal de Goiás, que eram responsáveis pela aprovação dos projetos, liberação e aplicação dos recursos do governo federal, que tínhamos um problema social grande no bairro Jardim

Curitiba, e basicamente era um problema de comunicação e de relacionamento da comunidade local como o governo e o Estado, sendo assim, era necessário que profissionais de comunicação assumissem o Trabalho Técnico Social previsto, por meio de um planejamento de comunicação social. Após três meses de conversações houve o entendimento entre a AGEHAB e a Caixa Econômica Federal - CAIXA e pela primeira vez no Brasil, foi liberado pela CAIXA a contratação de uma empresa especializada em Comunicação para execução junto à empresa estatal responsável pelo programa de regularização fundiária plena. Assim tínhamos um quadro técnico competente formado por profissionais de comunicação concursados, que já tinham experiência em trabalhos de comunicação integrada e utilização de ações próprias de comunicação comunitária e somados a estes uma empresa terceirizada de comunicação, contratada especificamente para execução do projeto de comunicação social aplicada ao trabalho técnico social do programa de regularização fundiária do Jardim Curitiba.

A observação e execução do projeto de comunicação desenvolvidos no programa e os questionamentos que se desdobraram posteriormente a ele, nos levaram ao desejo de desenvolver esta dissertação de mestrado.

As inquietações levantadas derivam do entendimento sobre o papel que as organizações estatais têm, ou pelo menos deveriam ter no que se refere a responsabilidade de informar, comunicar e criar espaços públicos propícios ao debate, entendimento, diálogo e interação com a sociedade, garantindo direitos e criação de um pertencimento e participação social efetiva. Diante desse olhar acerca da comunicação comunitária no contexto das políticas de comunicação pública, têm-se consciência que há uma multidimensionalidade conceitual que requeria possivelmente a orientação de outros autores. No entanto, optou-se, neste momento, por autores das ciências sociais e da comunicação. Contamos, ainda, com o suporte teórico de autores que tratam sobre os subcampos da comunicação: a comunicação pública, governamental e comunitária, que ajudaram a desvelar a relação acerca dos conceitos de cidadania, que foram investigadas de forma distinta em virtude do protagonismo de quem demanda o processo comunicativo, destacando a comunicação como direito fundamental à cidadania. Assim, conduziu-se a reflexão teórica que iluminou a reflexão empírica. Não sem razão, percebeu-se a insuficiência de nosso estudo sobre a comunicação comunitária no contexto das políticas públicas praticadas em uma empresa estatal, se limitado a somente uma abordagem teórica, em razão da pluralidade da temática e por se tratar de abordagem recente, no Brasil. Considerou-se, diante disto, que a pesquisa empírica

daria maior sustentabilidade aos argumentos teóricos ensejados a qual apresentaremos com detalhe no capítulo cinco.

A discussão teórica tornou possível confirmar que o objetivo central deste trabalho seria no sentido de compreender os processos de interação, de sociabilidade e de integralização da cidadania, demonstrando o papel de protagonismo da comunicação na construção de sentidos na sociedade contemporânea e democrática, verificando a possibilidade de uma autonomia comunicacional da sociedade.

A busca por autonomia comunicacional e o direito de liberdade ao acesso aos mais diversos meios midiáticos para se fazer ouvido, notado no sentido de tentar atingir interesses e necessidades comuns da comunidade ou de uma sociedade, é a própria condição de cidadania. Ampliar o acesso aos meios é uma atividade instrumental e evocatória da própria condição plena de cidadania.

Buscou-se Santaella (2001) para ajudar a levantar e elucidar as hipóteses da investigação, que segundo ela representam o segundo passo mais importante do processo de construção do projeto de pesquisa e está ligado diretamente ao problema da pesquisa, portanto, obrigatoriamente deve compor o projeto de pesquisa. Para a autora, a hipótese

É uma resposta antecipada, suposta, provável e provisória que o pesquisador lança e que funcionará como guia para os passos subsequentes do projeto e do percurso da pesquisa. (...) Não se trata, entretanto, de uma afirmação indubitável, mas apenas provável. Funciona como uma aposta do pesquisador de que a resposta a que o desenvolvimento da pesquisa levará será a mesma ou estará muito perto da resposta enunciada na hipótese. (...) Trata-se, pois, de uma suposição objetiva que se faz na tentativa de explicar o que se desconhece” (SANTAELLA, 2001, p. 176)

Por vezes os argumentos teóricos carecem de hipóteses explicitadas com comprovação empírica. Por isto, observamos as características apresentadas por Santaella (2001) que precisam ser observadas na formulação de uma hipótese. Ela precisa apresentar admissibilidade, consistência suficiente para não contradizer a teoria ou o conhecimento científico. Precisa indicar o que deve ser observado e ser verificável por meio de procedimentos científicos. Apresentar um texto claro, simples e parcimonioso, utilizando especificamente termos suficientes para a boa compreensão.

A partir da compreensão da necessidade de delimitar algumas hipóteses na investigação sobre como a comunicação comunitária utilizada pelo governo constituiu-se como campo para a compreensão de uma cidadania comunicacional e alternativa

viável para um modelo de comunicação pública. Usufruímos do entendimento de Santaella (2001) para a formularmos as três hipóteses que fundamentam este trabalho. Portanto a dissertação propõe a investigação das seguintes hipóteses:

**[h.1]** A comunicação desenvolvida e as técnicas midiáticas utilizadas caracterizam-se como formas de comunicação comunitária, das quais o cidadão pode utilizar para se fazer ouvir, como exercício de participação democrática e forma de participação das políticas de governo, características próprias de uma cidadania comunicacional.

A utilização das formas da comunicação comunitária nas políticas de comunicação governamental gera o empoderamento midiático da comunidade e colabora para a garantia do direito a participação, o diálogo e a intervenção nas decisões de questões públicas que envolvam diretamente a própria comunidade.

**[h. 2]** As pessoas envolvidas no processo de regularização fundiária plena da região noroeste de Goiânia compreenderam as ações desenvolvidas no projeto como um modo de comunicação inerente a própria condição de cidadania, constituindo um modelo de cidadania comunicacional e não um benefício (favor) dos governos executantes.

Essa forma de comunicação pode ser capaz de se colocar como opção a tendência propagandística e viciosa do governo de usar a comunicação com o objetivo de fazer autopromoção e manutenção do poder e promover na comunidade a capacidade de auto-organização de espaços e formas de participação das questões públicas. Busca-se apontar para a existência ou não de uma relação direta do uso da comunicação comunitária no contexto da comunicação governamental com a instituição de uma cidadania comunicacional.

**[h. 3]** Os processos de comunicação comunitária desenvolvidos no âmbito de movimentos sociais e comunidades, de caráter educativo, cultural e de natureza mobilizatória revelam-se efetivos como mecanismo da comunicação do Estado ou Governo, com as populações de baixa renda e como meio de garantir direitos em uma determinada comunidade.

Ao eleger as hipóteses teve-se mais clareza com relação a centralidade do objetivo geral da investigação. Focou-se a atenção na análise da comunicação comunitária utilizada na comunicação de um governo e seus desdobramentos em termos de contribuição para a formação de uma cidadania comunicacional. Para isto buscou-se

o Programa de Regularização Fundiária da região noroeste da Capital do Estado de Goiás, Goiânia, realizado no ano de 2013.

E ao focalizar o objetivo geral da pesquisa pode-se desdobrá-lo em outros quatro objetivos denominados de específicos, tais como: 1) Analisar por meio dos registros do período de 2013, como os moradores do Jardim Curitiba na cidade de Goiânia assimilaram as Ações Promovidas pelo Programa de Regularização Fundiária nas suas práticas cotidianas de luta por melhorias; 3) Discutir como o uso da comunicação comunitária pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de comunicação governamental, constituindo-se como um modelo de uma cidadania de direito de expressão e participação; 4) Examinar como a positividade das práticas de comunicação comunitárias por meio de normativas ou intervenções constitucionais favorece o exercício da democracia participativa e da liberdade de expressão, condições fundantes da cidadania.

Diante o exposto considerou-se, para melhor compreensão da investigação, estruturar a dissertação exposta no quadro a seguir.

Tabela 1 - Quadro resumo do objetivo da pesquisa

A pesquisa se propõe a	Analisar a abordagem da comunicação comunitária utilizada na comunicação governamental durante o desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária da região noroeste de Goiânia/Goiás (2013).
Para	Identificar como as pessoas envolvidas no processo de regularização fundiária plena da região noroeste de Goiânia compreenderam as ações desenvolvidas no projeto como um modo de comunicação inerente a própria condição de cidadania.
Com a finalidade de	Verificar como modelo de comunicação utilizado no contexto da comunicação governamental caracteriza-se como comunicação comunitária e se pode constituir-se como campo para a compreensão de uma cidadania comunicacional e alternativa viável para um modelo de comunicação pública.
O que permitirá	Compreender: <ul style="list-style-type: none"> <li>- qual é o conceito de comunicação próprio para esse tipo de política pública a partir das análises teóricas e/ou dos resultados das experiências pesquisadas.</li> <li>- como o uso da comunicação comunitária pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de comunicação governamental, constituindo-se como uma cidadania de direito de expressão e participação.</li> <li>- De que maneira a positividade das práticas de comunicação comunitárias por meio de normativas ou intervenções constitucionais favorece o exercício da democracia participativa e da liberdade de expressão, condições fundantes da cidadania.</li> <li>- Os desdobramentos característicos da cidadania que afloraram a partir do envolvimento de uma comunidade com a produção dos conteúdos midiáticos usados em uma política de governo.</li> </ul>

Fonte: O próprio autor.

Tendo em vista os motivos expostos, os objetivos traçados e as hipóteses levantadas centramos a pesquisa empírica no Plano de Comunicação do Programa de Regularização Fundiária Plena, aplicado na região noroeste de Goiânia no estado de Goiás, em 2013, que visou atingir 4.827 famílias por meio de ações de comunicação comunitária. Ao longo da dissertação se verá que este Programa surgiu em um contexto em que as organizações governamentais têm-se voltado, mesmo que ainda de forma acanhada, para propiciar acesso ao exercício da cidadania por meio dos canais de comunicação. Vale ressaltar que têm surgido formas cada vez mais sofisticadas de promoção das políticas públicas utilizando-se de estratégias voltadas para públicos específicos a exemplo os do Programa ora investigado.

A pesquisa empírica deu a chance de se perguntar como o Programa de Regularização Fundiária da região noroeste de Goiânia, ao utilizar a abordagem da comunicação comunitária no contexto das políticas e ações de comunicação governamental, contribuiu para a composição de uma cidadania.

Como já foi apontado o estudo foi fundamentado em aportes teóricos e análises que tem como finalidade de pesquisa trazer consideráveis e contribuições ao conhecimento e interação da área da comunicação e sociologia. Não sem razão o uso de conceito de comunicação que pode indicar um tipo de interação por meio desta abordagem, considerando os processos práticos e simbólicos, que ao ordenar trocas entre os seres humanos, possibilita ações daqueles que estão envolvidos em causas políticas, econômicas, sociais, educacionais etc. (BRAGA, 2011).

Para que tudo isto fizesse sentido optou-se por um referencial teórico distribuído em dois eixos distintos: 1) No primeiro procurou-se desenvolver conceitos de cidadania vistos pelo olhar da comunicação. Para tanto apoiou-se em base teórica com um elenco de autores das ciências sociais e da comunicação, tais como: Thomas H. Marshal, Adela Cortina, José Murilo de Carvalho, Jessé de Souza, John Thompson, Jürgen Habermas, Ângela de Moraes, Luiz Signates, José Luiz Braga. Estes autores emprestam suas lentes para perscrutar os conceitos acerca da cidadania e sua relação com os processos comunicativos, com o intuito de promover uma maior nitidez na compreensão do objeto teórico. 2) Já o segundo eixo teve como foco a comunicação comunitária que foi sustentado principalmente pelas obras de Cicília K. Peruzzo, Elizabeth Brandão, Ana Lúcia Novelli, Pierre Zémor, Mariângela Furlan Haswani entre outros. Estes autores possibilitaram relacionar a comunicação pública, a governamental com a comunicação comunitária. Além desses, as autoras Ângela Alonso, Maria da Glória Gohn e Nildo

Viana contribuíram para uma melhor compreensão sobre os Movimentos Sociais, a luta pela moradia no Brasil, experiências de Regulação Fundiária nas Cidades.

E, mediante, a necessidade da reflexão teórica embasada em observação empírica o caminho metodológico foi adotado no sentido de responder aos questionamentos propostos e, obviamente, de alguma forma checar os objetivos propostos para a dissertação. Começamos pela realização de pesquisa bibliográfica para o aprofundamento dos conceitos chaves e suas relações. Já na segunda etapa utilizou-se a Análise Documental (AD) dos modelos midiáticos utilizados no planejamento de comunicação comunitária do projeto de regularização plena, como os jornais comunitários, folders, cartilhas, cartazes e relatórios, etc. E para finalizar a triangulação de métodos, fez-se a Análise de Conteúdo dos materiais selecionados.

Os materiais coletados durante a pesquisa foram obtidos por meio de consultas digitais, recebidos por e-mail e pessoalmente após solicitação realizada por intermédio da gerente de comunicação organizacional Cibele Medina, da jornalista Maria Aparecida Almeida e o servidor administrativo Jaidis Júnior da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, além de obras pesquisadas no acervo pessoal, adquiridas ou consultadas na Biblioteca da Universidade Federal de Goiás.

Considerou-se, diante do explicitado, estruturar a dissertação em sete capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se os propósitos e a justificativa da pesquisa, a questão problema, os objetivos, os aportes teóricos e autores mais utilizados. Também, apresenta-se, de forma sucinta, o caminho metodológico percorrido.

O segundo capítulo foi destinado à reflexão sobre os conceitos de cidadania e da comunicação. Apresentou-se o processo histórico de construção do conceito de cidadania e da participação provida pela interação comunicacional, como elementos essenciais para a compreensão da cidadania na contemporaneidade e da evolução de sua concepção.

Tratamos da definição do conceito de Comunicação Pública (CP) no terceiro capítulo, onde também se apresenta o diálogo público como exercício político da sociedade civil. Aponta para uma visão de Comunicação Pública que se legitima nas relações das instituições do Estado com os cidadãos, que para existir necessita de atores e mecanismos que as viabilizem.

No quarto capítulo a literatura analisada deu luz a compreensão da comunicação pública, seus princípios e aplicações, como também ao histórico da comunicação nos movimentos sociais no Brasil e ao processo de mobilização como comunicação,

demonstrando que a forma de comunicação comunitária é o modo de existência dos movimentos sociais. Não se esqueceu, aqui, de assinalar a mobilização e a participação como processo de comunicação, entendimento já demonstrado por outros estudiosos. Discorre-se sobre a comunicação governamental e comunitária tendo a cidadania como objetivo, e concluímos o capítulo apresentando a proposta de uma cidadania comunicativa a partir do uso da comunicação comunitária em órgãos públicos como possibilidade para o relacionamento humano, por gerar no indivíduo uma capacidade dialógica, propositiva, participativa. Retomamos os conceitos descritos, considerando o que pode ser explicitado como comunitário na comunicação, os tipos de cidadania descritos a partir do sentido da comunicação e tenta-se relacionar as reflexões sobre os objetivos propostos e o problema de pesquisa apresentado. Para tanto, descrevemos duas categorias de análise que permitem construir a relação entre o processo de efetivação da cidadania e a utilização da comunicação comunitária no contexto da comunicação pública governamental.

No quinto capítulo apresentamos o caminho metodológico da pesquisa para a realização do trabalho. Indicamos os tipos de pesquisa utilizados (a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica) e suas respectivas técnicas de coleta de dados, que se constituíram na análise documental e na análise de conteúdo. Elas deram suporte para obter um olhar crítico acerca da execução da política de comunicação adotada no Programa de Regularização Fundiária Plena, estabelecendo a relação entre os documentos analisados e o tema da pesquisa. Por fim, descrevemos as duas categorias de análises que foram desenvolvidas para a pesquisa. A primeira teve o objetivo verificar se as ações propostas no plano de comunicação do Programa de Regularização Fundiária Plena se caracterizam como comunicação comunitária e atendem ao interesse público. E a segunda categoria visou saber se há um processo de constituição de uma cidadania a partir do sentido da comunicação.

O sexto capítulo foi destinado à apresentação dos resultados que foram obtidos a partir dos métodos aplicados. Como já se disse anteriormente, a análise empírica apresentada e analisada a luz dos teóricos adotados permitiu obter alguns indicadores acerca da cidadania como processo de comunicação baseadas em princípios públicos verificados por meio da comunicação comunitária e comunicação pública, e a presença de uma cidadania a partir do sentido da comunicação.

Ao final, fizemos as considerações sobre o resultado da investigação das três hipóteses levantadas, onde esperamos também despertar a atenção para abertura de novas frentes de estudo visando dar maior e melhor contorno a esse modelo de cidadania e a novas formas de comunicação pública.

## 2 - REFLETINDO SOBRE CIDADANIA E COMUNICAÇÃO

A busca por uma maior participação e relacionamento dos indivíduos nas discussões e processos de interesse público trazem uma nova dinâmica e necessidade de se apresentar novas estratégias de comunicação que promovam o relacionamento entre governo e as pessoas e garanta a promoção de uma cidadania emancipada a partir da garantia dos direitos relacionados ao processo comunicacional. Neste sentido verifica-se ser necessário compreender os princípios que norteiam a comunicação pública, governamental e também a comunicação comunitária e suas relações diretas com o interesse público. O propósito desta dissertação de mestrado é compreender a cidadania com os olhos da comunicação, demonstrar como as relações dessas formas de comunicação podem constituir-se também como um modelo de cidadania, ao garantir direitos individuais e sociais.

### 2.1 - A cidadania no processo de participação e a participação no processo da cidadania

O processo de construção do conceito de cidadania é histórico e próprio da sociedade ocidental e não apresenta um consenso quanto a sua definição. Historicamente, sua construção inicia-se por volta de vinte e quatro séculos atrás, na Grécia. Na *pólis grega* as famílias eram tidas como iguais e conviviam num mesmo local. A necessidade de se instituir uma liderança entre essas famílias fez surgir o princípio do que chamamos de democracia. Como prática eles reuniam-se um lugar chamado *ágora* e depois de debates escolhiam os governantes e as políticas públicas. Cada pessoa representava um único voto. Só poderiam ser considerados cidadãos aqueles que falassem participando diretamente do processo de discussão e definição de propostas, decisões ou até mesmo indicando soluções para as questões levantadas.

A participação direta nos assuntos públicos era própria do cidadão ático. Adela Cortina (2005) esclarece que, no entanto, ao longo dos séculos, foi necessária a superação de pelo menos quatro grandes limites do modelo ateniense: [1] A cidadania ateniense era exclusiva e não inclusiva: os cidadãos eram somente os homens adultos, eram excluídos as mulheres, crianças, metecos<sup>1</sup> e os escravos. [2] Livres e iguais eram apenas os cidadãos atenienses: a universalização da liberdade como direito pleno e irrestrito é uma conquista moderna. [3] A liberdade do cidadão ateniense consistia na

---

<sup>1</sup>Metecoseram os estrangeiros residentes nas polis grega.

participação, porém não o protegia das ingerências da Assembleia na vida privada dos seus cidadãos. [4] O princípio da participação direta só era possível em comunidades reduzidas, não nos grandes impérios, nem nos Estados nacionais. Por esse motivo, segundo Cortina a noção de cidadania se deslocou da participação ativa para a proteção: “o cidadão é aquele que a comunidade política protege legalmente, mais do que aquele que participa diretamente dos assuntos públicos” (CORTINA, 2005, p. 40).

Como vimos, na Grécia antiga a cidadania foi uma capacidade conquistada por alguns indivíduos e não por todos de apoderar-se de bens criados pela sociedade, então a cidadania se apresentava como uma premissa da possibilidade de participação, de realização humana advindas pela vida em sociedade. Fica evidente que havia um hiato entre o entendimento teórico e a prática da cidadania na Grécia antiga, pois essa relação estava longe de possuir uma extensão universalizada, pois na contemporaneidade, a universalização da cidadania é a característica da vida em sociedade. Porém, mesmo que observado esses limites e distanciamentos, seguramente é na antiga Grécia que ergue-se o conjunto de questões da cidadania.

Nosso entendimento que a cidadania é algo que precisa ser conquistado, não vem de atitude descendente, verticalizada, mas é resultado de luta perene, duradoura, advinda quase sempre de baixo para cima, o que implica a construção de longos processos históricos, sacrificados por aqueles que acreditam na universalização de todas as potencialidades e possibilidades criadas pela existência em sociedade. Essa luta é fruto da possibilidade de participação consciente e democrática de todas as pessoas na criação e administração da esfera pública, pela construção coletiva do espaço público.

Portanto, desde a gênese da democracia a participação era provida pela interação comunicacional. E essa participação precisa ser protegida, positivada, amparada por direitos. Não se pode participar sem comunicar. Nota-se que a comunicação constitui-se em condição para a cidadania, seja para o cidadão poder participar da vida pública, seja para poder participar do direito de ser cidadão. Sem comunicação, sem cidadania.

A percepção dessas mudanças é essencial para a compreensão da cidadania na contemporaneidade e da evolução de sua concepção.

Para Guareschi (2006) participação na sociedade moderna só é possível por meio da comunicação. Ele sustenta que não pode existir democracia quando não existem possibilidades de participação efetiva do cidadão na comunicação, ou seja, na manifestação ativa sobre o processo de planejamento da cidade, nas discussões sobre as soluções dos problemas nacionais.

## 2.2 - O conceito de cidadania

Nildo Viana (2015) acredita que retornar a concepção grega de cidadania, para conceituá-la seria pouco útil, considerando as diferenças relativas a ideia e a realidade que ela busca expressar. Para o autor, a partir da declaração dos direitos e deveres do homem, o “cidadão é um indivíduo portador de determinados direitos e deveres. Consequentemente a cidadania é a concretização destes direitos e deveres” (VIANA, 2015, p. 103). Ele considera o cidadão um “ser abstrato criado pelo direito” (2015, p. 104), e que o ápice de seu desenvolvimento deu-se no século 20, após a conquista dos direitos sociais, quanto se unificou os três direitos (civil, político e social), processo que deu origem a cidadania plena. Assim acredita que a cidadania é um privilégio somente daqueles que conseguem concretizar esses direitos e deveres.

Para Viana (2015) o estado capitalista pretende se autolegitimar por meio de ideologias, discursos, instituições e diversas formas de materialização da política institucional. Assim a cidadania torna-se um elemento de legitimação da dominação burguesa, defendida inclusive pela pseudoesquerda, que disfarçada com uma face pacífica e amigável, trabalha em prol do seu objetivo e significado verdadeiro, integrar as pessoas ao capitalismo, reproduzindo assim as relações de produção. Sua crítica se sustenta na visão marxista, na relação de classes, e defende que somente a ascensão dos revolucionários pode significar a possibilidade da transformação radical do conjunto das relações sociais, a autogestão social.

A cidadania, último baluarte do reformismo contemporâneo, se despedaça e soçobra, deixando os explorados e oprimidos enxergarem o seu verdadeiro significado. Assim, no encontramos hoje diante de uma crise de legitimidade das instituições burguesas, que ainda não assumiu grandes proporções, mas que caminha para isso. (VIANA, 2015, p. 144)

Ângela Moraes e Luiz Signates (2016) questionam o entendimento de Viana, argumentando que se trata de uma visão marxista de cidadania que se revela problemática ao propor a anulação do próprio conceito, como operador viável de uma análise política consistente. Consideram que “é como se o conceito caísse em desgraça simplesmente por não operar, obrigatoriamente, a partir dos pressupostos do marxismo” (MORAES e SIGNATES, 2016, p.21). Dessa forma, conformamos que olhar pelas lentes de Viana não traz contribuições ao conceito de cidadania como condição de

igualdade e de estabilização de um sistema em sociedade, pois limita-se ao entendimento que a cidadania só pode ser interpretado a própria luz do marxismo.

Thomas H. Marshal (1967) apresenta o conceito de cidadania social, cuja perspectiva diz que o cidadão é aquele que, em uma comunidade política, goza não só de direitos civis (liberdades individuais), não só de direitos políticos (participação política), mas também de direitos sociais (trabalho educação, moradia, etc.), e cabe ao Estado Social de Direito oferecer proteção a esses direitos que garantem a cidadania ao indivíduo. Para Marshal a cidadania só pode ser concretizada por meio da liberdade de opinião e expressão, de uma participação ativa no cotidiano político e no pleno acesso às condições necessárias à vida. Cicília Peruzzo (2007, p. 46) defende que “cidadania é desenvolvimento social com igualdade”, cujos princípios são a liberdade e a igualdade. Para ela, o desenvolvimento da sociedade é medido pelo nível de expressão e exercício desses princípios, que se revelam na forma de direitos e deveres. Assim, toda forma de riqueza social gerada no processo histórico, deveria ser usufruída com liberdade e igualdade, possibilitando a plena realização da cidadania.

Na sociedade contemporânea temos uma cidadania baseada principalmente em direitos e deveres, onde o cidadão deve cumprir as regras e normas impostas pelo Estado. Daí a importância de participar ativamente da vida em sociedade, num contexto de processo de evolução social e histórico, baseado principalmente do empenho da sociedade brasileira na reconstrução da democracia, depois da ditadura militar. No entanto, José Murilo de Carvalho (2014) descreve que no Brasil os tipos de direitos que compõem a cidadania (civis, políticos e sociais) o que apresenta o maior nível de deficiências ao considerar seu crescimento, extensão e garantias, são os civis. Principalmente devido à ausência de garantias concernente a integridade física, a segurança individual e ao acesso à justiça. Ele assinala que uma das razões para que no Brasil o caminho à cidadania tenha se tornado longo e difícil pode ter conexão com a própria cronologia da história do país. A seu ver, a ordem da pirâmide dos direitos de Marshall, foi invertida no Brasil.

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador<sup>2</sup> que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. (...) Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO, 2014, 220).

---

<sup>2</sup> Refere-se ao período dos Governos de Getúlio Vargas.

Para o autor, seria tolice imaginar que existe um único caminho para a cidadania, porém supõe que uma ordem diferente do caminho pode afetar o produto final, atingindo o tipo de cidadão que se é formado, principalmente quando os direitos sociais passam a ser a base da pirâmide. Carvalho adverte que algumas das mazelas de uma nação que apresenta os direitos sociais na base da pirâmide é a excessiva valorização do poder executivo e ausência na sociedade de uma organização autônoma vasta para fazer com que prevaleçam os interesses sociais. O que explica em parte o poder da comunicação governamental sobre uma sociedade silenciada e desprovida de acesso aos meios midiáticos. Neste aspecto, enfatiza que isso faz parte de uma “cultura orientada mais para o Estado do que para a representação” (2014, p. 221). É o que ele chama de processo de “estadania”, que contrasta com a cidadania, porém, identifica as organizações governamentais como uma orientação para a relação entre sociedade e o Estado, apesar de prever dificuldades na redução rápida do tradicional papel do Estado, principalmente por conta da tradição de estatismo no Brasil. Acredita que do ponto de vista empirista, algumas mudanças podem ser notadas em governos mais recentes, referindo-se a administração petista, que apresentou algumas formas alternativas de desenvolvimento da população na formulação de políticas públicas, principalmente no debate sobre orçamentos e obras públicas.

A respeito da cidadania no Brasil, Jessé de Souza (2003) apresenta o conceito de “modernidade periférica”, que construiu a partir dos países que foram colonizados de “fora para dentro”, e é originária de um processo de crescimento e exploração das sociedades ocidentais, como o caso do Brasil, colonizado por Portugal. Ele considera que os países periféricos ao secularizarem o princípio da dignidade como valor fundamental e não garantirem mínimas condições sociais, econômicas e políticas, forma o que ele denominou de subcidadania. Entende que houve no Brasil um processo de naturalização da desigualdade e que a construção Social da subcidadania é decorrente da ampliação do conceito de Pierre Bourdieu de *habitus*, passando a denominá-lo “*habitus precário*”, considerando a reprodução sucessiva do processo de inadaptação de amplos setores das classes populares aos padrões jurídicos, políticos, culturais e econômicos usados pelo mercado e o Estado.

Compreende-se que os diversos conceitos estabelecidos por Marshall (1967), Viana (2015), Peruzzo (2007), Carvalho (2014) e Souza (2003) se sustentam num pressuposto comum: a necessidade da igualdade de direitos para todos os indivíduos de

uma sociedade como condição de existência da cidadania. Apesar de possuir uma mesma raiz, é preciso admitir o entendimento de Cortina (2005) sobre o processo de elaboração de uma teoria da cidadania própria da democracia pós-liberal, baseada nas exigências liberais de justiça e de pertencimento e identificação comunitária, com um nível de autonomia diante delas é um desafio atual e desafiador.

### **2.3 - A Cidadania pelo olhar da Comunicação**

Para este estudo, opta-se por olhar a cidadania pelas lentes do campo da comunicação, para buscar compreender como a cidadania se revela “a partir do processo democrático da sociedade contemporânea, que é toda comunicacional” conforme orientam Moraes e Signates (2016, p. 23). Neste sentido, surgem inquietações que precisam ser desveladas. Como conciliar o estudo sobre comunicação a partir das novas demandas sociais advindas dessas formas de cidadania? O que há de comunicacional nestes conceitos identificados? Qual subcampo da comunicação poderia ser apropriado na busca desse entendimento?

Como passo inicial, utilizamos dos mesmos autores a noção que “comunicação é todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social” (2016, p. 24). No campo da comunicação, nosso objetivo nesta investigação é perscrutar os conceitos de comunicação pública com o foco voltado para a abordagem de Comunicação Comunitária no contexto da Comunicação Governamental e sua contribuição para a instituição da cidadania.

É imprescindível ampliar a compreensão dos estudos já realizados sobre cidadania, e buscar um conceito que compreenda a pré-existência de ações comunicativas, pois entendemos que comunicação e cidadania são elementos constitutivos da democracia na sociedade moderna. Moraes e Signates (2016, p. 33-34) propõem seis tipos de cidadania a partir do sentido da comunicação: [1] *Cidadania como meio*: a comunicação vista como argumento ou instrumento da comunicação a fim de obter direitos. [2] *Cidadania do direito à informação e do consumo*: o direito ao acesso às informações sobre a premissa civil, política e social, por meio de jornais, internet e meios comunitários. [3] *Cidadania como liberdade de expressão*: constitui-se como direito essencialmente comunicacional a participação em termos da opinião pública, ainda que instrumentalmente. [4] *Cidadania como direito de expressão de direitos*: a cidadania não prescinde da comunicação para acontecer. Da mesma forma a cidadania comunicacional é o direito básico que permite a elaboração comunitária dos

termos de sua própria justiça. [5] *Subcidadania comunicacional*: aplica-se aquele que é silenciado no processo comunicacional. Na condição de subcidadão a pessoa é tida como falada e não como falante. [6] *Cidadania como incomunicabilidade*: é negar a cidadania de maneira radical. Se existe um subcidadão, também é possível existir o sujeito que não tem fala e não é falado, e submetido ao silenciamento, ou seja, a submissão.

Justifica-se que a partir do cenário visualizado nesses seis tipos de cidadania propostos pelos dois autores que a comunidade desamparada no acesso aos meios midiáticos elementares, não pode mobilizar-se entre seus pares, dentro de uma referência geográfica ou entorno de uma pauta de interesses comuns, e necessita não só do acesso às formas de comunicação, mas ao conhecimento especializado necessário a sua utilização. Nesse sentido Moraes e Signates (2016) concebem que uma pessoa que não se comunica não pode ser considerada cidadã.

Sem comunicação não há cidadania. Conforme as concepções de direito abstraídas da noção de cidadania e aplicadas à noção de comunicação especificada, é possível trabalhar com a hipótese de que não existe cidadania, sequer como possibilidade, fora de um processo comunicacional que a viabilize, estabeleça e desenvolva. (MORAES; SIGNATES, 2016, p. 25)

Se do ponto de vista legal todas as pessoas são iguais perante a Lei, não pode haver cidadania sem liberdade, que por sua vez representa o pleno acesso às condições comunicacionais, às informações de direito público e a expressar-se livremente. Vale lembrar que o exercício da liberdade de expressão está previsto no artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, que assevera:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

Para Cortina (2005), a liberdade, configura-se como direito à condição de cidadania, independente do credo, convicções políticas ou partidárias ou a raça e fortalece a sociedade no processo de construção e expressão da opinião pública relativa aos assuntos públicos.

Vale ressaltar que a liberdade é fator determinante para a expressão do indivíduo, tanto é que na década de 1980, filósofo alemão Jürgen Habermas, representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, apresentou a Teoria da Ação Comunicativa, em que defendia que a capacidade de expressão do indivíduo é uma forma de agir no meio social, mantendo as regras sociais estabelecidas e mantendo assim relações dentro dessa mesma sociedade. Habermas pode reconhecer isso, se o indivíduo for dotado de capacidade de reflexão, tendo autonomia comunicacional e for capaz de promover interação com outros atores da sociedade que desejam chegar ao lugar do consenso. Habermas (2012) sustenta que o uso da linguagem adequada pressupõe desprezar a razão vocacionada para persuadir como forma de manutenção do poder e controle. Na Ação Comunicativa

a comunicação serve ao entendimento, pois permite um processo cooperativo de interpretação, no qual os participantes são capazes de construir um universo simbólico, orientado ao entendimento recíproco. [...] A ação voltada para o entendimento permite que as pessoas realizem seus planos de comum acordo, conforme uma situação definida em conjunto, de modo que não haja o risco combinado de mal-entendido e fracasso da ação. (TEMER; NERY, 2009, p. 96-97).

As inferências habermianas são fundamentais para a compreensão sobre como a relação dialógica entre governo e comunidade torna-se imprescindível para a implementação de programas do poder executivo nas cidades, sobretudo nos grandes centros. A participação popular, o entendimento dos por quês de determinados investimentos propostos e as consequências possíveis de cada ação tornam-se, inexoravelmente, elementos que irão determinar o sucesso ou fracasso destas atividades. Compreende-se que a intervenção da comunicação no cotidiano das cidades é fundamental para promoção da participação popular nos processos, sobretudo para elevar as pessoas ao exercício pleno da cidadania.

Cortina (2005) compartilha do entendimento de Habermas que o poder político já não se legitima mediante um hipotético contrato social, mas pela comunicação. Não é “o soberano quem deve representar a vontade do povo, mas o povo exercer sua soberania comunicativamente, no âmbito de procedimentos aceitos por ele, o que faz com que o poder administrativo tenha de se legitimar pela comunicação” (CORTINA, 2005, p. 134). Não recorrendo a pressupostos tradicionais ou autoritários, mas a argumentos capazes de convencer os afetados por suas metas e seus efeitos. Para Habermas (2012, p. 48) argumentar é “o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las

com argumentos”. Portanto, é conveniente que o poder político escute os cidadãos, que se expressam por canais institucionalizados, mas também por uma opinião pública não-institucionalizada. Isso só é possível se os cidadãos realizarem a tarefa de perceber os problemas sociais e de elaborá-los de forma que o poder institucionalizado possa manejá-los. Por isso é fundamental que o poder político crie um espaço público autônomo, garantindo os direitos que tornem possível seu desenvolvimento (CORTINA, 2005).

## 2.4 – A Esfera pública

Como lembra Haswani (2013) as condições da modernidade são apontadas por Hanna Arendt(2007) como principal da perda do espaço público, afirma que ocorreu também o processo de formação do social, em que a economia moderna não se orientava mais pela economia doméstica (*oikos*) como na Grécia Antiga, mas, no lugar da casa, inseriu-se o mercado, transformando-se em economia comercial. A nova esfera privada, então, ficou subordinada ao poder público. Para ela, o espaço público apresenta-se com duas qualificações contrastantes: [1] O espaço agonístico, dedicado a competição por reconhecimento, cujo objetivo é a preservação das coisas humanas a partir do heroísmo e da superioridade; [2] Espaço associativo, cujo entendimento é que qualquer lugar pode ser um espaço público se tiver o significado também de espaço de poder, de possibilidade de interferência política. Defende que a substituição do político pelo social advem da divisão das sociedades modernas nos segmentos da esfera política e da economia de mercado e família.

A disputa pela inclusão de determinados itens no debate público deve, como lembra Haswani (2013, p. 17) "emergir de ações em conjunto". Destaca que o próprio êxito do processo dessa inclusão é resultado da luta por justiça e liberdade. Assim o conceito de Arendt (2007) acaba sendo criticado, por acreditar que distinguir o social e o político não encontra espaço no contexto contemporâneo, pois o enfrentamento para se tornar algo público é por si uma luta por justiça.

Habermas (1984) define *espaço público* como o espaço de mediação entre Estado e sociedade, onde ocorre a discussão pública num processo de reconhecimento da razão e o poder do processo de argumentação e o confronto de ideias e opiniões entre as pessoas da sociedade. Ele sugere restaurar as formas de comunicação num espaço

público que seja aberto a toda a sociedade, significando as formas de comunicação para o processo de reconquista da autonomia dos sujeitos.

A reflexão de Habermas pode ser utilizada na análise das diversas modalidades de comunicação institucional, inclusive nos órgãos públicos. Para Barros (2007), o agir estratégico (mundo sistêmico) proposto pelo filósofo e sociólogo alemão, pode ser associado às funções estratégicas e táticas e o agir comunicativo (mundo vivido) é associado às práticas que estimulam a promoção da cultura local, da cidadania e de responsabilidade social. Lembrando que, para Habermas o Estado juntamente com o mercado, são os principais representantes do universo social sistêmico. Enquanto o “mundo da vida” compreende três elementos: a cultura, a sociedade e a personalidade, sendo que a sociedade é concebida como um sistema composto por ordenações legítimas, mediante as quais os participantes dos processos interativos regulam sua forma de participação e pertencimento a grupos sociais.

Como destaca Oliveira e Fernandes (2011) em análise sobre a concepção habermasiana sobre esfera pública, é no mundo da vida que brotam as demandas dos sujeitos por um mundo melhor, por alternativas de vida, por formas mais concretas de atendimento às necessidades, tanto materiais quanto morais. E é a partir das experiências comunicacionais que os indivíduos associam-se, e passam a expor numa esfera pública mais ampla aquilo que classificam como justo e lutam para modificar o panorama social. Esses autores lembram ainda que para Habermas a comunicação tem um poder reflexivo nesse processo, pois, além de gerar condições para mudar os pontos de vista, as ações, pode gerar um novo padrão de aceitação e entendimento entre os sujeitos, gerando interação comunicativa. Desta maneira a comunicação estabelece um valor central na constituição do espaço público. A esfera pública é um espaço discursivo, aberto à participação e ao reconhecimento dos indivíduos como iguais no direito de uso da palavra, lugar onde as interpretações dos sentidos podem ser discutidas comparativamente.

Já Haswani (2013) aponta a descrição discursiva dada ao modelo habermasiano sobre esfera pública, que aponta a participação e o debate como condição central para sua existência. Uma esfera pública não passiva, onde o envolvimento de todos os interessados pelas questões debatidas é vital para as inclinações sociais da sociedade e com as aspirações de emancipação dos movimentos sociais. Além disso,

a inclusão de novos grupos na esfera pública e a expansão dos direitos de cidadania tornam inimaginável um espaço público homogêneo e

politicamente igualitário. O modelo habermasiano fertiliza a atividade política com influxos comunicativos da sociedade civil, uma vez que tenha ampliado o âmbito desse exercício. (HASWANI, 2013, p. 19)

Já Oliveira e Fernandes (2011), defendem que a esfera pública, com a participação dos movimentos sociais, torna-se uma instância coletiva de deliberação, onde as pessoas podem refletir e avaliar sobre as razões apresentadas sobre uma determinada questão. O processo deliberativo significa a presença do outro, de debate e esclarecimento das diferenças, dos conflitos, a busca de consensos que sejam válidos e justos para todos. As interações e ponderações são processos argumentativos de intercâmbio de razões feitos em público, e ajuda a separar os interesses particulares, dos comprometidos coletivamente. Lembram que para Habermas,

os atores coletivos (membros de movimentos sociais, por exemplo) têm mais chances de participar dos processos de deliberação, pois têm habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação. As pessoas envolvidas no tema apresentam seus argumentos e seus pontos de vista motivadas a ver esse debate interferindo nos resultados. (OLIVEIRA & FERNANDES, 2011, p. 126).

É na esfera pública que por meio da comunicação os sujeitos expõe seus pontos de vista, experiências e expectativas do que compreendem como justo e podem exercer o direito de argumentarem sobre a validade de seus propósitos.

O cidadão deve participar de maneira ativa, seguindo um fluxo vertical, entre ele e o Estado, e também horizontal, entre os outros indivíduos presentes na esfera pública. Nesse sentido a comunicação pública é uma particularidade destas relações, que quanto mais existentes e democráticas, mais próximas dos princípios da cidadania. Para caminhar nesse sentido é necessária uma melhor compreensão sobre Comunicação Pública.

### 3 - A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO PRINCÍPIO

Definir Comunicação Pública não é tarefa fácil, pois seu conceito tem sido construído e debatido pelos pesquisadores da área, que tem contribuído com inúmeros estudos imersos na complexidade do assunto. Brandão (2009) sugere que o olhar sobre a Comunicação Pública seja a partir dos caminhos pavimentados no Brasil, que tem como paradigma a construção da cidadania. E identifica cinco áreas diferentes de conhecimentos que se aplicam ao estudo de um conceito de Comunicação Pública (CP): [1] CP identificada com os conhecimentos e técnicas da área de comunicação organizacional; [2]- CP identificada com a comunicação científica; [3] A comunicação pública identificada com comunicação do Estado e/ou governamental; [4] CP identificada com comunicação política e [5] CP identificada com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada.

O processo comunicativo governamental deve trabalhar com informações e atividades voltadas para a cidadania, despertando o civismo, prestando contas e envolvendo a comunidade nos programas, projetos, políticas e ações que serão implementadas, educando e apresentando direitos e deveres das pessoas, caminhando no sentido de instituir a cidadania. Elizabeth Brandão assinala que:

Comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública, na medida em que ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma, provoca o debate público (BRANDÃO, 2009, p. 05).

Tradicionalmente a comunicação realizada pelo Estado ou Governo é voltada para a mídia de massa, onde os assessores de comunicação atuam muitas vezes apenas como mão de obra para os meios privados ou órgãos públicos de divulgação. Em texto mais recente, Elizabeth Brandão (2016) faz uma reavaliação sobre a discussão a respeito do conceito de CP no Brasil nos últimos 17 anos:

As práticas de comunicação pública, e estas sim são muito importantes, estão se multiplicando e são consideradas pelos profissionais como parte integrante e indispensável da comunicação nos órgãos públicos. As iniciativas dos governos também se multiplicam e hoje, 17 anos depois das primeiras discussões, a Comunicação Pública não é só um conceito acadêmico, é uma realidade e uma proposta política. (BRANDÃO, 2016, p. 128).

O entendimento do direito a apropriação não só das informações públicas, mas dos processos comunicacionais pela sociedade ou pelo indivíduo, deve gerar um

reposicionamento das políticas públicas de comunicação governamental, que por sua vez deve apresentar-se como responsável ou pelo menos corresponsável por essa apropriação, por meio da estruturação, viabilização financeira, técnica e educacional de comunidades locais para promoção do empoderamento das diversas formas e mecanismos comunicativos, com o objetivo de produzir um nível mínimo de autonomia comunicacional ao indivíduo. Ampliando a participação democrática e contribuindo para alçá-los à condição de protagonistas do processo dialógico e no quesito comunicativo à condição de cidadão de uma sociedade contemporânea, pluralista e global. Esse entendimento proporciona importantes mudanças na forma de interação e de comunicação entre as pessoas e as instituições públicas, por meio das mídias digitais e tradicionais e atividades de relações públicas comunitárias, de publicidade e do jornalismo. Sobre as formas de interação, Thompson afirma que:

O uso dos meios de comunicação proporciona assim novas formas de interação que se estendem no espaço (e talvez também no tempo), e que oferecem um leque de características que as diferenciam das interações face a face. O uso dos meios de comunicação proporciona também novas formas de ação à distância que permitem que indivíduos dirijam suas ações para outros, dispersos no espaço e no tempo, como também responderem a ações e acontecimentos ocorridos em ambientes distantes. (THOMPSON, 2008, p. 77).

Tendo como marco inicial o campo da Comunicação Pública buscaremos analisar a Comunicação Comunitária no contexto da Comunicação Governamental como fator constitutivo de uma cidadania.

### **3.1 - A comunicação Pública: mais conceitos e aplicações**

Como vimos, a Comunicação Pública (CP) apresenta inúmeros conceitos, sentidos e interpretações. Apesar dos avanços no sentido de se produzir um conceito mais claro ainda não se chegou a um consenso nos debates acadêmicos, ficando o entendimento sobre CP exposto as influências das diversidades geográficas, dos entendimentos de pesquisadores e dos contextos onde os debates acontecem. Porém fica evidente que não se pode tecer nenhum entendimento sobre CP sem ambientar o debate na formatação das democracias modernas. Segundo Brandão (2009, p. 31) “a comunicação é um componente da vida pública de um país e a Comunicação Pública é o resultado da organização da voz do cidadão nesse cenário político” onde se é resguardado o direito que as pessoas possuem de obter informações públicas e participar dos debates e decisões sobre as políticas de governo a fim de serem considerados cidadãos e exercerem esse direito de forma correta e ampla.

Pierre Zémor (2009) lembra que a comunicação pública é responsável por tornar a informação disponível ao público, de estabelecer a relação e um diálogo capaz de tornar um serviço desejável e preciso, de apresentar os serviços oferecidos pela administração, de conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse público. Apesar de várias políticas públicas terem abrangência estadual e nacional, suas ações utilizam instrumentos tradicionais, como as campanhas publicitárias e o domínio da “grande mídia”. Além de onerosos, não dão garantia de resultados voltados para o envolvimento social necessário e nem o alcance dos públicos específicos.

Para o pesquisador francês a sistematização do pensamento sobre a comunicação pública é consistente, mas faz-se necessário fugir da convergência no Estado, compartilhando a responsabilidade da comunicação pública com a sociedade e o Estado (MATOS; PEREIRA FILHO, 2016).

Já para Kunsch (2007) é o diálogo público como exercício político da sociedade civil o principal objetivo que a comunicação pública deve buscar estabelecer, visando à condição de uma cidadania possível. Entendemos diálogo como um caminho que compromete totalmente a pessoa com todos os que estão envolvidos porque, “enquanto se introduzem nele, deixam de ser meros expectadores, para se bifurcar em dois ramais: a busca compartilhada do verdadeiro e do justo, e a resolução justa dos conflitos que vão surgindo ao longo da vida” (CORTINA, 2005, p.195).

Ana Lúcia Novelli (2006) discorre sobre a necessidade de novos mecanismos para as políticas públicas estatais. Entende governabilidade como a capacidade do Estado de exercer de maneira legítima seu poder e governança como a maneira que o Estado adota para realizar seus projetos. Novelli (2006, p.82) analisa que o grande investimento em governança deve-se a sua “sua enorme capacidade democrática de estimular e viabilizar a participação efetiva da sociedade na elaboração e condução das políticas públicas”.

Assume na prática uma importância significativa para o exercício da participação política e da cidadania. Cabe à comunicação pública, nesse contexto, extrapolar a esfera da divulgação de informações do governo e da assessoria de imprensa como mecanismo de autopromoção dos governantes e de suas ações para colocar-se como instrumento facilitador do relacionamento entre cidadão e Estado (NOVELLI, 2006, p. 77).

Haswani (2010) concorda com o entendimento de Novelli (2006) ao afirmar que a comunicação pública compreende vários processos que buscam a interação dos atores públicos e privados com o intuito de promover o relacionamento entre o Estado e os cidadãos, visando o crescimento civil e social. Os agentes públicos que promovem esse tipo de comunicação devem praticar a transparência e aumentar a eficácia das ações dos poderes públicos, mas principalmente sensibilizar os cidadãos sobre os problemas e questões interesse para o desenvolvimento civil da sociedade. O principal objetivo da CP para ela deve ser a realização do interesse geral.

Franca Faccioli<sup>3</sup> parece ter influenciado o pensamento de Haswani (2010) ao entender que CP é aquela destinada ao cidadão em sua veste de coletividade e conota-se, em primeira instância, como comunicação de serviço que o Estado – nas suas articulações funcionais e territoriais - ativa, com o objetivo de garantir o direito à informação, à transparência, ao acesso e à participação na definição das políticas públicas e, assim com a finalidade de realizar uma ampliação dos espaços de democracia. (HASWANI apud FACCIOLI, 2000, p. 125).

Uma abordagem interessante sobre Comunicação Pública é a empreendida por Stefano Rolando (1992) que sugere que a profissão de comunicólogo da área pública não tem ligação com a visão de ‘propagandista’ mas deve se vincular ao entendimento do *civil servant*<sup>4</sup>

um processo em que modernização do Estado e acolhimento dos direitos dos cidadãos são duas funções integradas e realizadas com autoridade por parte de quem promove e organiza as prestações, com sinergia efetiva dos recursos profissionais disponíveis, com um projeto estratégico de neutralidade e de maturidade dos funcionários, detentores de uma perspectiva de trabalho, adequadas ao interesse coletivos (HASWANI apud ROLANDO, 1992, p. 127)

Esse olhar é bem representativo e inerente ao foco deste estudo, por apontar para uma CP que se legitima nas relações das instituições do Estado e os cidadãos, que para existir e se viabilizar necessita de atores e mecanismos que as viabilizem. Para isso, é necessário uma estrutura própria e gestores públicos que incorporem esse entendimento ao planejamento e execução das políticas de comunicação e compreendam seu protagonismo nas relações de confronto e construção de consensos

---

<sup>3</sup> Franca Faccioli, professora de Teoria e Técnica da Comunicação Pública no curso de Ciência da Comunicação na Universitàdi Roma “La Sapienza”. Sua obra não possui versão em português, assim como as obras de Stefano Rolando, e Alessandro Rovinetti.

<sup>4</sup> Civil servente em tradução livre significa Servidor Público ou Funcionário Público.

com os demais atores que ocupam a área pública, sendo o principal a sociedade. A comunicação toma forma essencial e singular no processo de viabilização da construção ou reconstrução de uma relação de confiabilidade, integração e diálogo entre as instituições públicas representantes do poder Estatal e o cidadão.

No olhar de Mancini (2008) a CP deve incluir a comunicação entre os entes governamentais, instituições públicas e privadas, visando atuar de forma sistemática no campo oposto ao dos interesses essencialmente privados. Nesse contexto, Haswani (2010) endossa o pensamento de Mancini que a CP não deve se resumir exclusivamente aos atos normativos “mas também às iniciativas voltadas a favorecer a relação entre cidadãos e instituições, a promover as iniciativas e os serviços oferecidos, valores e imagens de interesse geral” (HASWANI, 2010, p.129). Defende que o Estado seja necessariamente ativo – por meio de suas instituições representantes, ministérios, como secretarias, agências, empresas públicas – todas as vezes que a informação signifique a garantia de direitos fundamentais.

A sociedade civil é o campo da comunicação pública. Privitera (2001) referindo-se ao entendimento habermasiano de esfera pública a classifica como “a infraestrutura da esfera pública” (HASWANI apud PRIVITERA, 2001, p. 86). Haswani (2010, p. 134) tem a compreensão que “a comunicação institucional é uma parte da comunicação pública, considerada um grande aglomerado que assume o aspecto de uma atividade prevalentemente informativa, limitada a auxiliar o cidadão a mover-se no labirinto da burocracia”. Porém esse entendimento é ampliado e alcança uma nova dimensão a partir da proposição de Alessandro Rovinetti (1992) ao defender que a comunicação institucional deve se articular em torno de funções como direito, serviço, diálogo, conhecimento e organização.

Com esse olhar a comunicação nas instituições públicas deve partir do princípio de garantir o direito ao acesso dos indivíduos às informações, mas não devem ficar restritas a essa função. As políticas de comunicação adotadas pelas administrações públicas devem caminhar no sentido da criação de um diálogo direto entre o Estado e os membros da sociedade, característica constitutiva da cidadania.

A comunicação institucional se posiciona como eixo central da comunicação pública, como guia e condição de sua existência, pois

se a administração que está em contato cotidianamente com o próprio público não é capaz de promover consciência e responsabilidade, tanto em seu interior com seus funcionários, quanto em seu exterior entre seus utentes, sobre as escolhas que orientam as políticas de serviço público, faltará aquela base de conhecimento comum, sem a qual um processo de comunicação pública não pode se realizar. (ROVINETTI apud HASWANI, 2000, p. 140).

Essa perspectiva propõe a garantia do acesso às informações públicas, a manutenção do direito à liberdade de expressão e o empoderado dos meios comunicacionais, colaborando para que o indivíduo possa exercitar plenamente sua cidadania, coletivamente ou individualmente, ao ter melhores condições de cobrar explicações dos governantes, fiscalizar a aplicação de recursos ou questionar possíveis desvios financeiros ou da própria condução ética dos agentes públicos na condução de seus cargos.

O direito à liberdade de opinião e de expressão pública de sua opinião, previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, quando diz no artigo 19 que o direito de opinião e expressão inclui a liberdade de ter opiniões, sem interferências e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras, implica não só a liberdade de não ser impossibilitado de expressar suas opiniões, mas também o direito de ter acesso aos meios de comunicação existentes e de adquirir o entendimento e a capacidade de participar da comunicação pública e dos processos de tomada de decisões. Sem esse acesso não é possível esse exercício de cidadania, pois as pessoas ficam desprovidas das informações necessárias para a ampla participação nas questões públicas, que podem ir do ponto de vista da recepção até da participação ativa no processo comunicacional. Sendo a participação, uma das condições basilares da Comunicação Comunitária.

#### **4 - A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL: UM CAMINHO POSSÍVEL**

O debate sobre Comunicação Pública vem proporcionando uma ampliação de possibilidades de ações e, principalmente, apontando para o estudo de novas práticas inerentes a sociedades democráticas, como o uso dos instrumentos da comunicação comunitária por órgãos públicos, conforme lembra Brandão:

A maioria dos instrumentos utilizados pela comunicação feita pelo Estado ou por um governo faz parte da chamada “grande mídia” – televisão, rádio, web, impressos – e o método mais utilizado é a campanha publicitária. Só recentemente começa a ser reconhecida a necessidade de utilizar a outros instrumentos próprios da comunicação comunitária e cooperativa (BRANDÃO, 2009, p. 5).

Os órgãos públicos ao utilizarem a comunicação comunitária colaboram para o empoderamento da população nos processos comunicacionais, promovendo não só o acesso às informações públicas, mas o aprendizado especializado das mídias e apropriação de formas contemporâneas de comunicação, no aspecto tecnológico (como o uso das mídias sociais) e os já existentes e mais utilizadas pela própria comunidade.

A partir do entendimento de que os profissionais de comunicação possam se firmar como protagonistas no processo da comunicação governamental, não só interagindo com a mídia tradicional, com as associações civis, dentre outros, mas que aprendam a se constituírem como protagonistas no diálogo com o cidadão. Não há como esquecer que existem outras formas e mecanismos da comunicação que possibilitam uma interação mais ativa e direta com os cidadãos. Talvez seja possível não se limitar somente a usos dos atos normativos e ficar refém da indústria midiática. Como se viu até agora, já há teorias que possam iluminar a relação entre cidadãos e as instituições públicas e, conseqüentemente, apontar caminhos pragmáticos. É nesse ponto que o uso da chamada comunicação comunitária pode fazer diferença nesta relação entre Estado ou Governo e o Cidadão, por isso a escolha desses subcampos da comunicação, cuja análise além de contextualizada e premente, necessita ainda de delineação de seus contornos práticos e conceituais e, tornando a temática passível de intervenções, mutações e desvelamentos. Ainda há muito a ser conhecido a cerca da temática em análise, fortalecendo a proposta em estudo.

Não se pode perscrutar subcampos da comunicação sem suas vinculações interacionais. Assim, não se busca ter prerrogativas maiores que as concedidas a outras ideologias do Estado democrático, onde os cidadãos devem ter a oportunidade de poder

escolher a forma de vida desejada, para isso além de manterem informados e terem garantidos seus direitos, as pessoas precisam estar empoderadas de poder participativo e também decisório. Feyerabend (1977, p.465) defende que “um cidadão amadurecido é uma pessoa que aprendeu a tomar decisões e que decidiu em favor daquilo que mais lhe convém”.

Torna-se importante reafirmar que busca-se compreender como a comunicação comunitária usada no contexto da comunicação governamental pode constituir-se não só como campo para a compreensão de uma cidadania comunicacional, mas também como alternativa viável para um modelo de comunicação pública.

Com esse olhar, o desenvolvimento dessa pesquisa visa observar as alterações provocadas nas relações sociais e no processo de transformação do indivíduo à condição de cidadão. Diante disso vale a pena ressaltar o entendimento de José Luiz Braga (2011), em que diz que se precisa perceber o que é comunicação nos processos especificados pelos modos e objetivos sociais apresentados.

Refletir sobre essas questões possibilita observar, entre outras coisas, que a relação dialógica entre governo e comunidade torna-se importante na implementação de programas do poder executivo nas cidades brasileiras, sobretudo nos grandes centros. A participação popular, o entendimento dos por quês de determinados investimentos propostos e as consequências possíveis de cada ação, tornam-se inexoravelmente elementos que irão determinar o sucesso ou fracasso destas atividades. Portanto a intervenção da comunicação no cotidiano das cidades é amalgama para promoção da participação popular nos processos, sobretudo da constituição da cidadania. Porém, faz-se necessário não só a compreensão dos estudos e entendimentos sobre comunicação pública e governamental e suas formas de manifestação comunitária. Também, mediante isto, analisar as formas da comunicação comunitária, que tem como um de seus principais campos férteis de desenvolvimento os grupos e movimentos sociais.

#### **4.1 - A Comunicação como princípio dos Movimentos Sociais**

O estudo sobre a comunicação e os movimentos sociais mostra-se não só necessário, mas premente e indispensável para compreensão das questões que envolvem o modelo de comunicação comunitária, fundante nesta investigação. Busca-se analisar por meio de uma reflexão teórica, conceitual e histórica os movimentos sociais com foco no processo de comunicação presente na mobilização e participação popular.

As dificuldades na definição do conceito de movimentos sociais devido aos vários conflitos teóricos existentes têm sido amplamente manifestadas pelos pesquisadores do tema. No entanto é preciso assumir alguns conceitos sobre o assunto para poder evoluir na compreensão dos desdobramentos dessa realidade social, e sua vinculação com outras áreas, como no nosso caso, a comunicação.

Iniciamos pelo significado de movimento, para Nildo Viana (2016) quando diz ser uma das categorias do pensamento humano, tal como direita e esquerda, espaço, totalidade, etc. Já Karl Jensen (2014) lembra que no aspecto físico, movimento representa a transferência de um corpo de um lugar para o outro, provocando alteração naquilo que se movimenta e possui elementos que fazem com que existam e se transformam. Para Jensen (2014), o que se movimenta na sociedade não são "corpos físicos" e sim grupos sociais que se movimentam por questões internas e externas provocadas pelas próprias necessidades oriundas das relações com o conjunto da sociedade.

Viana (2016) utiliza o termo movimento não como categoria e sim como conceito. Para ele a transformação de categoria para conceito requer a união com algo real, por isso a inserção do termo social. Dessa forma 'movimento' refere-se a algo existente e não somente uma ferramenta social. Com esse olhar a categoria movimento incorpora o conceito social e o transforma em um conceito, conclui. Assim compreendemos que Movimento Social é um movimento de um grupo social, um deslocamento do grupo social, que gera alteração no mesmo.

Jensen (2014) e Viana (2016) compreendem que um movimento social origina-se de um grupo social, e aqui a ideia de grupo diz respeito ao agrupamento de seres particulares. Um grupo "é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas as outras e que se uniram por diversas razões." (LAPASSADE apud VIANA p. 25). O que forma um grupo social é a existência de um elemento comum. Assim, lembra VIANA (2015) um grupo social é um conjunto de indivíduos que possuem algo em comum que os integra de forma específica na sociedade e por isso são sociais. O grupo social existe

independentemente de consciência e organização. É a existência de um elemento comum que forma o grupo social. Para que um movimento social exista, deve-se ter como origem um grupo social. Viana, porém, esclarece que grupo social não é o mesmo que movimento social.

a existência do grupo social é condição para a existência de um movimento social. Todo movimento social é movimento de um grupo social. [...] um grupo social pode existir, mas não ter necessidades, interesses, demandas, objetivos, que o façam criar um movimento. (VIANA, 2016, p. 33-34).

Os Movimentos Sociais são compostos por pessoas que realizam alguma mobilização, ou seja, indivíduos que efetivamente compõem um grupo social. Dessa forma, nem todo 'sem casa' integra o movimento de luta pela casa própria, assim como nem toda mulher é feminista. "Neste sentido um componente de um grupo social só se passa a compor um Movimento Social quando participa efetivamente a favor do mesmo, seja produzindo culturalmente (artigos, panfletos etc.), participando de protestos ou outra ação coletiva" (VIANA, 2016, p.30-31). Esse esclarecimento é indispensável para a compreensão de que os Movimentos Sociais e a Comunicação estão vinculados e amalgamados, uma vez que a manifestação e a mobilização nos movimentos sociais se caracterizam como fenômenos comunicacionais, que mediam as relações sociais existentes entre pessoas que se movimentam a partir de circunstâncias das quais fazem parte, em determinado período de tempo e que mantêm relação entre si em determinada situação. Mediante tudo isso formam um todo maior em busca de resultados coletivos, alcançados a partir da interação comunicacional expressada por meio de manifestações e mobilizações feitas por meio de processos simbólicos e práticos que, "organizando trocas entre seres humanos, viabilizam as diversas ações e objetivos em que se vêem engajados e toda e qualquer situação que solicita co-participação" (BRAGA, 2011, p. 66).

Jensen (2014) pondera que a definição dos movimentos sociais na sociologia é construída baseando-se nos seus objetivos e não pelos grupos sociais com suas características próprias, ou seja, a questão das especificidades, determinações e os grupos sociais que geram cada movimento social, na sua percepção, não são "sequer discutidos na sociologia" graças aos interesses das classes dominantes.

O pensamento de Viana (2014) condiz com Jensen quando afirma que um grupo social só existe quando o conjunto de pessoas que o compõe possui questões comuns, que podem ser tanto biológicos, como a raça e sexo; culturais e ideológicos, como

projeto político. Neste sentido, como esclarece Viana (2016), um grupo social é conjunto de indivíduos que possuem aspectos em comum, que pode ser a cultura, a constituição física, um projeto político, demandas sociais ou qualquer outro e este grupo é capaz de formar um movimento social a partir do momento que existe uma mobilização, ações coletivas ou compartilhadas. Essa é a ideia do povo em movimento, por meio de ações coletivas, unidos por um senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social com determinada situação social.

A participação e a mobilização são eventos comunicacionais de pessoas pertencentes a um grupo social que emancipa um Movimento Social, pois é uma comunicação que projeta o esforço humano e sua capacidade de enfrentamento coletivo dos problemas e das questões sociais surgidas interna e externamente a um grupo social, assim que a comunicação que caracteriza a existência de um grupo social preocupa-se na manutenção das pessoas como grupo, mas não apenas projeta o grupo, ou tem a preocupação de pautar a sociedade sobre as questões que fomentaram a existência do grupo social.

Maria da Glória Gohn (2000, p. 251), compreende Movimentos Sociais como "ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivamente pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil". Para Gohn (2000), as ações dos movimentos sociais se baseiam na variedade de temas, problemas, conflitos e demandas vividas pelo grupo na sociedade. Por consequência, as ações do movimento propagam um processo social e político-cultural que consideramos uma forma de interação social ou interação comunicacional se considerarmos que se trata da construção de processos simbólicos e de cunho prático, a partir das relações de trocas entre as pessoas, que acabam criando uma identidade coletiva para o movimento que parte de interesses comuns. Com este olhar, o Movimento Social é a própria comunicação em funcionamento.

Já para Viana (2016, p. 34-39) existem quatro elementos que precisam ser identificados para que se possa caracterizar e compreender um movimento social: **[1] A Insatisfação social:** estabelecida por uma situação social específica, como a opressão, que tende a produzir uma insatisfação consciente e coletiva. Também pode surgir por demandas sociais, difusão de ideologias e doutrinas etc. Pode ser gerada ou fomentada por necessidades reais ou fabricadas, interesses egoístas ou altruístas, ideologias ou teorias; **[2] O Senso de Pertencimento:** a insatisfação em determinada situação social

deve ser capaz de gerar um senso de pertencimento e ação coletiva, compartilhada e um objetivo. Ex.: A falta de habitação, sozinha, por exemplo, não gera um movimento social. Para que os atingidos (grupo social) pela falta de habitação (situação e insatisfação) formem um movimento social é necessário que um nível de consciência (senso de pertencimento e objetivo) que leve a perceber que determinada forma ou situação social e, que isso promova uma fusão, ou seja, união, gerando um processo de mobilização. [3] **Mobilização:** pode ser tanto uma ação coletiva quanto uma ação compartilhada. Uma ação coletiva é a que é realizada por pessoas reunidas fisicamente ou integradas por meio de determinadas concepções (doutrina, plano de ação, projeto político, etc.) e uma ação compartilhada é aquela na qual pode ser realizada por indivíduos isoladamente, mas que compartilham as concepções ou práticas comuns a partir de um senso de pertencimento. [4] **Objetivo:** é aquilo que o grupo se propõe a fazer, e varia conforme o próprio grupo, situação e insatisfação, assim como o senso de pertencimento e a mobilização produzida.

Outro ponto a ser esclarecido é o fato de que os movimentos sociais podem ramificar-se, produzir derivações, estimular o surgimento de outras organizações, mobilizações, subgrupos, ideologias, formas de representações etc. Faz-se necessário compreender que as ramificações produzidas fazem parte dos movimentos sociais, porém não são os próprios movimentos. Outra observação importante apontada por Viana (2016) é que não se podem considerar movimentos sociais as organizações que derivam de alguns movimentos, sejam burocráticas ou não burocráticas, que por sua vez, tendem a se desvincular dos mesmos, por causa dos interesses próprios, burocracia interna ou por passarem a orbitar em elementos externos, como partidos e Estados, como exemplo, o partido verde, originário do movimento ecologista.

São comuns os subgrupos dos movimentos sociais, suas ramificações serem confundidos como o próprio movimento, mas na verdade só fazem parte do mesmo e não é o movimento em si, apesar de ser uma manifestação do mesmo. Esse discernimento torna-se indispensável para a compreensão de que os movimentos sociais assumiram formas e estratégias de comunicação diferentes. As diferentes estratégias e ações também podem diferenciar-se quanto ao uso de tipos de comunicação entre subgrupos derivados um mesmo movimento. Isso faz com que um determinado segmento de um movimento social, por utilizar a comunicação com maior eficiência e eficácia, ou dispostos com mais recursos físicos, humanos e financeiros, como o caso do

Greenpeace<sup>5</sup> tenha mais notoriedade e visibilidade que outros subgrupos, ganhando maior poder de atratividade, mobilização e manutenção das suas ações do que seus pares. Essa condição faz com que se crie a ilusão que este subgrupo (Greenpeace) seja o próprio movimento ambiental e não apenas a representação de uma parte.

Essa situação pode levar a outro desdobramento, que precisamos atentar. O discurso e as questões defendidas por alguns subgrupos que conseguem alcançar grande visibilidade na sociedade são capazes de criar uma espécie de "hegemonia" representativa do movimento social que compõe, e podem influenciar a opinião pública de maneira a levá-la a entender que seu discurso e suas questões correspondem às próprias questões defendidas por todas as pessoas pertencentes ao movimento social. Tomamos como exemplo duas organizações oriundas do movimento social de luta pela moradia no Brasil, como o MST e Movimento Camponês Popular - MCP. Esses dois grupos representam o movimento de luta pela moradia, mas não é o próprio movimento. Cada um busca seu próprio crescimento e apresenta pautas próprias reivindicatórias, e buscam mostrarem-se fortes o suficiente para atraírem mais adeptos para suas ações e alcance dos objetivos. Para isso investem em elementos de identificação próprios, como bandeiras, slogans, ritos, informações, etc. Isso não significa que esses símbolos representam o movimento social em si, somente uma representação dele, que deseja diferenciar-se dos outros grupos pertencentes ao mesmo movimento. Assim o MST e o MCP, com toda sua força mobilizatória e visibilidade nacional podem levar parte da sociedade a pensar que suas bandeiras ideológicas, objetivos e estratégias de atuação representam todo o movimento de luta pela terra e regularização fundiária.

Figura 1: Marcas, bandeiras e manifestação do MCP e MST



<sup>5</sup> Subgrupo derivado do movimento ambientalista que se burocratizou e institucionalizou.

Dadas às reflexões iniciais, entendemos que a compreensão de movimentos sociais feita por Nildo Viana (2016, p. 43) que "os movimentos sociais são mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos" nos ajudam a compreender melhor a relação dos movimentos sociais com a comunicação.

Entende-se que as pessoas que pertencem a um movimento social que se encontra desamparado no acesso aos meios midiáticos elementares, não podem mobilizar-se entre seus pares, ou apresentam enormes dificuldades para que isso ocorra dentro de uma referência geográfica ou entorno de uma pauta de interesses comuns, pois necessitam não só do acesso às formas de comunicação, mas ao conhecimento especializado necessário a sua utilização. Nesse sentido a comunicação é a forma de interação social que determina a existência do Movimento Social, e é essa interação comunicacional que promove trocas simbólicas que viabilizam as ações e objetivos e promovem o movimento e engajamento das pessoas nas diversas áreas como a política, educação, moradia, econômica etc., atuações que necessita de coparticipação. Ou seja, os movimentos sociais se originam do esforço humano de enfrentamento das insatisfações sociais conscientes e coletivas que só se manifestam por meio da comunicação, promovendo o senso de pertencimento entre os pares por meio de ações coletivas e compartilhadas (mobilização), que se dá por interações comunicacionais, buscando objetivos comuns, que só se coletivizam por meio dos processos de trocas simbólicas que promovem uma espécie de conversação da sociedade. O que evidencia que a comunicação é a estrutura e DNA dos Movimentos Sociais. Sem comunicação, não há Movimentos Sociais, pois a comunicação é o elo de conciliação rotineiro do conjunto das relações sociais, que propaga sentidos, princípios e produz práticas e modelos de práticas sociais que se manifestam em forma de movimento social na contemporaneidade.

Compreende-se que o conceito de comunicação deve indicar um tipo de mobilidade comunicacional de todas as pessoas pertencentes a um determinado movimento social, um tipo de interação por meio da comunicação que considere os processos práticos e simbólicos. Diante deste argumento utilizar-se-á para este trabalho o conceito de TEMER e NERY (2009, p. 16) que comunicação "é partilhar, tornar

comum, romper o isolamento. É o produto de um encontro social, um tipo de relação intencional exercida sobre outro indivíduo ou indivíduos, que exige reciprocidade".

Esse conceito permite ampliar a visão inicial de que comunicar limita-se a emissão ou recepção de informações. Trata-se também de gerar sentido nas relações humanas, criar relacionamento, tornar comuns ideais, motivar ações coletivas, criar e manter vínculos, dialogar, orientar. Assim vemos que as pessoas para compartilharem situações sociais frutos das suas insatisfações devem na verdade comunicarem-se umas com as outras. Nesse sentido, é importante considerar que a comunicação é

um processo de relacionamento social, torna-se imprescindível sua interação com diversas áreas do conhecimento, como as ciências sociais. A realidade social é dinâmica, uma construção histórica continuada pelo homem social. Comumente marcada por conflitos e criação de valores sociais, numa visão dialética da sociedade. (CÉSAR, 2007, p. 78)

O conjunto de pessoas que possuem algo em comum pode gerar por sua vez, ações coletivas ou compartilhadas, que podem ser denominado de mobilização. Também pode gerar senso de pertencimento e objetivos comuns. Neste processo, como percebemos em Braga (2011) a comunicação se evidencia como medula do sistema de transformação de códigos e instituições sociais que viabiliza as interações entre os seres humanos. Desta maneira é possível o compartilhar das insatisfações sociais, nos entendimentos sobre a necessidade de se promover ações que buscam a alteração de situações postas, no diálogo, na necessidade de se mobilizar as pessoas em torno de ações comuns, etc. Assim como lembra Eduardo Yuji Yamamoto, deixamos de compreender a comunicação como coisa (como sinônimo de informação, discurso, instituição ou aparelho) e passamos a entendê-la também como "processo decorrente do encontro entre indivíduos, culturas, discursos e imaginários diferentes" (YAMAMOTO, 2013, p. 103).

#### **4.2 - A Comunicação Comunitária nos Grupos e Movimentos Sociais no Brasil**

Para PERUZZO (2004) a comunicação comunitária vem sendo desenvolvida no contexto dos movimentos sociais é estabelecida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. Fundamenta-se nos princípios de comunidade, como a participação ativa, horizontal e democrática das pessoas, no sentido de pertença que desenvolve entre os membros, entre outros. A comunicação presente nos movimentos sociais deve romper o sentido de proximidade

geográfica, apontando para a necessidade do envolvimento das pessoas envolvidas na construção de sua própria história.

A partir da revisão de literatura realizada até agora e dos argumentos levantados pelos autores entende-se que o conceito de Peruzzo é o que mais se aproxima do que se almeja. A autora diz que comunicação comunitária trata-se de um "processo comunicativo que prevê o envolvimento das pessoas de comunidade ou grupo, que não apenas se posicionem como receptoras de mensagens, mas protagonistas de conteúdos e da própria gestão dos meios de comunicação." (PERUZZO, 2003, p. 246).

Na década de 1970 a comunicação no Brasil era feita de forma precária e sofria com rigorosa censura que era aplicada aos meios de comunicação de massa. Todavia, foi um período de enormes investimentos econômicos e fiscais o que estimulou a modernização das estruturas dos veículos de comunicação da época. Os veículos de comunicação de massa contribuiriam para o aumento gradual da influência na opinião pública, principalmente a TV Globo, que montou sucursais nos maiores estados brasileiros. Em contrapartida, a tarefa de comunicar e expor os fatos ocorridos nas instâncias de poder para a sociedade civil e nos movimentos sociais coube a chamada comunicação comunitária ou popular, mesmo com suas limitações. (FESTA, 1986)

Mesmo com a perseguição, a censura prévia instituída pelo Ato Institucional 5 pela ditadura militar e outras formas de pressão e dificuldades econômicas, um número considerável de jornais e revistas foram editados nesta fase, como Pasquim, Movimento, Cojornal, Repórter, Opinião, O São Paulo, Em Tempo, Bondinho, Mutirão, Brasil-Mulher, Nós-Mulheres, entre outros. Dentre esses, destacaram-se O Pasquim e O São Paulo, que tiveram maior longevidade em suas publicações. Uma das principais marcas dessas mídias de comunicação popular foi a participação de representantes dos movimentos sociais na formação dos conselhos editoriais e o apoio de setores da igreja católica e cooperativas de jornalistas, que contribuía não só na produção das mídias como na distribuição. Um destaque à época foi o jornal Movimento, por ter feito a cobertura ampla do movimento operário, camponês e popular através de reportagens, relatos, depoimentos e discussões. As mídias alternativas e populares conseguiram colocar os movimentos sociais no cenário nacional da época. As publicações também surgiram nos campos, como o Boletim Nacional da Comissão Pastoral da Terra, lançado em 1975 que apoiava a reforma agrária, denunciava a grilagem de terra, a ação predatória do setor agropecuário, etc. Na sua maioria os processos de comunicação eram atrelados a educação e a cultura popular, por

meio de manifestações políticas que instrumentalizam a comunicação. Regina Festa lembra que

na medida em que surgiam pólos de resistência social apareciam os meios de comunicação, que através de intelectuais da oposição ou de grupos partidários que, corajosamente, lançavam tablóides; quer através das publicações que surgiam nas CEBs, Associações de Moradores, Sociedade Amigos de Bairro, Movimentos do Custo de Vida, Favelados, Movimentos de Terrenos Clandestinos, no meio operário, rural, etc. (FESTA, 1986, p. 16)

A comunicação comunitária é um fator essencial para gerar o engajamento cívico em processos participativos nos fóruns deliberativos, ofertando mais força aos cidadãos, que mobilizados e organizados,

conseguem se posicionar e expressar publicamente seus desejos e seus interesses, a fim de alcançar potencia cívica para interferir na vida coletiva: dar visibilidade às suas questões, propor debates assuntos que o afetam, lutar pelos seus direitos. (HENRIQUES, 2010, p. 71).

Mediante o que vem sendo abordado torna-se fundante enfatizar o argumento de que a comunicação popular e suas formas de manifestação dão contornos ao entendimento dos movimentos sociais em função principalmente da predominância no Brasil do processo de "negação da plenitude da cidadania à maioria da população". Neste sentido a comunicação comunitária voltada para a mobilização dos cidadãos é um tipo de fator comunicacional gerado pela razão e a existência de uma convicção coletiva relevante e pela construção de sentido público, convertido pela necessidade coletiva de participação. É a maneira como podemos compreender as características dos movimentos sociais.

Do ponto de vista histórico, o uso dos meios de comunicação popular dá-se no ambiente de insatisfação com as condições precárias de existência e das prementes restrições à liberdade de expressão pelos meios de comunicação de massa, a mídia hegemônica, a chamada "grande-imprensa", enviesada e dependente do capital e do Estado. Como resposta surge um modelo alternativo, que visa fugir do controle governamental e empresarial. PERUZZO (2004, p. 115) destaca como sendo uma "comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos", que melhor represente um processo democrático. Nesse patamar, "a nova comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado, sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc."

Para Festa (1986, p. 25) "a comunicação popular no Brasil nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas, sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como do campo". Condição similar a colocada por Karl Jensen (2014) ao defender que os movimentos sociais só podem aprofundar-se nas questões que defendem ao combaterem o modo de produção capitalista, portanto "aliando-se ao movimento operário", e a associação entre os movimentos sociais e movimento operário é fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário. R. White (1994) lembra que a comunicação comunitária "surgiu de um movimento em nível mais profundo: grupo de camponeses ou de trabalhadores discutindo entre si ou com outros grupos similares" (PERUZZO apud WHITE, 1994, p. 133).

Compreende-se então que esse modelo de comunicação é na verdade fruto de um processo, que insurge da própria dinâmica dos movimentos populares, conforme as necessidades de cada grupo. Assim, defende PERUZZO (2004), que uma das principais características desse modelo comunicacional é a participação voltada para o processo de mudança social. Não são incomuns meios populares de comunicação serem produzidos por poucos e estes identificarem suas próprias necessidades informacionais e também das mensagens dos receptores. De certa forma, pode existir um direcionamento e controle por parte das lideranças e/ou instituições mediadoras da comunicação popular.

Nesse sentido é preciso ter o cuidado de não supervalorizar essa forma de comunicação, deve-se de antemão analisar de maneira crítica, todas as formas possíveis de distorções e manipulações que porventura possa ocorrer e penetrar no contexto a participação "na perspectiva da democracia da comunicação". Esta perspectiva possibilita valorizar, dar importância e ênfase a participação das pessoas não apenas na produção, mas no planejamento e gestão da comunicação presente nos movimentos sociais, afim de "contribuir para o avanço em qualidade participativa". (PERUZZO, 2004, p. 144)

Na contemporaneidade os movimentos sociais diante de uma sociedade midiaticizada têm buscado transformar as lutas por reconhecimento em lutas por visibilidade. "A busca pela visibilidade vem em função da necessidade de que as reivindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo à mobilização dos que não compartilham o mesmo contexto e espaço/temporal".

### 4.3 - A mobilização como comunicação

Conforme vimos anteriormente, os movimentos sociais são compostos pelas pessoas que realizam alguma mobilização (VIANA, 2016). As ações de mobilização dos movimentos sociais são ações de comunicação utilizadas para conseguir promover uma sinergia adequada entre as pessoas envolvidas, a circulação adequada de sentidos e das informações do interesse do movimento e a manutenção e disseminação dos objetivos do próprio movimento. As insatisfações sociais características dos próprios movimentos sociais precisam ser expressadas, conhecidas e ouvidas. Esta necessidade torna-se ainda mais evidente na contemporaneidade, principalmente por causa das novas formas de transmissão de informação, das novas tecnologias de comunicação e informação.

Vale ressaltar que este estudo sobre os movimentos sociais e a comunicação de interesse público tem seu pressuposto básico na cultura de participação, de possibilidade de participação do processo de construção da realidade, da participação direta de grupos sociais como agentes dentro da história.

Estes e outros aspectos abordados ao longo da dissertação permite enfatizar que a forma de comunicação comunitária é o modo de existência dos movimentos sociais, na organização das políticas e das questões públicas, por meio da troca de conhecimento, informações e definição das ações voltadas para a mobilização dos movimentos sociais, assim torna-se imprescindível a discussão coletivizada e dialógica.

Viana (2016) apresenta o conceito de mobilização como uma ação grupal, ou seja, do grupo ou parte dele, podendo ser tanto uma ação coletiva quanto uma ação compartilhada. BRAGA, SILVA e MAFRA (2010) adotam o conceito de Toro e Werneck (1996), ao reconhecerem a mobilização como processo de convocação de vontades direcionada para um processo de alteração da realidade, por meio de processos comuns que foram concensuados e envolve a partilha das informações, discursos e a visão. A informação é apresentada como elemento mínimo para as pessoas se mobilizarem, tomarem conhecimento da realidade, gerando reflexão e debate. "O desafio da comunicação em projetos de mobilização social é gerá-la de forma participativa. Cabem iniciativas descentralizadas do fazer comunicativo, distintas de uma comunicação manipulada, unidirecional e paternalista". (BRAGA, SILVA & MAFRA, 2005, p. 66) Nesse sentido defendem uma comunicação para a mobilização, por meio de um modelo dialógico, expandindo o processo comunicacional de simples

transferência de informação para o encontro de sujeitos que possuem co-participação no diálogo e nas decisões.

Porém torna-se preciso superar esse paradigma limitante e instrumental da comunicação, faz-se necessário reconhecer a mobilização social como comunicabilidade, como processos comunicativos, sobrelevando a comunicação como questão central e determinante. A mobilização é na verdade uma prática comunicativa intensa, geradora de sentidos e com capacidade de criar para os participantes uma identidade que garante um senso de pertencimento e vínculos de corresponsabilidade entre a causa e os grupos sociais que as defendem, assim como reconhecimento que é também uma forma de percepção social dos sentidos gerados dos objetivos e das causas.

Assim compreendemos o reconhecimento como um ato comunicacional gerado pelo posicionamento sobre questões que foram tornadas públicas e expostas aos *stakeholders* cada vez mais amplos e assim reconhecidas, extrapolando a dimensão privada e para uma perspectiva coletivizada que possibilite mudanças e alterações das questões sociais questionadas.

A capacidade de mobilização de um movimento social está intrinsecamente ligada a sua capacidade de visões, informações, revoltas, insatisfações (etc)., o que obviamente significa sua capacidade de comunicação de grupos sociais. Para Henriques (2008) a comunicação implicada nas atuações dos movimentos sociais não é algo novo, porém numa sociedade midiaticizada o que se apresenta relativamente como novo são as formas como os meios de comunicação, onde destacamos as novas tecnologias de comunicação, modificam e influenciam os modelos de produção e difusão de discurso, assumindo um papel central para a promoção de uma ação coletiva, vinculando os projetos políticos e unindo pessoas diversas a uma vontade coletiva.

As estratégias de lutas e a maneira como os movimentos sociais atuais se organizam tendem a depender cada vez mais da capacidade e domínio do uso de mídias. Para Gohn (2000) o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST exemplificam como a visibilidade midiática extrapola uma preocupação externa aos movimentos, estruturando-se como elemento próprio da própria luta, por expressar a cultura e sustentar bases para que se construam formas de representação. "A presença da mídia é um fator constitutivo dos movimentos sociais contemporâneos". (HENRIQUES apud GOHN, 2000, p. 25).

Nota-se que a comunicação é condição primeira para o processo de mobilização dos movimentos sociais. Sem comunicação, não haveria o exercício mobilizatório nos

movimentos sociais, sequer os próprios movimentos sociais existiriam. Numa sociedade democrática, a interação comunicacional é imprescindível para que haja a preservação do diálogo, da livre circulação de sentidos e da positivação dos direitos fundamentais de liberdade de expressão e opinião, que garantem a existência dos movimentos sociais e das relações dos mesmos com a sociedade e os órgãos representativos do Estado ou governo. Movimento Social é comunicação. Fazer a sociedade se movimentar, relacionar-se entre si e exercitar suas formas de representação, gerar senso de pertencimento e participação é fazer comunicação. Para se produzir movimento social é preciso produzir comunicação.

Os temas defendidos pelos movimentos buscam não apenas a mobilização dos indivíduos na luta direta pela causa, na participação das ações coletivas e reivindicatórias, no sentido de se promover o ajuntamento de pessoas e posteriormente o fortalecimento do próprio movimento, mas também objetiva pautar a sociedade sobre a necessidade de se debater os temas e a legitimidade de processo, procurando fazer orbitar o máximo possível de atores em torno das temáticas defendidas, ampliando assim o nível de pressão exercida, sobretudo sobre os agentes políticos que possuem poder decisório sobre as questões defendidas.

É evidente que a tematização das questões defendidas pelos movimentos sociais e a mobilização em torno de uma pauta comum e principalmente a manutenção do próprio movimento é um processo complexo. Como lembra Henriques (2007, p. 103)

A própria constituição de uma causa social e/ou de um movimento, ou projeto mobilizador a ela relacionado, pode ser considerado um processo de interações comunicativas complexas que abrangem desde as relações interpessoais até um conjunto de interações mediadas, onde entram em jogo múltiplos interesses e visões, e, por conseguinte, sujeito a contradições e conflitos.

Entretanto, alguns estudiosos defendem uma forma instrumental de comunicação para se alcançar um maior número possível de pessoas em torno dos temas defendidos, como afirma HENRIQUES (2007, p.98) é preciso "manter contato por intermédio dos instrumentos de telecomunicação e da disseminação constante de informações por meio de mídias massivas ou dirigidas". O que na sua visão exige cada vez mais dos movimentos sociais, o aumento da capacidade e competência sobre a utilização dos diversos instrumentos midiáticos para não só manter os públicos informados, mas gerar condições favoráveis a cooperação entre os mesmos.

"É preciso que as pessoas tenham conhecimento dos objetivos, metas e prioridades da mobilização, sintam-se seguras quanto à valorização de sua forma de pensar e sintam a confiança dos outros participantes. Não haverá um engajamento se houver instabilidade - deve existir um apoio, algo sólido por detrás do movimento, da ação de cada um que transpire um sentimento de pertencimento e valores que transcendem a causa. (BRAGA, SILVA e MAFRA, 2005, p. 70)

Para os autores, para melhorar as condições de mobilização é necessária a criação de um relacionamento, de identificação com as questões que estão sendo debatidas. Neste sentido, Braga, Silva e Mafra (2005) propõem três tipos de modelos de comunicação que podem ser aplicados no processo de mobilização:

[1] **a comunicação de massa:** fundamental para a difusão e alcance da opinião pública e maior visibilidade. Com o desenvolvimento da mídia de massa, especialmente as novas mídias de comunicação e informação, a esfera pública foi ampliada para além das fronteiras das interações face a face, e atualmente se dão num espaço não localizado espacialmente e temporalmente. O uso dos meios de comunicação de massa possibilita a ampla divulgação das questões centrais sobre a insatisfação social que origina o movimento social e seus objetivos, tornando-os mais compreensíveis e acessíveis a sociedade, de maneira a pressionar a processo decisório das políticas públicas diretamente ligadas as questões do movimento. Porém, é preciso considerar as limitações e restrições dessa forma de comunicação, como: a ausência do caráter dialógico, os tempos que as informações são disponibilizadas nas mídias não atendem a necessidade de um processo gradual e contínuo próprio da mobilização social. Além da tendência da grande mídia em atender os interesses dos grupos econômicos que as sustentam, não apenas pode distanciar a cobertura midiática dos objetivos do movimento social como tem o poder de desfigurar seus objetivos e manipular as informações sobre as ações do movimento. Como o foco dado pela mídia hegemonia, sobretudo a Rede Globo nos Black Blocs<sup>6</sup>, nas manifestações públicas

---

<sup>6</sup> Nome dado a uma [tática](#) de [ação direta](#), de corte [anarquista](#), empreendida por [grupos de afinidade](#) que se reúnem, mascarados e vestidos de preto, para protestar em manifestações de rua para desafiar o [establishment](#) e as [forças da ordem](#). Suas manifestações promovem dano material a fachadas de empresas multinacionais e vidraças de bancos, por exemplo. São geralmente associados à violência e depredação e acabam entrando em confronto com a polícia. Neste caso o foco e o tempo das matérias que cobriam as manifestações foi dado principalmente nas ações do Black Blocs, que não representavam o movimento nem seus propósitos. Ao manterem o foco somente nestas ações, a mídia passava a ideia que o as manifestações de rua eram compostas por baderneiros e pessoas que só queriam depredar o patrimônio público ou privado.

oriundas do movimento estudantil de 2013 em defesa do passe livre estudantil e contra o aumento do preço da passagem do transporte público.

[2] **A comunicação segmentada:** relacionada a um fluxo contínuo de informações de produtores<sup>7</sup> para os reeditores<sup>8</sup>, de maneira a atualizar e dar coerência das ações com os objetivos dos movimentos, considerando a característica dinâmica e passível de eventuais modificações e redefinições das ações usadas pelos movimentos sociais em seu processo de mobilização.

[3] **A comunicação dirigida:** processo de transmissão de informações para o estabelecimento de uma comunicação orientada e constante com o público alvo. Assim esse modelo é caracterizado pela interação face-a-face entre as pessoas, determinado pela copresença e maior proximidade entre as pessoas e ações mais coesas, como as assembleias, manifestações de rua, ocupações (presentes em derivações de movimentos mais radicais), etc.

Defendem que o objetivo da comunicação é manter um fluxo comunicacional contínuo entre os integrantes dos grupos e movimentos sociais, compartilhando sentidos e objetivos do próprio movimento. O processo deve ir além da busca da necessidade de organização de ações que visem resolver problemas enfrentados pela sociedade, mas também atender a necessidade de pertencimento e interação dos indivíduos aos movimentos, fortalecendo os vínculos de corresponsabilidade.

Porém, como admoesta Signates (2011), onde quer o jogo democrático se encontra em funcionamento, a comunicação deve ser elevada como categoria analítica fundamental. E conforme as reflexões apresentadas, a comunicação se desenvolve não apenas como protagonista do processo de mobilização dos movimentos sociais, mas inerente a sua própria gênese e conceito. Sua importância transcende a mera divulgação e propagação de informações. No atual cenário político-social, as lutas pela legitimação, reconhecimento, adesão e poder de transformação social, tornam-se de certa forma, sinônimos de transformação de tipos diferentes de comunicabilidade, que busca a expansão de uma cultura participativa e dialógica e o entranhamento naquilo que é comunicacional nas relações e interações sociais.

---

<sup>7</sup> Produtores são as pessoas dos movimentos sociais que estão propondo o processo, que conseguem enxergar em primeiro a sua relevância.

<sup>8</sup> Reeditores: são as pessoas que dentro da sociedade conseguem influenciar um determinado grupo de pessoas, e conseguem introduzir, modificar e até mesmo eliminar mensagens dentro desse grupo. São formadores de opinião.

Neste sentido, compreende-se que a comunicação não deve ser observada apenas como "instrumento" ou um tipo de "ferramenta" pela qual se dá a estratégia. A visão instrumental da comunicação é uma forma de reducionismo e não dá a percepção correta sobre o sentido sistêmico da comunicação na forma, conteúdo e concepção dos movimentos sociais. Assim não se podem avaliar os movimentos sociais, sem considerar as condições estruturantes e os cenários da comunicação na formação e no relacionamento dos indivíduos e grupos sociais, e nas formas específicas de desenvolvimento dos sentidos públicos que são postos.

A preservação dos movimentos sociais e as relações de estreitamento destes com as políticas de comunicação nas esferas públicas como concebido neste estudo só são possíveis por meios da ação perene de robustecimento e expansão dos modelos de comunicação, de forma a garantir a comunicabilidade entre as pessoas, grupos e instituições e participação direta e coletiva sobre as questões sociais. Sem comunicação, os cidadãos deixam de formar grupos de debate público, despolitizando os diálogos e abandonando a possibilidade de consenso, fomentando assim, a efetivação de uma forma de subcidadania comunicacional.

#### **4.4 - A participação como processo de comunicação**

De maneira geral, o Brasil desenvolveu-se sem uma cultura participativa e dialógica, o que explica em parte, uma tendência cultural expressada em valores autoritários e até arbitrários que somando-se com a ausência de consciência política da maior parte da população, reflete na dificuldade em se avançar na prática efetiva da participação popular. Assim naturalizou-se a não participação direta da sociedade brasileira nos processo de diálogo e de tomada de decisão, sobretudo com os agentes políticos e os órgãos públicos e representativos, que parecem reservar esse tipo de relação para elites. Com a reabertura democrática do país, na década de 1980, o termo participação popular passou a ser usado como mantra da classe política. "A questão da participação é vital e impulsionadora para os movimentos sociais. Para que pessoas se mobilizem e tomem a decisão de se engajarem em algum movimento é preciso não só que essas pessoas tenham carências e problemas em comum, mas que compartilhem valores e visões de mundo semelhantes" (HENRIQUES, BRAGRA e MAFRA, 2005, p. 37)

Peruzzo (2004) lembra que, no sentido histórico, temos no Brasil a dominação e o autoritarismo de um lado, e do outro a submissão e a resignação e, não é incomum que as pessoas de um determinado bairro esperem do representante da associação dos moradores uma grande eficiência na solução dos problemas, pois, "ele foi eleito pra isso", e essa lógica também se repete em instâncias representativas mais altas. Segundo Maria Esther Dias (1982), a práxis autoritária vai concretizando um projeto de dominação política em todas as instâncias da vida social. Porém considera que o processo de dominação não é simplesmente imposto, mas também é facilitado pela omissão, a cumplicidade e o comodismo de se ter sempre "quem possa fazer por mim". Mas historicamente podemos considerar que o autoritarismo resulta da atividade econômica, social, política e da própria cultura e como fruto gera-se a alienação e a acomodação.

O processo democrático no Brasil se aperfeiçoou principalmente nas últimas três décadas, a comunicação se consolidou como essencial no processo de facilitação ao acesso à informação, estimulando os debates das questões públicas, democratizando o acesso a canais de comunicação (DUARTE, 2009). Ela é capaz de ofertar as pessoas pertencentes ou não a um grupo ou movimento social total condição de expressão enquanto personalidade crítica e também autônoma, emancipar-se e compreender-se, de maneira a aumentar sua capacidade de organização e mobilização (MATSUUCGHI, 2009). Segundo Marshall (1967) a comunicação se expressa nas dimensões civil, política e social e se concretiza na liberdade de expressão e opinião, como também na participação efetiva nas intervenções que a comunidade sofre, seja pela esfera pública ou privada, no acesso aos bens necessário à vida, no desenvolvimento intelectual, nas informações necessárias ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

Sobre a participação efetiva das pessoas, Peruzzo (2004) alinha-se ao pensamento de Pedro Demo que "participação não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada" (DEMO, 1988, p. 82). A participação é um ato comunicativo que precisa ser compreendido como direito e não como um privilégio ou uma concepção de um modelo político social. É um processo de interação comunicacional que precisa ser exercido, praticado, não é algo que vem de cima para baixo, mais no sentido pragmático é uma luta perene, que implica um processo. Apesar de ser positivado no Brasil democrático, a participação popular é o meio de comunicação que busca garantir a efetividade do exercício de uma cidadania comunicacional e a

longevidade do Estado e governo democrático. Do ponto de vista da comunicabilidade a participação precisa ser cotidianamente resignificada, revista, de modo a criar e manter situações de participação social, política, econômica, cultural e administrativa das pessoas de modo a garantir uma cidadania participativa, ativa e reivindicatória, e não um modelo de cidadania passiva e ouvinte. A participação como comunicabilidade, compreende um processo amplo e permanente de engajamento dos cidadãos e das instituições no processo político democrático.

Henriques (2010) lembra que deve haver, por exemplo, uma reconfiguração da administração pública a fim de incorporar a criação de espaços de interlocução com a sociedade civil. Dessa forma, os cidadãos podem debater e deliberar sobre as questões que os afetam, mas sob uma complexa combinação de formas representativas e de canais de participação abertos aos cidadãos, que se constituem fóruns capazes de aproximar os cidadãos das esferas públicas representativas. Braga, Silva e Mafra (2005, p. 68) defendem que

a vinculação ideal dos públicos aspirados por todo e qualquer projeto de mobilização social encontra-se no nível da co-responsabilidade, que existe quando o público gerador age por se sentir responsável pelo sucesso do projeto, entendendo sua participação como essencial ao todo. Essa disposição do público à participação é alcançada pelo sentimento de solidariedade e se caracteriza por uma compreensão dos problemas comuns de todos os envolvidos no movimento.

Nesse sentido, Henriques (2005) observa que o processo de comunicação deve objetivar a ampliação dos públicos geradores<sup>9</sup> que por sua vez, devem se organizar como coresponsáveis pelas ações do movimento social, e suplantar as ações pontuais ou circunstanciais (como elaboração de material panfletário, spots de rádio, posts para mídias sociais, eventos, etc.).

Os olhares pelos quais se viu, por meio de lentes mais claras, permite apontar na direção de que constituem todos os elementos de um movimento social: a insatisfação social, o senso de pertencimento, a mobilização e seus objetivos, e atuam no sentido de fortalecê-los e difundi-los, de forma a criar ações midiáticas interdependentes e sinérgicas, direcionando as ações dos públicos, identificando e envolvendo todos os níveis de públicos vinculados direta ou indiretamente ao movimento social. Num exercício de superação de ações comunicativas desconexas e ausentes de periodicidade.

---

<sup>9</sup> Públicos geradores são os públicos que realizam qualquer tipo de ação que contribua para os objetivos gerais ou específicos do projeto do movimento social. (HENRIQUES, 2005, p. 68)

Sendo assim vai-se construindo um universo significativo que possibilita enfatizar que a comunicação não pode ser vista apenas como um instrumento ou elemento de composição dos movimentos sociais e dos interesses públicos, mas deve ser compreendida como sua própria maneira de ser e de existir. Desta forma, se os modos de comunicação forem silenciados, impedindo a livre produção e circulação social dos sentidos, do pleno exercício de expressão, não haveria mobilização em torno de insatisfações e objetivos comuns, nem mesmo construção de senso de pertencimento, portanto não haveria movimento e participação social, muito menos interação comunicacional e o exercício pleno de uma cidadania participativa. A participação só é possível pelo comunicacional, pela mediação da linguagem, por meio do debate argumentativo e da livre circulação das imagens, interpretações e interações públicas.

Fica evidente que uma das condições basilares da comunicação comunitária e do processo de mobilização social utilizada nos movimentos sociais é a participação, que por sua vez é a própria comunicação em funcionamento, "é democratizar o poder de comunicar" (PERUZZO, 2007, p. 12), também é proporcionar o direito de acesso do cidadão e de suas formas coletivas de organização ao comunicacional, é a condição prática de serem emissores, produtores e difusores de sentidos e conteúdos.

Percebe-se vários tipos de participação, que pode ir do ponto de vista da recepção das informações até da participação ativa no processo comunicacional. Talvez seja por este motivo que PERUZZO (2004, p. 139) discorre que

[...] a participação pode ocorrer em níveis mais elevados, quando o indivíduo atua como sujeito ativo, como protagonista da elaboração de mensagens, na produção (edição e transmissão) de programas para rádio e televisão, na confecção de boletins informativos etc., como também no planejamento e na gestão do canal de comunicação.

A participação é provida pela interação comunicacional. Não se pode participar sem comunicar, pois a própria atitude do indivíduo de participar já se constitui um processo de comunicação, pois é uma forma de expressão de vontade e posicionamento. Peruzzo (2004) apresenta três modalidades de participação popular, dentro de uma perspectiva ampla de ação coletiva: **[1] a participação passiva:** o indivíduo mesmo ao não se envolver ativamente numa questão que o afeta, assumindo um perspectiva conformista, ele desenvolve um tipo de participação, pois subordina-se ao que for determinado, favorecendo assim as decisões verticalizadas, de cima pra baixo, ou seja, mais autoritárias; **[2] a participação controlada:** é facilmente percebida em várias

políticas de relacionamento popular entre a sociedade e os órgãos representativos do poder público. Normalmente, fruto de pressões populares, ações conhecidos como "orçamento participativo", "planejamento participativo", na verdade valem-se de determinadas restrições, ou limitações e são processos facilmente manipulados. Como exemplo, o orçamento participativo de prefeituras que não apresentam o total de recursos disponíveis, mas somente aqueles reservados sob critérios desconhecidos para as iniciativas a serem realizadas na comunidade ou grupo social específico. Esse tipo de estratégia, colabora para manter o grupo social passivo, criar um discurso que a política aplicada foi fartamente discutida com a sociedade, mas na verdade favorece o envolvimento popular somente até o ponto que interessa aos interesses do grupo que está no poder. O limite é a não interferência na estrutura de dominação; [3] **a participação-poder:** baseada em processo que visam favorecer a participação democrática, ativa e autônoma, visando o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas. Nesse modelo o exercício do poder deve ser partilhado. Outras expressões que podem ser utilizadas para esse modelo é a co-gestão e a autogestão. Porém, ressalta-se que é preciso considerar que a "participação não equivale a uma assembleia permanente, nem pode prescindir de utilizar mecanismos de representação" (PERUZZO apud BORDENAVE, 1988, P. 80).

É preciso considerar que, o processo de uma participação da população por meio da comunicação é inerente dos próprios movimentos sociais, porém, ressalta-se que a capacidade de compartilhar o poder de decisão tende a ser conflituoso e demorado. Peruzzo (2004, p. 146) afirma ainda que "as mediações são muitas, podendo estar entre elas o dirigismo autoritário de lideranças, instituições, interesses individuais e políticos, como também a apatia e o conformismo por parte de grandes contingentes populacionais".

No entanto, independentemente de quais sejam as questões defendidas por um determinado movimento social, as dificuldades e o tempo necessário para debater e decidir sobre essas questões precisa ser levado em consideração. Neste sentido a comunicação tem sentido não só como uma das principais necessidades e suporte para qualquer movimento, considerando principalmente que vivemos uma sociedade midiaticizada. Diante disso um movimento social deve empoderar-se das práticas comunicativas para ampliar e fortalecer suas formas de exercício de poder e de direitos, assim como expandir a visibilidade de seus valores, culturas e ideologias, e conseqüentemente a adesão e participação cada vez maior das pessoas a concepção de

opinião pública favorável. Compreende-se que na contemporaneidade é fundamental se estabelecer uma política de comunicação por parte de qualquer forma de movimentos sociais.

A comunicação utilizada de forma dialógica, participativa e descentralizada, proporciona o envolvimento das pessoas ao projeto de mobilização social de uma comunidade de forma mais coerente com as insatisfações sociais que dão origem as demandas de grupos sociais, que aliadas ao senso de pertencimento promovem mobilização social em torno de objetivos claros e capazes de articular uma movimentação de parte da sociedade em torno de ações que buscam a transformação social.

As formas com as quais se reporta a comunicação podem levar a afirmar que ela pode ser capaz de materializar as causas e demandas sociais defendidas, e mobilizar as pessoas de maneira de não só aumentar, consolidar e fortalecer a visibilidade dos movimentos sociais, mas também contribuir para a própria formação de indivíduos corresponsáveis com os problemas enfrentados pela sociedade em que vivem. Além disso, estimula o fortalecimento do senso de pertencimento das pessoas aos movimentos sociais e as suas próprias comunidades, estimulando diversas formas de mobilização e participação.

O desafio surge em estabelecer uma ponte entre duas formas de comunicação pública distintas, estabelecer uma conexão entre o uso e os princípios da comunicação pública governamental e as práticas da comunicação comunitária, mantendo os mesmos fundamentos e características de ambas, sob o efeito que essa possibilidade pavimenta e fortalece um modelo de cidadania. É o que veremos a seguir.

#### **4.5 – A comunicação governamental e comunitária e a cidadania como objetivo**

Um dos grandes desafios da comunicação comunitária é estimular a controvérsia atrelada à causa comunitária, com vistas à edificação de uma sociedade cidadã e solidária. Porém, Murade (2007) admoesta que isso não pode ser conquistado pela persuasão, mas pelo diálogo entre os grupos sociais

a comunicação adquire sentido político, possibilitando a tomada de consciência, a expressão da insatisfação e a superação das relações de exclusão, assumindo um compromisso com a transformação da realidade. Ao

se transformar, os indivíduos mudam também a realidade dominante, imprimindo um novo rumo à vida cotidiana. (MURADE, 2007, p.163)

Peruzzo (2004) defende que a democracia no poder de comunicar é uma condição para ampliação da cidadania. O que se propõe é a ampliação desse conceito. A democracia no poder de comunicar apresenta-se como a própria condição de cidadania. Uma pessoa sem condição comunicacional não pode ser considerada um cidadão na contemporaneidade. Sua melhor posição talvez seja a defendida por Jessé Souza (2003), a de subcidadão, pois caminha na sociedade sem acesso aos direitos fundamentais. Com esse entendimento, reafirmamos que não há como ampliar a condição de cidadania se o indivíduo ainda não se constituir de fato como cidadão.

Considerando que as ações de comunicação comunitária pressupõem mobilização social e esta se relaciona com algumas das funções do jornalismo, das relações públicas e da publicidade, observa-se que o campo da mobilização apresenta-se como mais uma possibilidade de atuação no *mundo vivido*. É possível concluir que o campo de atuação da comunicação comunitária é muito mais abrangente do que os profissionais de comunicação estão acostumados a pensar, e isso reflete em suas formas de agir. Porém, Peruzzo faz uma importante advertência sobre o que pode ser considerado comunitário na comunicação

é salutar que se perceba as diferenças entre desempenhar um papel de cunho comunitário ou prestar serviços de interesse comunitário, e ser efetivamente um meio comunitário de comunicação. Para dizer-se comunitário e cumprir uma missão educacional, um meio de comunicação deve priorizar conteúdos não-alienantes, garantir a liberdade de expressão, ser orgânico à realidade local e abrir-se ao controle e à gestão autônoma da própria comunidade. (PERUZZO, 2007, p. 141)

Para esta autora a comunicação comunitária não pode ser caracterizada como um tipo qualquer de mídia precisa ser compreendido como um "processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares"(PERUZZO,2007,p...), por meio de ações de caráter mobilizatório e coletivo presentes nos movimentos e organizações, que possui características crítica, emancipadora e reivindicatória e tem o “povo” como protagonista principal, próprio do processo democrático e educativo.

Peruzzo (2006) defende que a Comunicação Comunitária não se resume simplesmente "ao direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos". Para ela deve indicar um cidadão ativo sendo protagonista do processo de gestão e emissão de conteúdos, promovendo o

desenvolvimento do exercício da cidadania. Indica que os processos de comunicação popular se evidenciam nas ações de conformação dos meios de comunicação dirigida, como jornais, panfletos, cartazes, faixas, peças teatrais, uso de auto-falantes entre outros. Destaca ainda que a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como: a garantia da liberdade de expressão; não ter fins lucrativos; propiciar a participação ativa da população; ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania.

Já Murade (2007) amplia a visão dizendo que a comunicação comunitária ganha papel único na construção da cidadania, pois possibilita novas formas de atuação para a comunicação, oferecendo alternativas à sociedade civil e aos grupos populares organizados. Assim a comunicação comunitária pode contribuir com a necessidade dos órgãos governamentais de contribuir com a comunidade para a produção de autoconhecimento e corresponsabilidade com projetos voltados para a comunidade.

O uso da mídia pelo Governo sem a participação comunitária, apenas reforça a intenção de utilizar a comunicação voltada para a construção de uma realidade conforme seu próprio interesse, e também facilita a ação de ocultar a realidade ou mascará-la, alijando a sociedade do processo dialógico, interacional, libertário, participativo e autônomo que colocaria o cidadão na posição de protagonista do entendimento e intervenção da própria existência e realidade.

Assim nosso entendimento se estabelece sob a égide que cidadania e comunicação constituem um mesmo DNA, não há existência de um sem a existência do outro, estão amalgamados pelos mesmos princípios, cingidos pelos valores da democracia, da legalidade e humanitários. Acreditamos também que a comunicação comunitária usada no contexto da comunicação governamental pode apresentar-se não só como campo para a compreensão desse pressuposto, mas como uma alternativa viável de modelo de uma comunicação pública nos moldes de uma sociedade democrática contemporânea.

A proposta de uma cidadania comunicativa a partir do uso da comunicação comunitária em órgãos públicos apresenta-se como uma possibilidade para o relacionamento humano por gerar no indivíduo uma capacidade dialógica, propositiva, participativa e cooperativa, e principalmente por elevá-lo à condição de cidadão, pois a cidadania vale-se dessas mesmas condições para sua existência.

Propõe-se a ampliação de pesquisa sobre o fenômeno da cidadania na comunicação comunitária no contexto da comunicação governamental, considerando o entendimento do que é comunicação como fenômeno que possibilita a negociação de ideias e percepções entre os indivíduos ou grupos e setores da sociedade, possibilitando a funcionamento de um espaço social apto para acordar objetivos e para decidir sobre os meios mais adequados para alcançá-los (BRAGA, 2010).

Diante das considerações, observa-se que a sociedade contemporânea presencia mais uma vez, um conjunto de alterações, dentro de uma base de novas possibilidades comunicacionais que possuem o potencial de ir além da capacidade de promover, mas de ser a própria natureza da cidadania. O que desperta a atenção para o aprofundamento desse estudo visando dar maior e melhor contorno a um modelo de cidadania comunicacional.

Retomamos a questão problema da pesquisa: Como o Programa de Regularização Fundiária da região noroeste de Goiânia ao utilizar a abordagem da comunicação comunitária no contexto da comunicação governamental contribuiu para a composição de uma cidadania? Neste contexto, propomos o estudo sobre *a Comunicação Comunitária no contexto da Comunicação Governamental como fator constitutivo de uma cidadania comunicativa*. E como objeto de análise empírico da pesquisa, optamos pela análise do Plano de Comunicação do Programa de Regularização Fundiária Plena, aplicado na região noroeste de Goiânia, Goiás, que buscou atingir milhares de famílias por meio de ações de comunicação comunitária. Propõe-se observar as condições e os processos comunicacionais deste programa para identificar como as pessoas envolvidas no processo de regularização fundiária plena da região noroeste de Goiânia compreenderam as ações desenvolvidas no projeto como um modo de comunicação inerente a própria condição de cidadania, a fim de verificar como a comunicação comunitária usada no contexto da comunicação governamental pode constituir-se não só como campo para a compreensão de uma cidadania comunicacional, mas também como alternativa viável para um modelo de comunicação pública.

Para o desentranhamento dos objetivos propostos, como veremos pormenorizadamente no capítulo seguinte, preconizamos como caminho metodológico a

Análise de Conteúdo das mídias utilizadas no programa, e pesquisas em profundidade utilizando duas categorias de análise: a comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos e Cidadania a partir do sentido da comunicação.

## 5 - A ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para consubstanciar a pesquisa, tomamos como primeiro passo investigar e organizar o objeto teórico de estudo. Após realizarmos uma reflexão teórica sobre a cidadania e a comunicação, tendo a comunicação pública como princípio para a melhor compreensão da comunicação comunitária no contexto da comunicação governamental como modelo de uma cidadania comunicacional, segue-se o desenho até agora elaborado de como desenvolver os objetivos propostos por essa dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

A pesquisa pretende desvelar o que está encoberto e para possibilitar uma compreensão mais clara sobre o tema. É necessário recortar o campo de análise, para isso é preciso refinar a análise a um objeto concreto, aceitável, que esteja situado no mesmo contexto do tema estudado para que se possa entranhar num espaço não conhecido ou pouco visitado e conseguir ver o que ainda não foi visto e emanarem convicções ainda não obtidas (SILVA, 2010).

Para o estudo sobre a Comunicação Comunitária no contexto da Comunicação Governamental vê-se como ela colaborou para uma cidadania comunicativa, o locus de análise foi o Plano de Comunicação Pré-Trabalho Técnico Social do Programa de Regularização Fundiária Plena na região noroeste de Goiânia, que buscou atingir milhares de famílias com ações de comunicação comunitária. Este plano foi normatizado pelo Ministério das Cidades, por meio da Portaria Nº 21, de janeiro de 2014, que apresenta um manual que contém normas e orientações para elaboração, contratação e execução de Trabalho Social nas intervenções de habitação, que prevê de forma explícita ou implícita ações comunicacionais voltadas à comunidade alvo das políticas públicas voltadas para ao direito à moradia. O projeto foi desenvolvido pela Agência Goiana de Habitação - AGEHAB, com recursos e aprovação do Ministério das Cidades e acompanhamento técnico-financeiro da Caixa Econômica Federal. Dividido em várias etapas, foi iniciado em janeiro de 2013 e está até os dias atuais em desenvolvimento. Porém para fins desse estudo, optamos pela análise de sua execução em 2013, pois nesse período as fases do plano além de executadas foram avaliadas e aprovadas pela CAIXA. Isso possibilitou o acesso e a coleta de fontes diversas de dados que contribuíram ao se intrincarem a fim para responderem ao fenômeno, por meio da pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo, o que permitiu o

surgimento de novas informações. O entrelaçamento dessas técnicas de pesquisa permitiu uma triangulação que proporcionou olhares diferentes para o mesmo objeto de pesquisa, e assim o favorecimento de melhores corolários. Além a utilização de diferentes técnicas de coletas de dados permitiu por meio da completividade, uma avaliação mais completa do uso da comunicação comunitária no âmbito da comunicação pública de governo como forma de ativação de uma cidadania comunicacional. A partir do conhecimento dos dados obtidos dentro do contexto pesquisado, podemos aprofundar o olhar para o objeto.

A escolha deste projeto deve-se ao seu pioneirismo não só em Goiás, mas no Brasil, tendo em vista, que pela primeira vez, a CAIXA e o Governo Federal aceitaram que um Projeto de Trabalho Técnico Social de um programa de urbanização de assentamentos precários fosse licitado, elaborado e executado por profissionais de comunicação social e não somente por assistentes sociais, como era de praxe. Além da representatividade do projeto, com envolvimento de 4.827 famílias e cerca de 20 mil pessoas, moradores dos bairros do Jardim Curitiba.

Os bairros situam-se na região noroeste de Goiânia, uma das mais pobres da capital goiana. A região noroeste de Goiânia teve início com a invasão da Fazenda Caveiras, em julho de 1979, originando o Jardim Nova Esperança, um bairro hoje consolidado, considerado um marco da luta habitacional da região. Em abril de 1981 ocorreu uma segunda invasão na mesma região, porém a prefeitura de Goiânia resolveu agir antes da consolidação de uma nova invasão. Mas no ano seguinte uma terceira invasão foi programada, agora com mais de 4 mil famílias participantes, mas boa parte, mais de 3 mil famílias foram assentadas pelo governo estadual em uma área próxima, designada Vila Mutirão, concretizando efetivamente o processo efetivo de ocupação da Região noroeste de Goiânia.

O Jardim Curitiba é um dos mais populosos assentamentos implantados na capital de Goiás. As famílias residem no local desde 1988. Embora seja totalmente asfaltado e possua rede de energia elétrica e água potável em todo seu perímetro, configurava-se como um bairro ilegal, não aprovado pela prefeitura e registrado em cartório. Isso na prática torna os moradores que possuem casa nestes bairros, donos de fato, porém não de direito. O que ocasiona transtornos dos mais diversos aos moradores, como não poderem usar as casas como garantias de empréstimos, pela ilegalidade dos loteamentos, não terem bancos públicos ou privados, correios, por isso a população tem que se deslocar para regiões mais centrais para usarem tais serviços públicos. Tais

realidades promoveram grande atraso no desenvolvimento econômico dos bairros da região, principalmente pela falta de segurança quanto aos documentos dos imóveis, o que acarreta o aumento do desemprego, pobreza e criminalidade. Características próprias de uma subcidadania.

O bairro foi dividido em quatro partes, Curitiba I, II, III e IV. Embora já tenha mais de 20 anos de ocupação as edificações do bairro são, predominantemente, “médio baixo”. Parte das casas é coberta de telhas de fibrocimento, esquadrias metálicas, sem pintura e ainda existem moradias improvisadas com lonas, uso de papelão ou outros materiais não adequados.

O plano contou com uma caracterização do perfil da população local e também das organizações comunitárias existentes que apresentassem bases associativas formais e também a identificação nominal das lideranças locais, sejam elas respaldadas por funções burocráticas, como conselheiros tutelares, agentes de saúde, presidentes de associações de bairros, presidentes de conselhos de saúde, presidentes do conselho de segurança de bairro, ou os identificados como líderes ou influentes naturais, como pastores, moradores mais antigos, anciãos etc. Esses dados foram disponibilizados, para fins desta pesquisa.

A seleção do objeto de pesquisa empírica também levou em conta a relação com o tema proposto “o uso da abordagem da comunicação comunitária utilizada na comunicação governamental durante o desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária da região noroeste de Goiânia (2013)”. Um tema que proporciona importantes mudanças na forma de interação e de comunicação entre os indivíduos e as instituições públicas, com a utilização de mix comunicacional, incluindo as mídias digitais e tradicionais, atividades de relações públicas comunitárias, de publicidade e de jornalismo empresarial. O Plano buscou utilizar elementos tradicionais de comunicação popular ou comunitária e permitir que a comunidade local definisse a pauta dos jornais comunitários os tipos e modelos de mídias e estratégias comunicacionais que deveriam ser utilizadas; fontes para entrevistas nas mídias tradicionais; apontarem os cursos profissionalizantes que deveriam ser oferecidos; promovessem a discussão e aprovação sobre os tipos de equipamentos públicos que deveriam ser construídos. Por meio de apoio financeiro apoiou um grupo de teatro local desenvolveu e apresentou por várias ocasiões e locais públicas uma peça teatral sobre a temática, evidenciando as características da cultura local, além de outras dezenas de ações desenvolvidas junto à comunidade. Destaca-se como relevante um ponto de

grande insatisfação da comunidade, quanto o impedimento legal de se vender ou doar o imóvel durante os oito anos posteriores a entrega das escrituras, mesmo já estando morando no local por quase trinta anos. Esse ponto foi apontado pela comunidade local, como impedimento ao andamento do Programa de Regularização Fundiária no local e foi levado ao conhecimento da Assembleia Legislativa que atendendo a proposição da comunidade local alterou esse item<sup>10</sup>, mesmo sobre resistência dos procuradores do Estado.

Assim, torna-se interessante desenvolver uma pesquisa pautada neste caso, visando descortinar as alterações provocadas nas relações sociais e no processo de transformação de uma comunidade e do público à condição de cidadão.

## **5.1 As técnicas de pesquisa aplicadas**

As técnicas utilizadas são de natureza qualitativa. De acordo com Creswell (2007) a pesquisa qualitativa é um estudo não estatístico que identifica e analisa profundamente dados não mensuráveis como sentimentos, percepções, pensamentos, intenções, comportamentos passados, entendimentos de razões, significados e motivações de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema em específico. Segundo ele, o uso da metodologia qualitativa é recomendado quando não se dispõe de mapeamento anterior em relação a um determinado problema e quando é necessário gerar hipóteses sobre opiniões, usos, costumes, imagens, aceitação de produtos, percepções, crenças, experiências, estilo de vida, comportamentos passados e presentes. "A pesquisa qualitativa é feita em cenários naturais, onde ocorrem o comportamento humano e os fatos." (CRESWELL, 2007, p.202). O que se aplica ao contexto dos desafios propostos.

### **5.1.1 A pesquisa bibliográfica**

Como já descrito anteriormente, o caminho metodológico da pesquisa adotado para a realização desta dissertação utilizou três técnicas diferentes que se complementam e contribuem cada uma atendendo a uma necessidade específica. Nosso ponto de partida foi a pesquisa bibliográfica a fim de estabelecer uma concepção geral nas confluências das perspectivas da comunicação e da cidadania, buscando os aportes nas ciências sociais, políticas e da comunicação, que foram descritas nos capítulos 2, 3 e

---

<sup>10</sup>O item alterado foi referente à LEI N° 17.545, Art. 6º, inciso III, alínea b.

4. Assim, demos a fundamentação teórica à pesquisa. O referencial teórico buscou abordar os conceitos de cidadania, direitos, comunicação pública, comunicação governamental e comunicação comunitária e auxiliar a buscas de respostas aos questionamentos propostos e atingir os objetivos deste trabalho, aprofundando os conceitos-chaves e suas relações. Os dados secundários constituem importante fonte de informação, que auxiliam o pesquisador na construção de seu objeto de estudo. De acordo com Ida Regina Stumpf, a pesquisa bibliográfica:

É um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (STUMPF, 2006, p. 51)

A pesquisa bibliográfica, também denominada pesquisa de fontes secundárias, procura contemplar a bibliografia relacionada à temática já publicada, podendo variar desde jornais, revistas, livros, e-books, dissertações, teses, registros fotográficos etc., contemplando também as mídias televisivas, radiofônicas, impressas e eletrônicas. Para Marconi e Lakatos (2010) o objetivo que o pesquisador tenha maior proximidade com toda a produção sobre o assunto.

### **5.1.2 Análise Documental**

Na segunda etapa empregamos a Análise Documental (AD) dos modelos midiáticos utilizados no planejamento de comunicação comunitária do projeto de regularização plena, como os jornais comunitários, folders, cartilhas, cartazes e relatórios, leis, manuais, portarias etc. André Cellard (2012, p. 295) lembra que o uso de “documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Para Sonia Virgínia a análise documental

Compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. No caso da pesquisa científica, é, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que contempla outras formas de obtenção de dados, como entrevista e o questionário (MOREIRA, 2009, p. 270-271).

O documento escrito possibilita a realização de alguns tipos de reconstrução, por isso é uma fonte importante para o pesquisador. Ele é desejável em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, e não é incomum ser o único testemunho de atividades particulares ocorridas em um passado recente. Graças a ele, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou evolução de indivíduos/grupos/conceitos, entre outros.

É um método de coleta de dados que descarta, em parte, a eventualidade de qualquer influência que pode ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador.

Os documentos analisados devem permanecer surdos e deles não podemos exigir precisões suplementares. O objetivo é superar obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade do documento, observando a credibilidade e a representatividade do documento e compreender o sentido da mensagem. Cellard lembra que tudo que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho é considerado como documento ou fonte: textos escritos; documentos de natureza iconográfica e cinematográfica; elementos folclóricos; objetos do cotidiano; relatórios de entrevista; etc. Na proposta de pesquisa que apresentamos todos os documentos são de natureza pública.

A pesquisa documental exige um esforço firme e inventivo quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação, não apenas em função do objeto, mas também em função do questionamento.

Cellard (2012) descreve a primeira etapa da análise documental em cinco dimensões:

- i- O contexto
- ii- O autor ou os autores
- iii- A autenticidade e a confiabilidade do texto
- iv- A natureza do texto
- v- Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava o autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial em todas as etapas da análise documental. Uma boa compreensão do contexto é crucial em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. É importante que se tenha um conhecimento íntimo da sociedade cujos depoimentos ele interpreta, e assinalar as fontes como

garantia que as referências são confiáveis. Moreira (2009) esclarece que a análise documental procede a partir de semelhanças e diferenças e uma habilidade intelectual que objetiva descrever e representar os documentos de forma sistemática e unificada a fim de facilitar a sua recuperação e refletir o objetivo original da fonte. A análise documental move-se como instrumento de contextualização de fatos, situações e momentos, introduzindo assim novas perspectivas ao mesmo tempo em que mantêm a constituição original dos documentos.

Os documentos que serão estudados possuem várias fontes: como o sítio eletrônico do Ministério das Cidades, diversos arquivos disponibilizados pela AGEHAB e clipping de mídia espontânea da época. Os documentos que foram utilizados estão descrito no Apêndice A.

### **5.1.3 Análise de Conteúdo**

Bardin (2009) trata distintamente a análise de conteúdo da análise documental. Para ela, algumas técnicas e procedimentos da análise de conteúdo, fazem menção à análise documental como forma de condensação das informações, para consulta e armazenamento. Esta última foca-se em documentos, sua classificação e indexação e seu objetivo é a representação condensada da informação para consulta e armazenagem. Já a análise de conteúdo foca-se em mensagens (comunicações), na identificação de categorias-temáticas como possibilidade de análise e seu objetivo é a manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.

Segundo Bardin (2009) o objetivo da Análise do Conteúdo - AC é apresentar uma análise crítica dos conteúdos dos materiais investigados como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas. Define que a função principal da análise do conteúdo é o desvendar crítico sobre diferentes fontes de dados, como: material jornalístico, discursos políticos, cartas, publicidades, romances e relatórios oficiais. Define a análise do conteúdo como um método empírico. Bardin (2009, p.15) define a análise do conteúdo como "um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados". A análise de conteúdo é também uma análise de significados, busca realizar uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Bardin apresenta a AC como um método que apresenta critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação) que deve classificar os componentes do significado da mensagem em espécies de gavetas. As categorias são vistas como classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns.

Para análise de conteúdo dos materiais selecionados, partimos das hipóteses descritas no capítulo de Introdução desse trabalho, páginas 11 e 12, que em suma a confirmação ou não que a comunicação desenvolvida e as técnicas midiáticas utilizadas no Programa de Regularização Fundiária do Jardim Curitiba, em Goiânia, foram de alguma forma incorporadas ao dia-a-dia da comunidade, das quais puderam utilizar para se fazer ouvir, como exercício de participação democrática e forma de participação das políticas de governo, características próprias de uma cidadania comunicacional.

Assim a compreensão e os significados dos conteúdos dos materiais midiáticos produzidos foram indispensáveis para a análise da utilização das formas da comunicação comunitária nas políticas de comunicação governamental e se as mesmas contribuíram para a geração de empoderamento midiático da comunidade e como desdobramentos produzem uma autonomia comunicacional ao garantir direito a participação e ao diálogo nas intervenções que envolvam diretamente a própria comunidade.

Com o objetivo de compreender textualmente como os jornais produzidos e as notícias publicadas pelos jornais do Estado foram utilizados ou não para dar voz aos pensamentos e aos ideais da comunidade local, afetada diretamente pela política pública implantada, assim como a participação das pessoas da própria comunidade foi utilizada como legitimação de vozes de quem normalmente é acantoadada, limitada nos seus direitos da divulgação de seus pensamentos e expectativas, e foram utilizadas como formadoras de opinião na comunidade onde se direcionava a mídia, buscando o aumento da adesão local as propostas de políticas públicas que seria implantada. Dessa forma as

práticas sociais estão relacionadas ao cotidiano e a convivência, o conteúdo de mídia é mais facilmente legitimado quando o seu emissor, ambiente e tema se aproximam na essência. O processo de comunicação e um possível diálogo com a sociedade se tornam evidentes na medida da afinidade manifestada entre emissor e público. Afinal, de quem e do que se está falando intimamente relaciona-se ao dia a dia, a vivência de cada indivíduo. (FIGUEIREDO, 2013, p. 62)

Portanto, a presente análise de conteúdo buscou averiguar e entender textualmente como os sujeitos que, ao terem seus pensamentos e ideais divulgados em um jornal diário e em jornais ou outros tipos de impressos produzidos pela gerência de comunicação de uma empresa estatal, podem se tornar responsáveis pelo que se é discutido e construído no imaginário social. Entender além do texto, através da compreensão sobre o que essas pessoas expõem em relação à realidade de seus bairros em um veículo de comunicação comunitária direcionado a sua região e como o conteúdo de outras mídias impressas foi objetivo desta etapa pesquisa.

#### **5.1.4 Categorias e marcadores de análise**

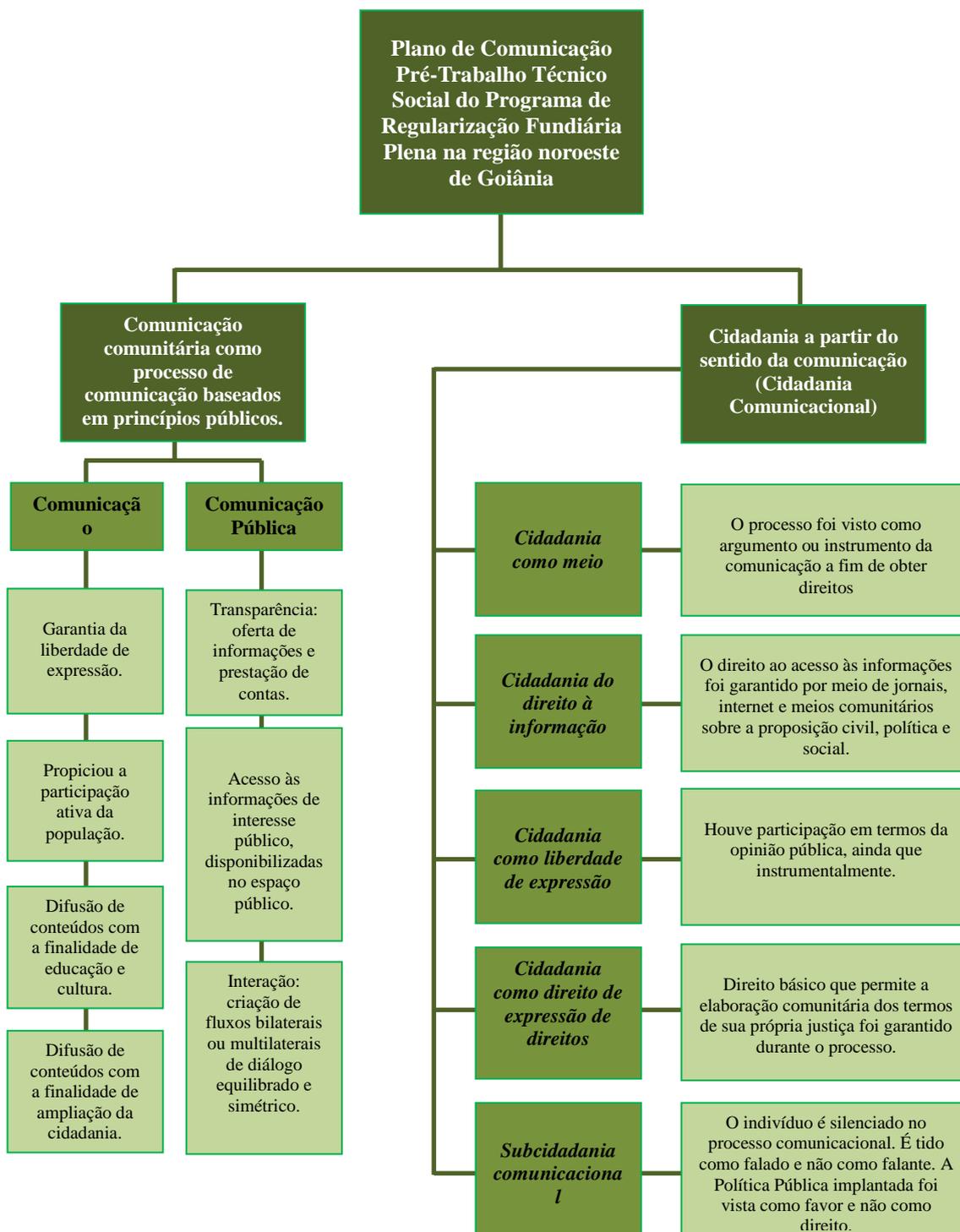
Retomando os conceitos descritos, considerando o que pode ser considerado comunitário na comunicação, os tipos de cidadania descritos a partir do sentido da comunicação e relacionando todas essas reflexões sobre os objetivos propostos e o problema de pesquisa apresentado propõem duas categorias de análise que permitem construir a relação entre o processo de efetivação da cidadania e a utilização da comunicação comunitária no contexto da comunicação pública governamental.

A primeira categoria tem o objetivo de analisar se as ações propostas no plano de comunicação do Programa de Regularização Fundiária Plena se caracterizam como comunicação comunitária e atendem ao interesse público. Na segunda categoria deseja-se perceber se houve um processo de constituição de uma cidadania a partir do sentido da comunicação. Os dados obtidos devem ter sentido e vinculação com o problema de pesquisa e podem ser percebidos a partir da ênfase apresentada no conteúdo da fala, a emoção, ou qualquer outra prática que demonstre o nível de importância dada ao assunto pelo analisado.

As palavras e parágrafos foram considerados unidades de registro, pois se conforma como um tipo de segmento do conteúdo que possibilita a categorização e a verificação da frequência e relevância. Vamos considerar as palavras ou expressões-tema e as palavras-chaves que apontam para as categorias elencadas concernentes ao preceito semântico: Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos e a cidadania a partir do sentido da comunicação.

Essas categorias e seus indicadores estão resumidos conforme os esquemas e detalhamentos nos quadros a seguir.

Figura 2 - Categorias de análise



Fonte: elaborado pelo autor.

**Categoria I - Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos.**

**Tabela 2 - Comunicação comunitária como processo baseados em princípios públicos.**

CATEGORIA I	FASE	SUBCATEGORIAS	INDICADOR
Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos.	Análise de Conteúdo	Comunicação Comunitária	Garantia da liberdade de expressão.
			Propiciou a participação ativa da população.
			Difusão de conteúdos com a finalidade de educação e cultura.
			Difusão de conteúdos com a finalidade de ampliação da cidadania.
		Comunicação Pública	Transparência: oferta de informações e prestação de contas.
			Acesso às informações de interesse público, disponibilizadas no espaço público.
Interação: criação de fluxos bilaterais ou multilaterais de diálogo equilibrado e simétrico.			

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A cidadania como processo de comunicação baseadas em princípios públicos foi subcategorizada em comunicação comunitária e comunicação pública, segundos os fundamentos dos conceitos de Peruzzo, Haswani, Branda e Zémor:

a) Comunicação Comunitária - CC:

Nesta subcategoria a comunicação é vista como participação ativa, horizontal e democrática das pessoas, no sentido de pertença que desenvolve entre os membros do processo comunicativo que prevê o envolvimento das pessoas de comunidade ou grupo, que devem não apenas se posicionar como receptoras de mensagens, como seres ativos e gestores de conteúdos, fatores essenciais para gerar o engajamento cívico em processos participativos. Sua condição basilar é a participação, que deve ser percebida por elementos que demonstrem a garantia da liberdade de expressão, a participação ativa da população, a difusão de conteúdos com a finalidade de educação e cultura, e a propagação de conteúdos com a finalidade de instituição da cidadania.

## b) Comunicação Pública - CP:

Compreendemos a CP como a consequência da organização da voz do cidadão no cenário político, onde prevalece o direito que as pessoas têm de adquirir informações públicas e poder participar dos debates e decisões sobre políticas de governo e de Estado para poderem ser notadas como cidadãs e exercerem seus direitos de forma correta e ampla.

É a manifestação de uma comunicação que torna a informação disponível ao público, que apresenta os serviços oferecidos pela administração pública e ações de comunicação de interesse público, que estabelecem uma relação de diálogo capaz de tornar um serviço desejável e preciso e que produz ou intermedia processos de interação dos atores públicos e privados, e promovem o relacionamento entre o Estado e os cidadãos, objetivando o crescimento civil e social. Aplicamos como indicadores desta subcategoria a transparência, o acesso às informações de interesse público e o processo de interação.

**Categoria II** - Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)

**Tabela 3 - Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)**

CATEGORIA	FASE	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
<b>II</b>			
Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)	Análise de Conteúdo	<i>Cidadania como meio</i>	O processo foi visto como argumento ou instrumento da comunicação a fim de obter direitos
		<i>Cidadania do direito à informação</i>	O direito ao acesso às informações foi garantido por meio de jornais, internet e meios comunitários sobre a proposição civil, política e social.
		<i>Cidadania como liberdade de expressão</i>	Houve participação em termos da opinião pública, ainda que instrumentalmente.
		<i>Cidadania como direito de expressão de direitos</i>	Direito básico que permite a elaboração comunitária dos termos de sua própria justiça foi garantido durante o processo.
		<i>Subcidadania comunicacional</i>	O indivíduo é silenciado no processo comunicacional. É tido como falado e não como falante. A Política Pública implantada foi vista como favor e não como direito.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na categoria cidadania comunicacional, foram empregados os preceitos preconizados por Moraes e Signates, que se amparam em tipos de cidadania que se desdobram a partir da consciência da comunicação como fundamento.

a) Cidadania como meio:

Buscamos informações que indicaram a cidadania como argumento, meio ou instrumento da comunicação para obtenção de direitos.

b) Cidadania do direito à informação

Nesta subcategoria, procuramos identificar os a garantia dos direitos de cada indivíduo ao acesso aos canais de expressão e as informações sobre suas reservas civis, políticas e sociais, por meio de jornais e outros meios de comunicação utilizados.

c) Cidadania como liberdade de expressão

O propósito desta subcategoria é verificar se os materiais analisados apresentaram indicadores de defesa, ainda que de ordem instrumental, da participação em termos da opinião pública como um direito comunicacional do cidadão.

d) Cidadania como direito de expressão de direitos:

Essa subcategoria prevê que verificar se as pessoas da comunidade alcançaram uma relação de protagonismo na gestão dos meios de comunicação e de seus conteúdos de forma a terem autonomia na discussão, aprovação e apontamento quanto às políticas públicas empregadas no programa.

e) Subcidadania comunicacional:

Esse item foi aplicado para perceber se o processo de regularização fundiária implantado foi visto como uma espécie de favor feito pelo governo à comunidade, e não como o cumprimento de um direito.

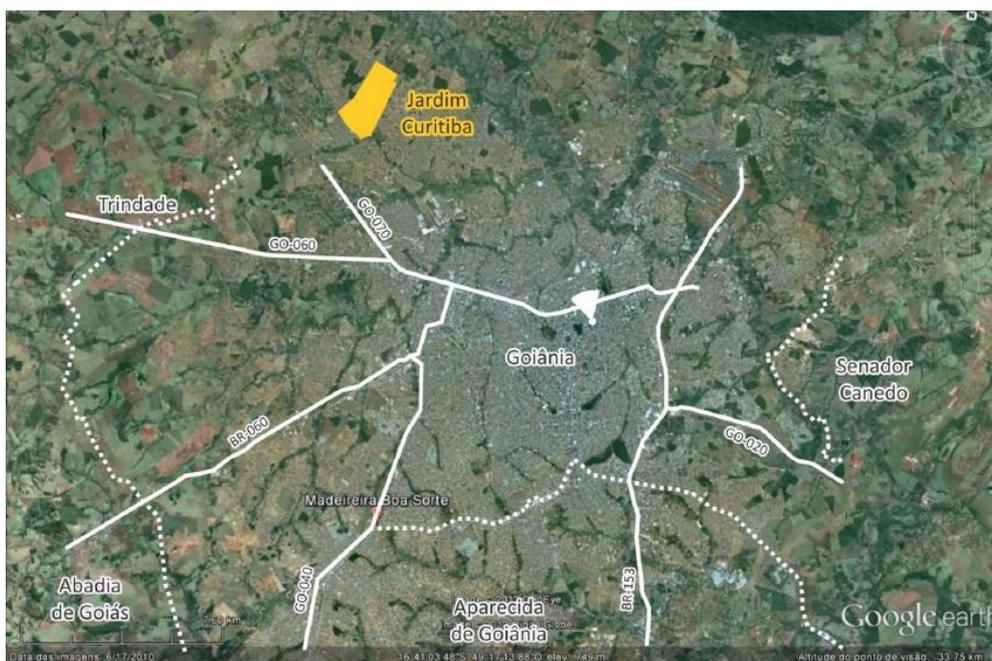
Pretende-se relacionar os resultados das pesquisas a uma estruturação teórica sobre como a comunicação comunitária usada no contexto da comunicação governamental constituiu-se não só como campo para a compreensão de uma cidadania comunicacional, mas também como alternativa viável para um modelo de comunicação pública.

## 5.2 - A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NA AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.

A Gerência Comunicação Organizacional e Eventos funcionava em 2013 dentro da Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, no primeiro andar da sede da empresa, no setor Aeroporto em Goiânia, Goiás. A equipe era composta por profissionais de todas as áreas de comunicação, sendo duas relações públicas (uma delas a gerente), quatro jornalistas, uma publicitária, dois fotógrafos, um designer e um assistente administrativo, ao todo nove pessoas. Uma assessoria própria da comunicação integrada.

Além da equipe própria da gerência, outras pessoas integravam exclusivamente a estrutura de pessoal do Trabalho de Comunicação Comunitária do Programa de Regularização Fundiária, sendo quatro mobilizados sociais, responsáveis diretos pela execução das atividades programadas e pelo constante contato com as lideranças locais; oito reeditores sociais, que mantinham contrato temporário com a AGEHAB e eram encarregados pelo atendimento às pessoas da comunidade, divulgação, entrega de material de comunicação e mais as pessoas que eram vinculadas a Práxis Comunicação, empresa terceirizada pela AGEHAB para execução tática e operacional das ações previstas, produção dos materiais criados especificamente para o programa de regularização fundiária plena.

Figura 3. Mapa de localização do bairro Jardim Curitiba em Goiânia – GO.



Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB.

Uma estrutura de pessoal muito grande para atuar durante o ano de 2013 no Trabalho de Comunicação Comunitária do Jardim Curitiba, para atender uma comunidade cuja população estimada na época era de pouco mais de 24 mil pessoas. A criação dos materiais de comunicação do projeto eram vinculados pelo planejamento apresentado e aprovado pela CAIXA, e as informações e a pauta dos assuntos, matérias e entrevistas dos jornais, cartilhas e outros mídias eram discutidos em reunião de pauta dos profissionais de comunicação da gerências e os mobilizadores sociais que deveriam manter contato direto com os moradores do bairro, sobretudo os formadores de opinião listados no mapeamento de públicos e também participarem ativamente das discussões sobre as demandas do moradores nas reuniões nos espaços públicos identificados na fase de diagnóstico do programa, como igrejas, CIOPS, reuniões de conselhos de segurança e de saúde, associação de moradores etc. O que era definido nestas reuniões de pauta era adotado como critério de noticiabilidade.

## **6 – A PESQUISA NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS.**

### **6.1 – Análise dos documentos relativos à comunicação do programa de regularização fundiária do Jardim Curitiba de Goiânia.**

Para viabilizar a identificação, averiguação e a avaliação dos documentos necessários para buscar responder às perguntas preconizadas nesta dissertação, a análise documental tornou-se fundamental. Foi aplicada como método qualitativo, a fim de identificar e selecionar os materiais para a pesquisa, verificando seu teor e conteúdo. Nesse sentido, era essencial reunir informações disponíveis no contexto do *corpus* da análise da aplicação da comunicação utilizada no Projeto de Regularização Fundiária Plena realizada no Jardim Curitiba, em Goiânia.

Considerando que a opção por este modelo de análise “indica que o pesquisador possui intuição ou informação suficiente para guiá-lo na consulta a determinadas bases documentais” (MOREIRA, 2006, P. 274), destaca-se ainda que sem a aplicação da análise documental, seria inviável a análise de conteúdo das notícias, dos relatórios e dos materiais institucionais utilizados no projeto. Além disso, é fundamental que, além da localização, identificação e organização, o material coletado nessa fase da pesquisa, pudesse ser utilizado como método eficaz para contextualizar os fatos e as situações pelas quais o modelo de comunicação comunitária foi planejado e aplicado no contexto exclusivo do Programa de Regularização Fundiária da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB voltado para o Jardim Curitiba em Goiânia. O que vai ao encontro do entendimento de MOREIRA (2009, 276) que “à caracterização e à descrição dos documentos somam-se as anotações e os comentários pessoais elaborados no momento do exame detalhado do material”. É importante destacar que no Brasil, com a Lei nº 8.159, que foi regulamentada pelo Decreto nº 1.173 de junho de 1994, arquivos privados e públicos são considerados objetos de textos legais, neste sentido, o método de análise documental reconhece o próprio sentido da legislação sobre arquivos.

O percurso para a busca e análise dos documentos procurou orientar-se pelas etapas sugeridas por Moreira (2009) e Cellard (2012), onde se buscou o contexto em que o documento foi editado, o autor ou autores do material, assim como a sua natureza,

autenticidade, o grau de confiabilidade, os conceitos-chaves e a lógica interna dos textos que servirão como referência para a pesquisa.

O material foi solicitado a AGEHAB por meio da profissional de relações públicas e gerente de comunicação organizacional e evento, Cibele Medina, que atendeu prontamente a todas as nossas solicitações. Foram encaminhadas cópias impressas e também digitais dos mesmos. Os outros documentos foram conseguidos por meio de buscas nos sítios eletrônicos dos órgãos públicos de referência da área como o Ministério das Cidades, Agência Goiana de Habitação, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal, Gabinete Civil do Estado de Goiás, Tribunal de Contas da União.

Cada documento foi analisado e destacou-se sua contribuição para as busca de respostas às perguntas do trabalho:

a) Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades.

O documento foi divulgado pela Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, publicada no DOU nº 71, de 15 de abril de 2013, pelo Ministério das Cidades. Governo Federal. É um documento de ordem funcional e normativo e próprio da comunicação administrativa. Goza de fé pública por ser publicado no site oficial do governo federal.

Seu objetivo foi o de orientar municípios, Estados e o Distrito Federal sobre o processo geral de aprovação e execução de projetos envolvendo recursos do Orçamento Geral da União.

Com sua análise, podemos comprovar que a elaboração de Proposta preliminar de Trabalho Social ou Projeto de Trabalho Social era uma regulamentação específica do MCIDADES. Portanto o Programa de Trabalho Técnico Social Elaborado pelo Estado de Goiás por meio da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB caracterizou-se como atividade obrigatória prevista nas normativas do uso do recurso público federal aplicado a programas de regularização fundiária e não uma ação espontânea que visava o uso da comunicação como elemento fundante de estabelecimento e respeito à cidadania.

b) Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

Divulgado pelo Ministério das Cidades, em 22 de janeiro de 2014 pelo Ministério das Cidades. O documento de ordem funcional de caráter normativo e orientativo. Goza de fé pública por ser publicado no site oficial do governo federal. Por

meio do documento, pode-se observar as normativas e orientações para elaboração do Trabalho Social nas intervenções de habitação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, normativas que por sua vez, devem nortear todo o trabalho de elaboração dos Programas de intervenção social vinculados as políticas públicas de habitação que possuem recursos do governo federal, isso inclui os programas de regularização fundiária, como o que foi desenvolvido no bairro Jardim Curitiba em Goiânia.

Apesar da Portaria ter sido emitida em 2014, ano subsequente ao escolhido para o período analisado do projeto de pesquisa, trata-se de uma informação importante para a análise, pois observa-se que, o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, documento anteriormente analisado prever a instituição de Projetos de Intervenção Social, chamado de Programa de Trabalho Técnico Social, a portaria que normatizou esses programas só foi publicada um ano depois, com a descrição clara sobre a necessidade de instituição no programa de

As ações de comunicação dentro do Projeto de Trabalho Social foi uma exigência passou a vigorar posteriormente a experiência ocorrida no projeto executado no Jardim Curitiba em Goiânia, conforme descrito no item 5, letra d) da Portaria que prevê a “execução as atividade de comunicação, preparação e acompanhamento das famílias...”; letra k) que orienta sobre “a manutenção preventiva da moradia e uso adequado dos serviços de água, esgoto, drenagem de resíduos sólidos e equipamentos implantados”, e orientações sobre conservação e manutenção e pagamentos de tarifas e impostos por meio de campanhas de comunicação.

O documento ainda prevê que o programa deve contribuir no sentido de dar autonomia e o protagonismo social das pessoas da comunidade por meio de processos de informação, mobilização e capacitação dos mesmos, formalizando novas representações e novos canais de participação e controlo social. Esse é um ponto importantíssimo analisado, que prevê como a positivação ou normatização do uso da comunicação em políticas públicas podem contribuir para o fortalecimento de processo de cidadania, conforme acredita CARVALHO (2014) que de forma prática, algumas mudanças poderiam ser notada, referindo-se a administração petista, que apresentava algumas formas alternativas de desenvolvimento da população na formulação de políticas públicas, principalmente no debate sobre orçamentos e obras públicas. Este documento comprovaria parcialmente a tese descrita pelo professor José Murilo de Carvalho.

c) LEI Nº 17.545, de 11 de janeiro de 2012.

A Lei dispõe sobre a regularização de ocupação de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás. Documento de caráter legal, sancionado pelo governador Marconi Ferreira Perillo Júnior. O texto autoriza a regularização fundiária das ocupações de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Chamada Lei de Regularização Fundiária, apresenta a autorização da regularização fundiária de interesse social, em que se enquadram as ocupações realizadas pela população de baixa renda, caso do programa aplicado ao bairro Jardim Curitiba. Apresenta alterações significativas, como a da alínea b, inciso III do artigo 6º da Lei que diz que:

a ocupação irregular ter ocorrido há mais de 8 (oito) anos, contados regressivamente da data de publicação do edital do respectivo processo de regularização, devendo o ocupante enquadrar-se na condição de baixa renda; - [Redação dada pela Lei nº 17.677, de 27-06-2012.](#)

Texto que foi encaminhado pela própria AGEHAB para o Gabinete Civil do Estado em 2012 e posteriormente para a Assembleia Legislativa de Goiás – ALEGO para que fosse votado e aprovado. O entendimento do texto foi adquirido após reuniões com líderes comunitários dos bairros da região noroeste de Goiânia que participaram de processo de regularização fundiária anteriormente aos bairros do Jardim Curitiba. Porém, mesmo com pequenos avanços na Lei de Regularização Fundiária de Goiás, nenhum item da Lei trata direta ou indiretamente da divulgação de informações sobre os direitos das famílias assentadas ainda ilegalmente em imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás.

d) Jornal Comunitário Casa Legal, Ano 02, Edição 02.

Informativo impresso em janeiro de 2013 pela Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. É um documento informativo e institucional do programa Casa Legal e foi apresentado como objetivo de ser um Jornal Comunitário. Traz diversas matérias e entrevistas sobre o processo de regularização Fundiária na região e relatos de moradores não apenas do bairro Jardim Curitiba, como dos bairros vizinhos que também foram contemplados pelo programa Casa Legal.

Segundo informações da Gerente de Comunicação Organizacional, Cibele Medina, o Informativo teve 20 mil cópias de tiragem e foi entregue no início dos trabalhos do Trabalho Técnico Social do Programa de Regularização Fundiária do Jardim Curitiba. Com matérias, entrevistas e relatos dos moradores do Jardim Curitiba, contém também entrevistas com representantes do Ministério Público Estadual – MPE, e Procuradoria Geral do Estado – PGE. Dentro desse contexto foi observada a fala dos moradores do bairro e a análise do conteúdo das informações contidas no jornal.

Figura 4. Jornal Casa Legal, Ano 02, Edição 02.



Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, 2013.

e) Jornal Comunitário Casa Legal, Ano 02, Edição 03.

Impresso em setembro de 2013, é um documento informativo e institucional. Essa foi a terceira Edição do Informativo do Programa Casa Legal da AGEHAB. O jornal traz diversas matérias e entrevistas sobre o processo de regularização Fundiária na região e relatos de moradores não apenas do bairro Jardim Curitiba, como dos bairros vizinhos que também foram contemplados pelo programa Casa Legal. Teve tiragem de

40 mil cópias, que foram distribuídos nos bairros da região noroeste de Goiânia, principalmente no Bairro Jardim Curitiba. Traz informações relativas ao processo de Regularização Fundiária que estava em andamento do Jardim Curitiba, como a realização de ações educativas e programação de cursos e palestras no bairro, além de informar sobre obras no local. Dentro desse contexto foi observada a fala dos moradores do bairro e a análise do conteúdo das informações contidas no jornal, que veremos mais à frente.

Figura 5. Jornal Casa Legal, Ano 02, Edição 03.

**JORNAL CASA LEGAL**

INFORMATIVO DA AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB ANO 02 > EDIÇÃO 03 > SETEMBRO/2013

AGEHAB Agência Goiana de Habitação CASA LEGAL GOIÁS

**COMEÇAM OBRAS DO PAC-2 NO CURITIBA**

Com ordem de serviço expedida pelo Governo de Goiás, empresa contratada pela AGEHAB monta canteiro de obras para construção de praças, Centro de Educação Infantil, Centro de Cidadania e obras de infraestrutura. Investimento de R\$ 52 milhões do PAC-2, parceria AGEHAB e Caixa. [Pág. xx](#)

**AGEHAB INAUGURA CASA LEGAL**

Também no Curitiba, o Centro de Informação do Casa Legal presta atendimento à comunidade da região Noroeste sobre regularização de suas moradias. [Pág. xx](#)

**CASA LEGAL AVANÇA NA REGIÃO NOROESTE**



**CHEGOU A VEZ DOS BAIROS SÃO CARLOS E FLORESTA**

MAIS DE 2 MIL E 500 FAMÍLIAS DO SÃO CARLOS E FLORESTA JÁ ASSINARAM AS ESCRITURAS DE SUAS MORADIAS. PREVISÃO DA AGEHAB É PARA ENTREGA ATÉ O FINAL DO ANO. [Pág. xx](#)

**BAIRRO DA VITÓRIA** AGEHAB coleta assinatura das famílias nas escrituras. [Pág. xx](#)

**BOA VISTA E PRIMAVERA** AGEHAB aguarda publicação dos decretos pela Prefeitura de Goiânia para registrar os bairros e emitir escrituras para famílias. [Pág. xx](#)

Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, 2013.

f) Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.

Trata-se de uma cartilha impressa com animações distribuídas para a comunidade do Jardim Curitiba. Documento informativo e institucional. A cartilha exhibe uma história em animação para visa explicar o programa de regularização fundiária e a participação que os moradores locais.

Em formato de história em quadrinhos cujo personagem principal é chamado de Larzinho que objetivou informar os moradores do bairro que será atendido pelo programa no sentido de esclarecer o processo de regularização fundiária, apresentar os documentos necessários para participar do programa e informar sobre investimento em obras na comunidade. Destaca também a divulgação do Disk Regularização. Apresenta linguagem mais simples e personagens que representam os moradores que participariam do programa. Dentro desse contexto foi feita a análise do conteúdo das informações contidas na cartilha.

Figura 6 – Capa da cartilha Casa Legal.



Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, 2013.

g) Manual do morador e casa própria.

Manual impresso em 2012, destinado aos moradores dos bairros que seriam regularizados e/ou os que receberiam uma nova unidade habitacional. Documento informativo, institucional e orientativo. Contêm informações gerais e de caráter técnico em relação as responsabilidade e direitos do morador em relação a sua casa.

O que vai ao encontro com o que foi publicado na Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014, conforme já descrito no item b. O objetivo apresentado no manual era informar os moradores dos bairros atendidos pelos programas habitacionais sobre as responsabilidades e direitos de que tem ao adquirir ou legalizar um imóvel, apresentar orientações sobre manutenção, relação em comunidade, o próprio Projeto de Trabalho Técnico Social, cuidados com a saúde, prevenção de acidentes domésticos, economia, números de telefones públicos etc. O manual é um produto de comunicação administrativa e gerencial das organizações, que neste caso foi aplicado como elemento de comunicação e informação voltado para comunidade, elaborado por profissionais de comunicação de uma assessoria de uma empresa pública. Dentro desse contexto foi feita a análise do conteúdo das informações contidas no manual.

Figura 7. Capa do Manual do Morador.

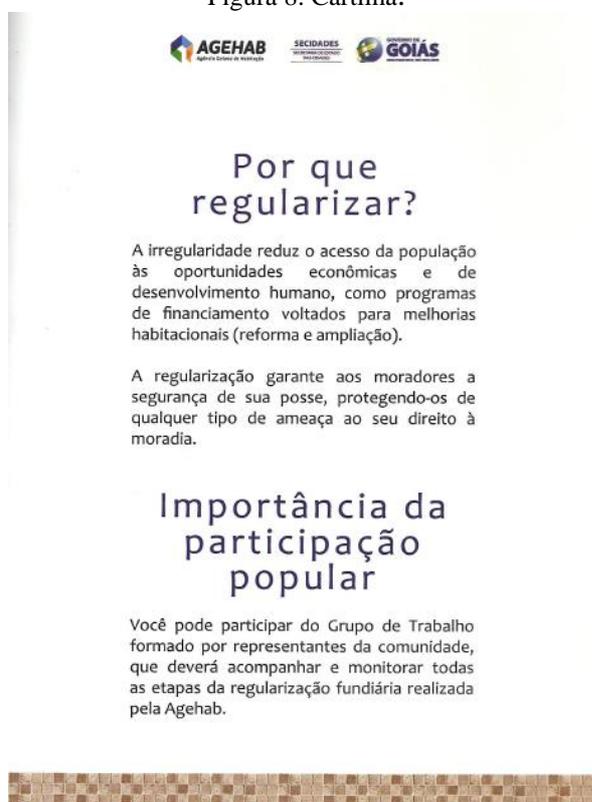


Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, 2013.

h) **Cartilha:** É nosso papel ajudar nessa conquista.

Mais uma modelo de cartilha impressa, destinado ao morador que irá começar a participar do processo de regularização fundiária. Documento informativo, institucional e orientativo. Esse documento contém informações gerais e simplificada sobre o início do processo de regularização fundiária no bairro no formato de perguntas e respostas e com quadros que apresentam de forma resumida a etapas do processo de regularização e a documentação exigida para o ingresso do morador no programa. Além da divulgação do endereço, mídias sociais e telefone da AGEHAB. Dentro desse contexto foi realizada a análise do conteúdo das informações, como veremos mais à frente.

Figura 8. Cartilha.



Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, 2013.

i) **Panfleto informativo.**

Folheto publicitário, impresso utilizado em 2013 para informar sobre demais investimentos no Jardim Curitiba dentro do Plano de Regularização Fundiária Plena.

Material publicitário que objetivou informar a comunidade do Jardim Curitiba sobre o montante de recursos que seriam investidos no bairro para construção de praças, centro comunitário, centro de educação infantil, centro de cidadania e unidades

habitacionais. Além do caráter informativo, o folheto traz como objetivo claro a propaganda e promoção do Governo de Goiás.

j) Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba.

Documento que foi apresentado e aprovado pela CAIXA/Mcidades e que originou o trabalho de comunicação no bairro Jardim Curitiba. Documento de ordem funcional e administrativa, item obrigatório do **contrato da AGEHAB com a CAIXA/Mcidades nº: 0352733-93/2011**. O plano contém a descrição das ações de comunicação social apresentadas como ações estratégicas do Trabalho Social proposto no programa de regularização fundiária nos bairros Jardim Curitiba I, II, III, e IV. Descreve o objetivo de se utilizar o modo de comunicação comunitária, que inclui ações de planejamento, execução de campanhas informativas, execução de eventos direcionados e divulgação de atividades sócio-educativas, reuniões, assembleias, palestras e seminários temáticos, oficinas e cursos direcionados às lideranças e toda comunidade beneficiária do projeto. Trata-se de um documento importante por trazer de forma clara e instituída a aspiração de se utilizar elementos próprios da comunicação comunitária em um programa elaborado por uma organização estatal.

Esse documento constitui-se como preceito para compararmos o que foi preconizado como atividade comunicacional e o que efetivamente foi desenvolvido junto à comunidade do Jardim Curitiba, isto porque os próximos documentos são prestações de contas dessas atividades, e serviram como documento legal para aprovação parcial da CAIXA a fim de liberar os recursos para o pagamento dos custos das atividades realizadas.

k) Quadro Executivo Financeiro de Desembolso.

Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal, contendo planilha de desembolso com as atividades de Comunicação do Programa Técnico Social – PTS de Regularização Fundiária aplicado no bairro Jardim Curitiba.

Por meio da consulta têm-se os valores que foram provisionados para cada atividade de comunicação prevista no Programa em 2013, e que custearam o pagamento da empresa de comunicação terceirizada, Práxis Comunicação, no total de R\$ 244.361,60.

1) Relatórios de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Contrato N°: 0352733-93/2011. Períodos: 21/01/2013 a 21/11/2013.

É um conjunto de seis documentos que apresentam relatórios de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II. O período relatado vai de 21 de janeiro de 2013 a 21 de novembro do mesmo ano. Compreendem uma prestação de contas das atividades e aplicação dos recursos durante a execução do Trabalho de Comunicação Comunitária. As atividades foram executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada).

Após a consulta aos documentos foi possível observar o gasto total de R\$ 244.361,60 durante todo o período. Todas as atividades de comunicação e informação executadas durante o ano de 2013 foram enumeradas e descritas nos relatórios. Fica evidenciado que o relatório não ocorreu de forma espontânea apenas, mas como processo obrigatório previsto em documento normativo dos órgãos governamentais responsáveis pelo repasse dos recursos públicos. O que leva inevitavelmente ao questionamento as ações de comunicação, assim como seu relato e comprovação por meio de documentação oficial não tivessem sido de caráter obrigatório, o uso de elementos da comunicação pública e da comunicação comunitária teriam sido utilizados como política pública de comunicação pela empresa do governo de Goiás, a AGEHAB?

Destaca-se que nenhum dos relatórios foram publicados no site da AGEHAB ou da CAIXA como forma de proporcionar transparência e acessos das informações a sociedade, o que contraria um dos princípios da comunicação pública que é dar acesso às informações para a sociedade, como lembra ZÉMOR (2009), que as informações inerentes aos processos, meios e formalidades administrativas são fatores de facilitação do exercício de direitos e deveres.

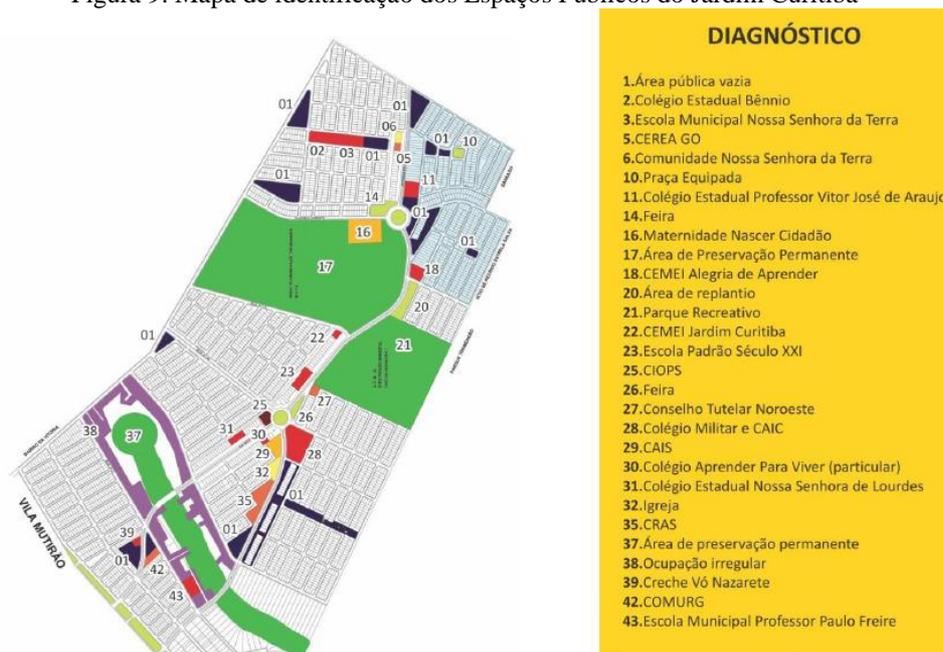
Porém, a análise de todos os documentos que relatam o trabalho de comunicação comunitária aplicada no processo de regularização fundiária do Jardim Curitiba, contribuiu com o propósito de buscar respostas sobre questionamento como se houve realmente a utilização de elementos característicos da comunicação comunitária no âmbito da comunicação governamental durante o desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária do bairro do Jardim Curitiba em Goiânia e se isso de alguma forma contribuiu para a instituição de uma forma de cidadania comunicacional. Se o uso da comunicação comunitária pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de

comunicação governamental futuras, apresentando-se como modelo de cidadania de direito de expressão e participação. Se a positivação das práticas de comunicação comunitárias por meio de normativas legais no âmbito das organizações governamentais, favorece o exercício da democracia. E por fim, a análise destes documentos contribuiu, mesmo que de maneira parcial, para identificar dos desdobramentos característicos da cidadania a partir do envolvimento da comunidade do Jardim Curitiba. Todas essas questões compunham os objetivos iniciais deste trabalho. Estão procuraremos destacar, dentre todas as informações disponíveis nos relatórios, aquelas que contribuíram de alguma forma para clarificar essas questões.

Como passo inicial do programa de comunicação, ficou evidente a preocupação de se mapear os principais públicos da região e a identificação dos equipamentos sociais que se constituíram com espaços públicos, capazes de promover debates sobre as questões públicas e assim compunham-se como locais de envolvimento direto dos responsáveis pela execução do programa.

Foram identificadas bases associativas formais e não formais, como o Centro integrado de Operações de Segurança - CIOPS, Hospital Maternidade Nascer Cidadão; Núcleo de Educação Comunitária; Colégio da Polícia Militar Ayrton Senna; Creches, escolas municipais e estaduais; Conselho Tutelar; Posto de saúde; Igrejas; comércio em desenvolvimento concentrado nas principais avenidas com farmácias, feiras livres e supermercados. Ainda como ficou evidente nesta etapa do relatório, que o mapeamento das lideranças locais e formadores de opinião também foram não apenas mapeados mas em algum momento durante a execução dos trabalhos foram envolvidos, como os presidentes das associações de moradores, tendo em vista que o Jardim Curitiba é um bairro dividido em quatro etapas, tendo cada etapa o seu próprio presidente de associação de moradores; os conselheiros tutelares da região noroeste de Goiânia; formadores de opinião, como escrivão, policiais, delegado, primeiros moradores do bairro.

Figura 9. Mapa de identificação dos Espaços Públicos do Jardim Curitiba



Fonte: Agência Goiana de Habitação – AGEHAB (2012).

A comunicação comunitária, além do levantamento e identificação das lideranças locais com o objetivo de mobilização social, incluiu ações de comunicação aos beneficiários acerca da regularização fundiária, evidenciando a necessidade de participações sociais, junto às intervenções físicas e urbanísticas que foram propostas em todo o processo de regularização fundiária. A realização de visitas domiciliares constantes aos beneficiários do programa com objetivo informativo e de conscientização social. O planejamento e execução de campanhas informativas, de divulgação e de eventos comunitários, como festas, apresentações culturais. Utilização de reuniões direcionadas aos vários segmentos da comunidade, atividades socioeducativas, como: palestras temáticas, oficinas e cursos profissionalizantes e educativos direcionados às lideranças e toda comunidade beneficiária do projeto, a fim de nivelar e coordenar as práticas participativas junto aos beneficiários. Execução de atividades lúdicas: nas escolas, nas feiras, com entrega de material didático, como cartilhas e DVDs.

Podemos destacar algumas das ações próprias da comunicação que são próprias da comunicação popular, que foram identificadas no projeto, como:

i. Reunião na Associação dos Idosos, ocorrida no dia 16 de janeiro de 2013, sede da Associação dos Idosos (NAC) sob a tutela da Dona Sônia, presidente da Associação;

ii. O trabalho de mobilização da comunidade para o início do processo de cadastramentos das famílias que teriam suas casas regularizadas, que ocorreu a partir do dia 25/02/2013. As formas utilizadas no trabalho de mobilização dos moradores (lideranças) pela equipe de mobilização social (comunicação) foram: visitas domiciliares às casas, associações e estabelecimentos comerciais, uso de carros de som, entrega de Informativos (Jornais Casa Legal, cartilhas e listas de documentação para a realização do cadastro);

iii. As ações de divulgação da campanha de comunicação, cujo lema foi: ESCRITURA NA MÃO, VOCÊ MAIS CIDADÃO, que utilizou várias mídias, como faixas de divulgação nas ruas do bairro, fixação de cartazes em pontos comerciais, Publicidade volante nos bairros (carro de som), Panfleto de divulgação contendo a lista de documentos. Ações lúdicas teatrais sobre a temática na Escola Militar (maior da região). Além de visitas de porta a porta com os reeditores sociais da AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa contratada);

iv. Uma das ações de comunicação comunitária utilizadas que chama a atenção foi a denominada Ação Lúdica Teatral Trata-se uma peça teatral que foi escrita e apresentada por um grupo de artistas amadores do próprio bairro, conhecido com Trupe Pés Nus, que buscou apresentar o processo de regularização fundiária de forma lúdica a comunidade. Foram quatro apresentações, sendo a primeira no Colégio Militar Ayrton Senna (Jardim Curitiba II). As outras três apresentações, ocorreram no dia 19 de abril de 2013 na Escola Municipal Professor Paulo Freire (Jardim Curitiba IV), com 326 espectadores, na Escola Municipal Nossa Senhora da Terra (Jardim Curitiba III), com 350 espectadores e por fim na Escola Estadual João Bênnio (Jardim Curitiba III), com 210 espectadores entre alunos e professores.

v. Realização de reuniões comunitárias segmentadas, organizadas pelos líderes comunitários, segundo o relatório, que aconteceram nos dias 03 de maio, no Centro Comunitário Curitiba III; dia 15 de maio no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no Jardim Curitiba II; Dia 03 de junho na Comunidade Católica Nova Aliança, no Jardim Curitiba IV; dia 20 de junho no Conselho de Segurança Pública no CIOPS; dia 12 de agosto, reunião com os chacareiros, no CIOPS, pois as chácaras estão localizadas em uma área de preservação ambiental do bairro (APP) e alguns moradores seriam removidos do local e realocados em outras unidades habitacionais, o encontro contou com a presença de 137 chacareiros e moradores do Jd. Curitiba IV.

vi. Apoio na organização, divulgação e execução da QUADRILHA NO CRAS (Centro de referência da Assistência Social) com a oportunidade de descrição do trabalho de regularização fundiária do bairro;

vii. Uso de faixas de rua referentes à inauguração da chamada casa legal, um centro de apoio e de atendimento, informação e relacionamento direto com a população do Jardim Curitiba, feito por funcionários da AGEHAB. Foi realizado um evento com a presença de muitas lideranças comunitárias e políticas da região. Na ocasião, foi servido um café da manhã para cerca de 500 pessoas da comunidade. Também foi utilizado carro de som na divulgação.

viii. Promoção junto à associação dos comerciantes para a realização da 1ª Copa Casa Legal de Futebol, com participação de oito times não só do bairro Jardim Curitiba, mas de todos os bairros da região Noroeste de Goiânia: Pinas F.C, Amigos F.C, Oasis F.C, News Old Boys F.C, Supersid F.C, Porto Seguro F.C, Kabanás Restaurante F.C e CULTURA URBANA F.C., com o total de 96 atletas inscritos. Foram adquiridos MATERIAIS ESPORTIVOS, como: troféus, medalhas, bolas, carro de som para abertura do campeonato, bem como insumos para a festa de confraternização do final do campeonato. Foram realizadas oito partidas, entre os dias 19 de outubro e dois de novembro de 2013. Em todos os jogos foi realizada a entrega, segundo o relatório, DVDs e cartilhas contendo histórias animadas sobre a regularização fundiária, além da divulgação de informações pertinentes ao processo de regularização fundiária pelo locutor dos jogos.

ix. Realização de um circuito de palestras: no dia 12 de agosto de 2013, na Escola Nossa Senhora de Lourdes - Jd. Curitiba II, com o tema Drogas na Adolescência. A palestra Benefícios de uma Alimentação Saudável no Núcleo de Assistência à Cidadania do Jardim Curitiba II, no dia 14 de agosto de 2013 e a palestra Relacionamento entre Pais e Filhos, que aconteceu dia 16 do mesmo mês na Escola Estadual João Bênnio, no Jardim Curitiba II.

x. Apesar de não ser uma atividade de comunicação comunitária, vale o destaque para os cursos que foram oferecidos para a comunidade do Jardim Curitiba, com os recursos do programa. A distinção dá-se pelo fato que as temáticas foram sugeridas pelos moradores durante as reuniões comunitárias. Foram eles: Curso de Atendimento e Vendas, dias 17, 19, 20, 21, 24, 26, 27 e 28 de setembro, no Auditório do CIOPS, com 53 participantes. O Curso de Grafite, nos dias 23 de setembro a 04 de novembro de 2013, na Casa Legal da AGEHAB, com 44 pessoas participando. Curso de DJ, entre

os dias 07 a 19 de outubro, para 40 participantes. O de Decoração com Balões, de 30 de setembro a 12 de outubro, na Igreja Assembleia de Deus, com 89 pessoas; e o Curso de Informática, com duas turmas, de 14 a 19 de outubro e nos dias 21 a 26 do mesmo mês, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que contou com o total de 92 participantes.

xi. Execução de ações lúdicas na feira livre com o projeto “Toda quinta tem casa legal na feira”. Um trabalho sociocultural idealizado e executado pela comunidade, com o apoio da equipe de comunicação da AGEHAB, e com a supervisão e organização do líder comunitário do Jardim Curitiba II, identificado como professor Alonso, docente da rede estadual de Ensino. As ações iniciaram em julho e se estenderam até agosto de 2013, totalizando sete apresentações de música, dança, teatro e Capoeira nos dias 4, 11, 16, 18 e 25 de julho e 1 e 22 de agosto de 2013.

### **Pesquisa de Opinião com os líderes locais sobre o programa**

Segundo o Relatório Final de Acompanhamento, (documento 17, Apêndice A), foi realizada uma pesquisa em profundidade com 15 lideranças comunitárias, no mês de dezembro de 2013. Não tivemos acesso às transcrições da pesquisa, somente ao seu relatório final. Então como documento, destacaremos apenas os itens que melhor expressam a análise desses líderes locais sobre o processo de comunicação realizado durante o programa de regularização fundiária.

- Em relação à eficácia das atividades de comunicação: a principal meio de comunicação apontado pelas lideranças comunitárias foi a realização das reuniões comunitárias segmentadas (item v);

- Os pontos positivos das ações de comunicação: a organização das reuniões realizadas, a realização de cursos profissionalizantes para a comunidade, as visitas domiciliares realizadas pela equipe, as informações por carro de som.

- Os pontos negativos destacados no Projeto de Comunicação foram:

"a realização de poucos cursos interessantes do ponto de vista do empreendedorismo e renda para a comunidade. Apontaram também para a necessidade de uma melhor divulgação dos cursos junto à comunidade, de preferência casa-a-casa. Destacaram a necessidade de mais informações sobre o processo à população, especialmente via carro de som. E pediram também mais festas de confraternização, como a que ocorreu em ocasião da inauguração da Casa Legal. E por último, foi solicitado que as lideranças sejam avisadas antes de qualquer intervenção física no bairro, para evitar constrangimentos com a população local." (AGEHAB, (documento 17, Apêndice A), 2013, p.19-20)

Sobre o que recomendariam para ser realizada no projeto: não houve recomendação de nenhuma nova ação, mas o reforço à continuação de: reuniões, visitas domiciliares, cursos, divulgação das ações nas redes sociais, uso de carro de som, apoio a festas da comunidade com o objetivo de dar maior visibilidade ao projeto.

O uso de reuniões comunitárias, divulgação de informações por meio de carro de som e das mídias sociais e apoio a festas populares, ações características da comunicação comunitária se mostrou bem eficaz e aceito pelos líderes locais.

Sobre a credibilidade do processo de regularização como um todo: segundo o relatório da pesquisa, todos os líderes se manifestaram na época confiança quanto à entrega das escrituras. Destacaram a burocracia e demora do processo, mas entenderam que seria uma questão de tempo. Como muitas promessas (por parte do governo de Goiás) já haviam sido feitas, ainda existe aqueles que questionam o processo, mas de forma geral pediram que não os “abandonassem” novamente.

Após a finalização da etapa de análise documental, partimos para a análise dos conteúdos nos textos produzidos nos materiais produzidos para a formulação de indicadores que permitiram verificar em que medida essas ações se associaram com o interesse público, principalmente com uma das principais características do modelo comunicacional comunitária que é a participação voltada para o processo de mudança social.

## **6.2 – A análise dos conteúdos relacionados ao programa de regularização fundiária da região noroeste de Goiânia**

O estudo da comunicação a partir da cidadania provida em nosso estudo pela demanda social da habitação, propriamente a da regularização fundiária, apontou para o desafio de desentranhar do material analisado, conteúdos que possam colaborar no sentido de respondermos às questões advindas como a comunicação utilizada no desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária da região noroeste de Goiânia, especificamente no bairro Jardim Curitiba, se estabeleceu com uma abordagem própria da comunicação comunitária e como alternativa viável para um modelo de comunicação pública, integrando um campo para a compreensão de uma cidadania comunicacional. Os entendimentos dos conteúdos relacionados ao programa contribuíram para subjugar esse desafio.

Para o desenvolvimento dessa etapa, foi feita uma pré-análise do conteúdo de todos os materiais, para a organização das matérias por meio da leitura flutuante; depois a seleção dos textos e matérias (corpus da análise), e por fim a elaboração e/ou confirmação dos indicadores que foram utilizados. O critério semântico foi utilizado para amparar as categorias de análise do conteúdo deste trabalho, baseado nos temas e sentidos nas relações com objetos de investigados.

Foram analisados dezessete (17) documentos produzidos ou utilizados pela Agência Goiana de Habitação – AGEHAB e cento e sessenta e duas (162) matérias publicados em jornais governamentais ou privados, na forma eletrônica ou impressa que abordaram especificamente a o programa de regularização fundiária no bairro Jardim Curitiba, Goiânia.

### **A Comunicação Comunitária como Processo de Comunicação baseados em Princípios Públicos**

A análise do quadro a seguir refere-se a categoria da comunicação baseados em princípios públicos e buscou revelar os indicadores da presença da forma de comunicação comunitária nos materiais desenvolvidos e/ou utilizados pela gerência de comunicação organizacional da AGEHAB e Práxis Comunicação (terceirizada) durante a execução do programa de trabalho técnico social em 2013, baseados no indicadores apontados por PERUZZO (2016). No total, foram dezessete documentos analisados, onde procuramos estabelecer a função da comunicação como mediadora entre o Governo de Goiás e a sociedade.

Os veículos de comunicação existentes foram: manuais, jornais, cartilhas, panfletos, faixas, carro de som, o boca-a-boca, reuniões da comunidade, apresentações culturais, peças teatrais, campeonato de futebol, festas religiosas, palestras educativas e telefone. Veículos característicos da forma de comunicação comunitária.

Foram, também, analisados os conteúdos de documentos de comunicação administrativa e legais, como: manual, Lei, portaria e relatórios, por serem importantes para análise sobre a existência e importância da normatização de políticas de comunicação aplicadas às políticas públicas de habitação.

## Quanto à existência de uma Comunicação Comunitária

Tabela 4 – Quadro: A existência de uma Comunicação Comunitária

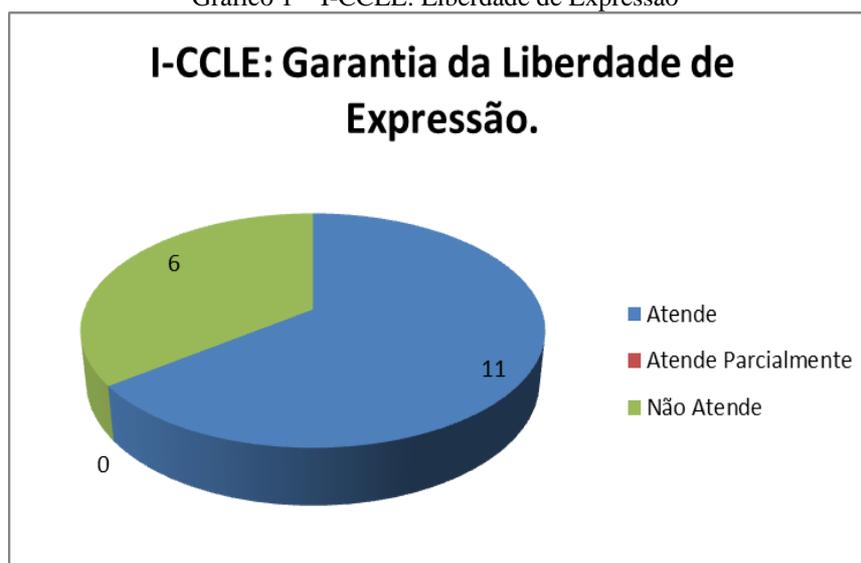
<b>Categoria I:</b> Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos				
<b>Subcategoria:</b> Comunicação Comunitária				
<b>Documento</b>	<b>Indicadores de garantia da Liberdade de Expressão.  COD.: I-CCLE</b>	<b>Indicadores de Participação Ativa da população.  COD. I-CCPA</b>	<b>Indicadores de difusão de conteúdos com a finalidade de Educação e Cultura.  COD. I-CCEC</b>	<b>Indicadores de difusão de conteúdos com a finalidade de Ampliação da Cidadania.  COD. I-CCAC</b>
<b>Documento Nº 1:</b> Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Portal MPU, Governo Federal.	não atende	não atende	não atende	não atende
<b>Documento Nº 2:</b> Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 3:</b> LEI Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012.	não atende	não atende	não atende	não atende
<b>Documento Nº 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende parcialmente	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende parcialmente	atende	atende
<b>Documento Nº 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.	não atende	não atende	atende	atende
<b>Documento Nº 7:</b> Manual do morador e casa própria.	não atende	não atende	atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	não atende	atende	não atende	atende
<b>Documento Nº9:</b> Panfleto informativo.	não atende	atende	não atende	não atende
<b>Documento Nº10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 11:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 12:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 13:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 14:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização	atende	atende	atende	atende

fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.				
<b>Documento Nº 15:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 16:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	atende	atende	atende	atende

Fonte: elaborado pelo autor.

### a) Garantia da Liberdade de Expressão

Gráfico 1 – I-CCLE: Liberdade de Expressão



Fonte: elaborado pelo autor.

A maioria dos conteúdos dos documentos analisados atendeu ao preceito de garantir a liberdade de expressão. Seis não atenderam esse indicador. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) garante o direito à liberdade de opinião e de expressão, assim de alguma forma, os documentos apresentaram ações que garantissem o poder incessível das pessoas de apresentarem seus próprios juízos sobre qualquer assunto e utilizarem qualquer meio, inclusive e principalmente os meios, canais e formas nas organizações públicas, para exteriorizar suas ideias.

Nos documentos oficiais e/ou de caráter administrativos, foram observados se manifestavam de forma explícita sobre formas e acessos aos canais de expressão. Os principais indicadores foram observados na Portaria 21 do Ministério das cidades que versavam, por exemplo, sobre a necessidade de realização de reuniões para divulgação e discussão do próprio Programa de Trabalho Social – PTS com a comunidade, o contato e a mobilização com representantes comunitários, além da criação de processos de informação, mobilização e capacitação da população beneficiária visando a promoção e protagonismo social da comunidade local, conforme trechos do documento abaixo:

b) realização de reuniões ou assembleias para divulgação dos resultados do diagnóstico e discussão do PTS com a comunidade;

h) reconhecimento, contato e mobilização de lideranças ou instâncias de representação existentes e potenciais, de forma a estimular sua atuação no planejamento, acompanhamento e avaliação das intervenções promovidas e a incorporarem a importância da participação e do controle social na resolução dos problemas;

Item 5) e) criação de espaços participativos voltados à questão da mulher, visando à discussão e encaminhamentos de demandas específicas a esse segmento;

Eixos - 1 Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

**Fonte: Documento N° 2:** Portaria N° 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

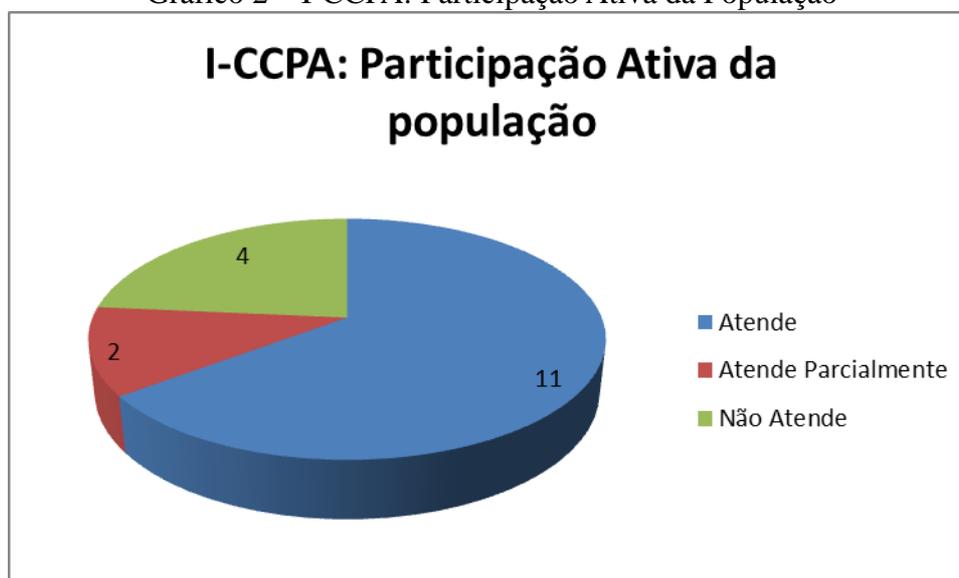
Nos conteúdos dos documentos próprios da comunicação social do programa de regularização fundiária, foram analisados elementos que comprovassem se houve ou não liberdade de expressão por parte dos membros da comunidade. Como a fala da Sônia Fernandes, que expressa na edição 02 do Jornal Casa Legal o significado que ela dá a escritura: “Minha casa é como se fosse um filho e a escritura é como se esse filho fosse casar”.

*Para mim, a chegada da escritura é um marco. Minha casa é como se fosse um filho e a escritura é como se esse filho fosse se casar.” Sônia Fernandes Correia, 60 anos, funcionária pública. Jardim Curitiba.*

**Fonte: Documento N° 4:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 02. 2013.

## b) Participação Ativa da população

Gráfico 2 – I-CCPA: Participação Ativa da População



Fonte: elaborado pelo autor.

Dos dezessete conteúdos analisados, onze identificaram alguma forma de participação ativa da comunidade, e seis atenderam parcialmente ou não atenderam. Essa análise é importante para caracterização de ações que proporcionassem uma comunicação de proximidade e familiaridade, por meio da participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional, e por serem meios que se aplicam diretamente no ambiente em que vivem as pessoas (PERUZZO, 2006). Como exemplo, na edição 3 do Jornal casa Legal, entrevista publicada no Jornal Casa Legal, a gerente nacional de Regularização Fundiária Urbana do Ministério das Cidades, *Ana Paula Bruno*, fala sobre a importância do envolvimento da sociedade para a realização do processo de regularização fundiária. No item 6.2 do Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II fornecido pela AGEHAB, vimos que foi executado ações como reuniões na associação dos idosos e apresentações teatrais sobre o tema do programa, inclusive indicando o quantitativo de pessoas participantes de cada ação. Outras amostras desse indicador podem ser observadas logo a seguir.

Apesar de observados principalmente o nível de participação mais elementar, que é a passiva, onde é considerado principalmente o ato da recepção, pode-se notar que durante a execução do programa, a participação ocorreu também em níveis mais elevados, como lembra PERUZZO (2007, p 139), “quando o individuo atua como sujeito ativo, como protagonista da elaboração de mensagens...”. Esse nível pode ter

contribuído para a formulação de conteúdos mais próprios das realidades locais da comunidade do Jardim Curitiba.

## 2 Objetivo Específicos

2.1 Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

c) inserção dos beneficiários no planejamento e na execução do Trabalho Social por meio de atividades participativas, tais como: constituição ou fortalecimento dos conselhos existentes, reuniões de planejamento comunitário, palestras, assembleias, audiências públicas, ciclos de debates, campanhas e outras ações que elevem o nível de conhecimento da população beneficiada sobre a intervenção a ser implementada;

**Fonte: Documento Nº 2:** Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

*A gente precisa de um empenho tanto do poder público como do envolvimento da comunidade para que a regularização ande de todas as formas. (Trecho da entrevista com Ana Paula Bruno, gerente nacional de Regularização Fundiária Urbana do Ministério das Cidades, em 2013)*

*Acho muito importante a participação da comunidade nas reuniões realizadas pela AGEHAB. O interesse é nosso, pois precisamos muito dessa escritura.” Dormelina Garcia de Souza, serviços gerais*

**Fonte: Documento. Nº 5:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 03, 2013.

“Muita gente reclama que está demorando, mas o gráfico revela que o processo é realmente longo e complexo. Deu pra perceber que tudo está caminhando para ser resolvido”. Edília Corona

**Fonte: Documento Nº 4:** Jornal Comunitário Casa Legal .Ano 02, Edição 02

### 6.2 O Projeto de Comunicação em Números

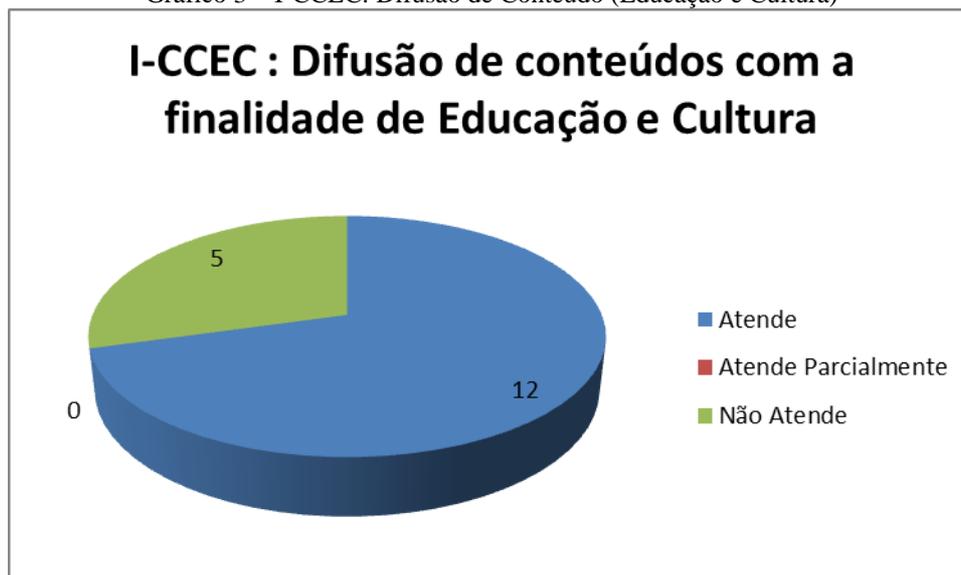
Ação	Data/Local	Número de Participantes
Reunião preliminar na associação dos idosos	16 de janeiro de 2013, com duração de 03 horas na Associação dos Idosos (NAC) Casa da Dona Sônia.	223 pessoas
Primeira ação lúdica teatral	Aconteceu dia 21 de março na quadra do Colégio Militar Ayrton Senna.	280 crianças e adolescentes.
ações lúdicas teatrais	Dia 19 de abril: - Escola Municipal Professor Paulo Freire - Escola Municipal Nossa Senhora da Terra - Escola Estadual João Bennio	326 espectadores 350 espectadores 210 espectadores
Manutenção de faixas	07/05 e 14/05	6 mobilizadores e técnico social
4 reuniões estratégicas direcionadas em associações de bairros	Foram viabilizadas neste período, mais 4 reuniões para tratar sobre Regularização, diminuir dúvidas e receber feedback dos beneficiários, que aconteceram nos dias: - 03/05 - Reunião Sr. Vilmar Curitiba III Local: Centro Comunitário Curitiba III - 15/05 - Reunião no CRAS Centro de Referência da Assistência Social – Curitiba II - 03/06 - Reunião na Comunidade Católica Nova Aliança – Curitiba IV	66 pessoas 45 pessoas 150 pessoas

	- 20/06 - Reunião de Conselho de Segurança Pública – CIOPS	34 pessoas
Quadrilha no CRAS (centro de referência da assistência social)	Aquisição de sorvete para a quadrilha que aconteceu dia 21 de junho no CRAS.	Participaram do evento, mais de 200 pessoas entre alunos, pais e comunidade.
Palestras sobre os temas: Drogas na Adolescência (Escola Nossa Senhora de Lourdes - Jd. Curitiba II)	12/08	136 alunos do ensino fundamental – 5º ao 9º ano.
Reunião estratégicas com os chacareiros do jd. Curitiba iv - ciops	Dia 12 e agosto das 19h às 21h, aconteceu no CIOPS	137 pessoas
Campeonato Copa Casa Legal de Futebol	Dia 19/10 – 04 jogos - início 15h30min Dia 26/10 – 02 jogos - início 15h30min Dia 02/11 – 01 jogo - início 15h30min (3º lugar) Dia 02/11 – 01 jogo - início 16h30min (1º e 2º lugar - Final)	96 atletas inscritos 112 espectadores 96 espectadores 127 espectadores 145 espectadores

Fonte: Documento. N° 17: Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária.

### c) Difusão de conteúdos com a finalidade de Educação e Cultura

Gráfico 3 – I-CCEC: Difusão de Conteúdo (Educação e Cultura)



Fonte: elaborado pelo autor.

Doze documentos apresentaram indicadores de difusão de educação e cultura. Para ser considerado um meio de comunicação comunitário é preciso que cumpra propósitos educomunicacionais e ser inerente à realidade local (PERUZZO, 2007). Esta análise é importante para mostrar se a comunicação adotada inclui a forma de cidadania cultural e educativa, que se proporciona o acesso aos bens culturais e educativos, o que consideramos se tratar também da construção de processos simbólicos e de cunho prático, a partir das relações de trocas entre as pessoas. Um das referencias a esse indicador pode ser observada na execução da ação “Toda quinta tem casa legal na feira”, atividade cultural, que segundo o relatório analisado, foi idealizada e executada por membros da própria comunidade do Jardim Curitiba. No Plano de Comunicação Social (documento 10), a AGEHAB registra ações como o uso de carro de som para a divulgação de ações e a apresentação teatral em escola de ensino primário e fundamental da região sobre a temática da legalidade da escrituração e do programa Casa Legal. As ações educativas também foram divulgadas no Jornal Comunitário Casa Legal, edição 03, conforme descrição a seguir.

- xii. Execução de ações lúdicas na feira livre com o projeto “Toda quinta tem casa legal na feira”. Um trabalho sociocultural idealizado e executado pela comunidade, com o apoio da equipe de comunicação da AGEHAB, e com a supervisão e organização do líder comunitário do Jardim Curitiba II, identificado como professor Alonso, docente da rede estadual de Ensino. As ações iniciaram em julho e se estenderam até agosto de 2013, totalizando sete apresentações de música, dança, teatro e Capoeira nos dias 4, 11, 16, 18 e 25 de julho e 1 e 22 de agosto de 2013.

**Fonte: Documento N° 17:** Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária.

2.7 Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida.

g) mapeamento da aceitação ou resistência à intervenção por parte dos moradores e definição das estratégias de negociação para eventuais ajustes ao projeto físico;

k) articulação das atividades de educação ambiental previstas no PTS com aquelas exigidas na licença ambiental destinadas à mitigação de impactos, quando for o caso;

**Item 5 - f)** articulação com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, entre outras;

**Item 5 k)** orientação sobre manutenção preventiva da moradia e uso adequado dos serviços de água, esgoto, drenagem, coleta de resíduos sólidos e equipamentos implantados, assim como orientações sobre a conservação e manutenção destes e sobre impostos, taxas, tarifas e tarifa social inclusive por meio de campanhas;

**Fonte: Documento N° 2:** Portaria N° 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

**Planilha de Custos apresentada pela AGEHAB, no Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2, Jardim Curitiba. 2013.**

Itens	Discriminação	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
Carro de Som - fevereiro	4 carros volantes	04 / hora dia	R\$ 200,00	R\$ 800,00
Carro de Som - março	4 carros volantes	04 / hora dia	R\$ 200,00	R\$ 800,00
Ação lúdica teatral na maior escola de ensino primário e fundamental da região sobre a temática da legalidade "Casa Legal"	Trabalho de divulgação e reforço da mensagem sobre a documentação necessária para o cadastro, direcionada para as crianças e jovens.	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00

**10: P**Fonte: Documento 10. Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv ). 2013.

Figura 10 – Recorte do Jornal Casa Legal: Divulgação das Ações Educativas

CONSCIENTIZAÇÃO

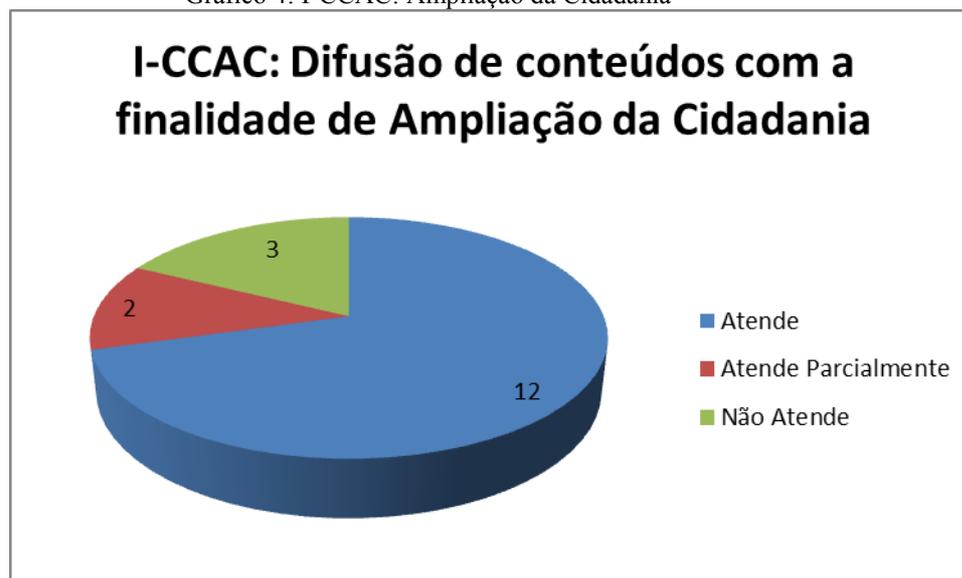
**AGEHAB REALIZA AÇÕES EDUCATIVAS EM BAIROS DA REGIÃO NOROESTE**

LARZINHO É O PERSONAGEM LÚDICO CRIADO PELA AGEHAB PARA INTERAGIR COM A COMUNIDADE

**Fonte: Documento N° 5:** Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal. 2013.

d) **Difusão de conteúdos com a finalidade de Ampliação da Cidadania**

Gráfico 4: I-CCAC: Ampliação da Cidadania



Fonte: elaborado pelo autor.

Neste detalhamento, o conteúdo de doze documentos apontaram referências para a ampliação da cidadania, cooperando com o avanço da democratização da informação e debate sobre o direito e o processo de regularização fundiária do bairro Jardim Curitiba. Esses conteúdos são importantes por se mostrarem aderentes às realidades sociais características da comunidade em que o programa se aplicava. A presença desses indicadores auxilia a avaliação se os materiais produzidos e/ou utilizados constituíram-se como próprios da comunicação comunitária. Peruzzo (2007) avalia que a comunicação comunitária quando desenvolvida em bases democráticas, configura não só o acesso a ela, como também a partilha do poder de difundir conteúdos e de interferir no próprio processo. Isso permite às pessoas da comunidade não somente o acesso à informação, mas também a sua utilização, ampliando o conhecimento e capacidade decisória de movimentar-se em relação aos seus direitos. Uma das referências que podemos destacar neste indicador, está presente na terceira edição do Jornal Casa Legal, que procurou informar sobre os direitos que um morador possui ao ter sua escritura, como deixar o patrimônio para os filhos e descendentes diretos, segurança jurídica, possibilidade de empréstimos bancários, comprovação patrimonial etc. Os documentos legais também apontaram para ações que garantissem a informação e o envolvimento da população para ampliação o acesso aos seus direitos, como podemos observar abaixo.

2.9 Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação.

**Item 5. d)** execução das atividades de comunicação, informação, preparação e acompanhamento das famílias relacionadas ao seu deslocamento involuntário e à mitigação dos transtornos causados pela execução da intervenção física, tais como interrupções do fornecimento de serviços e do trânsito, colocação de desvios, barulhos, segurança;

**Item 5 n)** apoio, articulação ou promoção de ações de mobilização social, em casos de intervenções localizadas em áreas classificadas como de risco e potencial foco de epidemias, para o controle e prevenção destas, em especial a dengue, conforme as políticas públicas de saúde;

**Fonte: Documento N° 2:** Portaria N° 21 do Ministério das Cidades)

Figura 11 – Recorte do Jornal Casa Legal: Os benefícios da Regularização

**SEGURANÇA DA FAMÍLIA**

## OS BENEFÍCIOS DA REGULARIZAÇÃO

VOCÊ SABIA QUE VANTAGENS, COMO EMPRÉSTIMO EM BANCO, SÓ SÃO POSSÍVEIS SE VOCÊ ESTIVER COM A ESCRITURA NA MÃO?

*deixar para nossa filha". Ela lembra que muita gente dizia que os custos para escriturar o imóvel chegariam a*

VANTAGENS DA ESCRITURA	
<b>COM ESCRITURA</b>	
<input type="checkbox"/>	Há segurança jurídica (comprovação de propriedade)
<input type="checkbox"/>	Possibilidade de deixar herança para filhos e descendentes/ascendentes
<input type="checkbox"/>	Empréstimos bancários permitidos
<input type="checkbox"/>	Patrimônio comprovado
<input type="checkbox"/>	Celebração compra e venda sem problemas cartorários
<input type="checkbox"/>	Melhorias para o bairro, com equipamentos públicos, desenvolvimento do comércio, instalação de agências bancárias e dos Correios
<b>SEM ESCRITURA</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Insegurança jurídica da posse do imóvel
<input checked="" type="checkbox"/>	Empréstimo bancário negado
<input checked="" type="checkbox"/>	Patrimônio sem comprovação
<input checked="" type="checkbox"/>	Insegurança em compras e vendas
<input checked="" type="checkbox"/>	Falta de investimento no bairro

**Fonte: Documento N° 4:** Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal. 2013.

### Quanto à existência de uma Comunicação Pública

Nesta etapa da pesquisa, buscou-se verificar os conteúdos dos documentos no sentido de analisar as suas relações diretas com o interesse público. O objetivo é verificar como a comunicação utilizada no programa foi capaz de tornar a informação disponível ao público, de estabelecer a relação e um diálogo desejável e preciso, e de apresentar os serviços oferecidos pelo governo, de conduzir ações de informação e de comunicação de interesse público (ZÉMOR, 2009). Compreendo que o diálogo público é também um exercício político da sociedade e que a CP deve indicar às condições de uma cidadania.

Para HASWANI (2013) os aspectos mais consagrados da CP são os que promovem a interação dos atores públicos e privados no sentido de “ativar” o relacionamento entre o Estado e os cidadãos, favorecendo o desenvolvimento civil e social da comunidade.

**Tabela 5 – Quadro: Ferramenta para análise da presença de indicadores de referências da Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos**

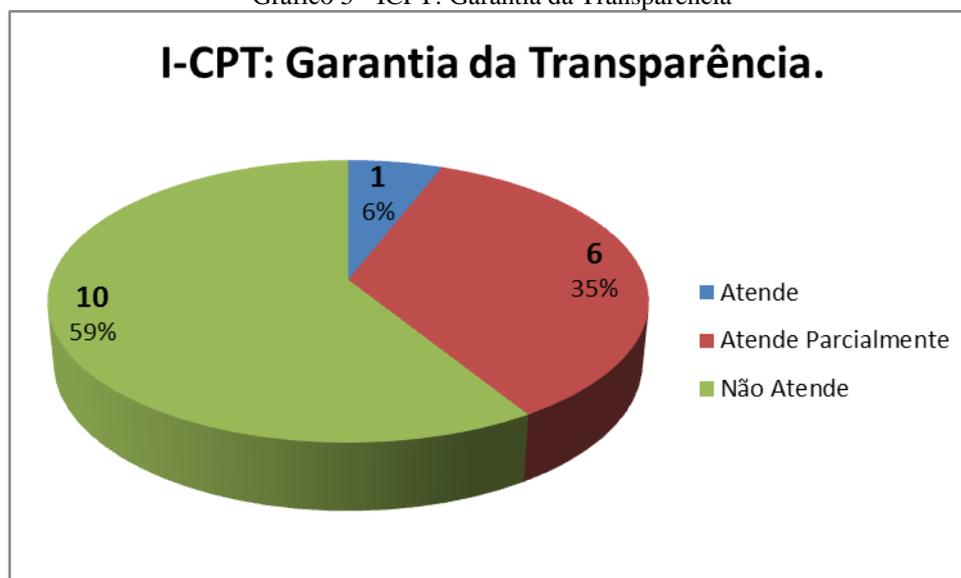
<b>Categoria I: Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos</b>			
<b>Subcategoria: Comunicação Pública</b>			
<b>Documento</b>	<b>Referências à garantia da Transparência: oferta de informações e prestação de contas.  COD.: I-CPT</b>	<b>Referências do acesso às informações de interesse público, disponibilizadas no espaço público.  COD.: I-CPA</b>	<b>Referências à Interação: criação de fluxos bilaterais ou multilaterais de diálogo equilibrado e simétrico.  COD.: I-CPI</b>
<b>Documento Nº 1:</b> Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Portal MPU, Governo Federal.	não atende	não atende	atende
<b>Documento Nº 2:</b> Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 3:</b> LEI Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012.	não atende	atende	não atende
<b>Documento Nº 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.	atende parcialmente	atende	atende
<b>Documento Nº 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº 7:</b> Manual do morador e casa própria.	atende parcialmente	atende parcialmente	não atende
<b>Documento Nº 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº9:</b> Panfleto informativo.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv	não atende	atende	atende
<b>Documento Nº 11:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 12:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 13:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização	não atende	não atende	atende parcialmente

fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.			
<b>Documento Nº 14:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 15:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 16:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente

Fonte: elaborado pelo autor.

#### a) A garantia da Transparência

Gráfico 5 - ICPT: Garantia da Transparência



Fonte: elaborado pelo autor.

Em dezessete documentos analisados, somente um atende a esse quesito, seis atendem parcialmente e dez (60%) não deram garantias de transparência. Vale ressaltar que a Portaria Nº 21 do Ministério das Cidades, único documento cujo conteúdo preze essa garantia, foi publicada e teve seu efeito somente em janeiro de 2014, ano posterior ao período que buscamos analisar o programa em Goiás, deste modo consideramos que

nenhum dos meios utilizados ou produzidos em 2013 teve como elemento garantir a transparência do processo, por meio da oferta de informações e prestação de contas de maneira pública e acessível à sociedade. Os seis documentos que atenderam, parcialmente, foram os criados e publicados pelo plano de comunicação desenvolvido para o Jardim Curitiba.

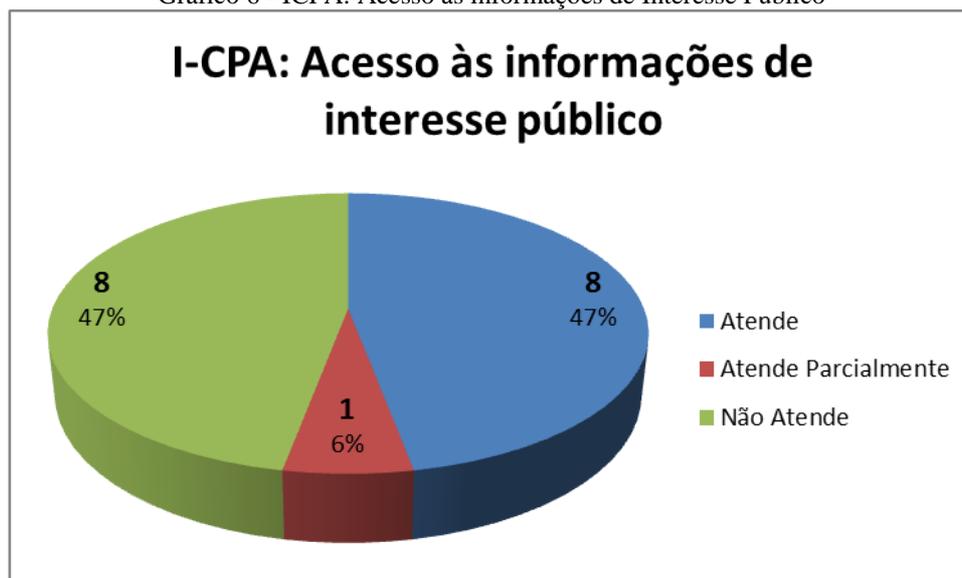
e) produção e veiculação de materiais informativos aos beneficiários, em várias mídias, sobre a intervenção, suas etapas, impactos e benefícios, repassando as informações para todas as famílias sobre o programa habitacional ou de saneamento e sobre a intervenção proposta;

**Fonte: Documento N° 2: Portaria N° 21, do Ministério das Cidades)**

Apesar de apresentarem informações sobre o programa de regularização fundiária e as ações de comunicação, apresentavam de forma geral os investimentos no programa, e não a publicitação dos recursos de forma descritiva explicitando a aprovação da aplicação dos recursos públicos pelos órgãos competentes e nem orientavam se essas informações estavam disponíveis ao acesso público. Esse item é indispensável para uma instituição pública reconhecer os direitos civis e para as pessoas da comunidade ter acesso às informações que permitem conhecer a instituição pública que deve defender seus interesses, conforme lembra Maria Helena Weber (2011).

#### **b) Informação de interesse público, disponibilizadas no espaço público.**

Gráfico 6 - ICPA: Acesso às informações de Interesse Público



Fonte: elaborado pelo autor.

O acesso às informações de interesse público é essencial para que as pessoas da comunidade possam utilizar-se das instituições públicas em seu benefício próprio ou coletivo. Nessa análise, sete documentos apresentaram em seus conteúdos indicadores de garantia ao acesso às informações. Porém, os outros sete não apresentaram nenhum indicador desse quesito. Consideramos de interesse público todas as informações que pertencem à coletividade, portanto devem ser “de conhecimento geral, passível de acesso e compreensão por toda a sociedade” (HASWANI, 2013).

Chama a atenção que o documento referente ao aspecto constitucional do processo de regularização, a Lei Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012, faz uma única alusão à obrigatoriedade de estabelecer um processo de comunicação com o cidadão, que é em relação ao atraso no pagamento de alguma parcela relativa ao processo, quando para o mesmo existir custos. A única referencia na Lei sobre a garantia do Estado em estabelecer uma ligação comunicacional com o cidadão:

Art. 20-A. Para efeito do contido no parágrafo único do art. 20, presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço do adquirente.

**Fonte: Documento Nº 3: LEI Nº 17.545, de 2012.**

Figura 12 – Recorte do Jornal Casa Legal: Informação

## INFORMAÇÃO

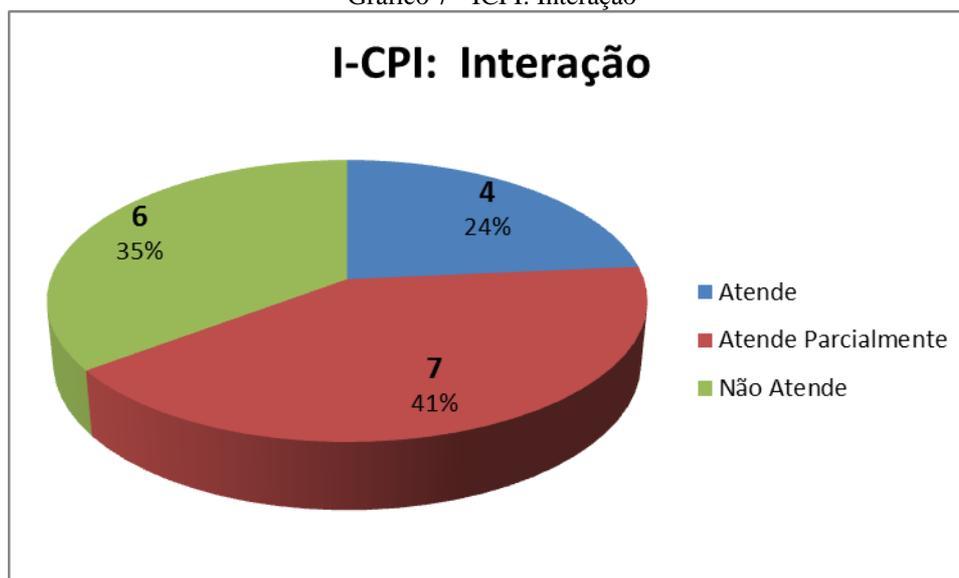


Elídia Corona, do Boa Vista, elogia clareza de informação do Casa Legal

**Fonte: Documento Nº 4: Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 02.**

**c) Interação: a criação de fluxos bilaterais ou multilaterais de diálogo**

Gráfico 7 - ICPI: Interação



Fonte: elaborado pelo autor.

A criação de fluxos de diálogo e interação direta entre o Estado e a sociedade é fundamental para a consolidação de uma comunicação de interesse público, pois como afirma ZÉMOR (2009, p.225), “por meio desses canais, o impacto da mensagem é melhor. Se o meio importa para a mensagem, quanto mais a mediação é humana, personalizada, mais o conteúdo é considerado assimilado”. Nesse aspecto, encontramos indicadores nos conteúdos de onze dos documentos analisados, que atenderam completamente ou parcialmente a esta necessidade.

As formas e mecanismos apresentados possibilitaram uma interação mais ativa e direta da Agência Goiana de Habitação com a comunidade do Jardim Curitiba. Isso possibilitou a construção de um todo maior em busca de resultados coletivos, alcançados a partir da interação comunicacional expressada por meio de manifestações e mobilizações feitas por meio de processos simbólicos e práticos que, conforme vimos em BRAGA (2011, p. 66), organiza “trocas entre seres humanos, viabilizam as diversas ações e objetivos em que se veem engajados toda e qualquer situação que solicita coparticipação”. Mais uma vez, os conteúdos da Portaria 21 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades e do Jorna Casa Legal estão entre os materiais que apresentaram referências ao indicador analisado. A normatização sobre a produção e veiculação de materiais informativos aos beneficiários, assim como a preconização de processo de informação, mobilização, promoção de autonomia e protagonismo social e instituição de novos canais de participação coadunam com o indicador de interação. E fica

comprovado por meio do material publicado no Jornal Casa Legal a inauguração e instituição do centro de informação no bairro Jardim Curitiba:

b.2) Proposta preliminar de Trabalho Social ou Projeto de Trabalho Social, conforme regulamentação específica do MCIDADES;

**Fonte: Documento N° 1:** Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Portal MPU.

e) produção e veiculação de materiais informativos aos beneficiários, em várias mídias, sobre a intervenção, suas etapas, impactos e benefícios, repassando as informações para todas as famílias sobre o programa habitacional ou de saneamento e sobre a intervenção proposta;

**Eixos - 1 Mobilização, organização e fortalecimento social** - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

**Fonte: Documento N° 2:** Portaria N° 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

Figura 13 – Recorte do Jornal Casa Legal: Inauguração Casa Legal.2013.

**FALE COM A AGEHAB Fone: (62)3096-5000/3096-5055**

emailatendimento@agehab.go.gov.br / Site: www.agehab.go.gov.br

**INAUGURAÇÃO DE CASA**

**AÇÃO FAZ PARTE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA E VISA ATENDER POPULAÇÃO, ALÉM DE ESCLARECER DÚVIDAS**

Já está funcionando! O novo Centro de Informação do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão da região Noroeste está pronto desde julho para receber qualquer um que precise de esclarecimento ou atendimento. Para chegar até ele é fácil, já que fica na Avenida do Povo, bem visível ao lado do CMEI, no Jardim Curitiba II. O lugar está de portas abertas para qualquer morador dos bairros da região que queria esclarecer alguma dúvida.

Muita gente não sabe, mas o Centro Casa Legal foi projetado no mesmo modelo das moradias construídas por todo o Estado de Goiás pela AGEHAB, beneficiando milhares de famílias. A implantação do centro é um dos benefícios para a região, em especial para o Jardim Curitiba, que está recebendo o processo chamado de regularização fundiária plena. Além de entregar escrituras, o programa ainda leva para as quatro etapas do Curitiba melhorias urbanas.

*primeiras moradoras do Curitiba. No começo tive de morar debaixo de lama. Agora, 30 anos depois, tenho a certeza de que tudo o que*



**REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA GANHA O CENTRO DE INFORMAÇÃO CASA LEGAL**

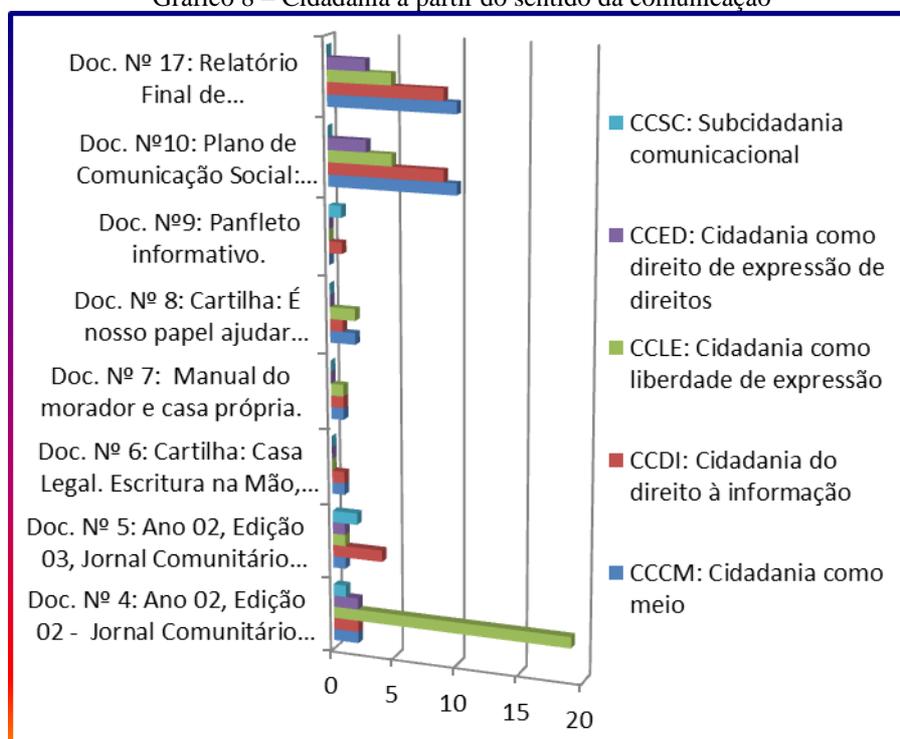
Lázara Maria, moradora há 30 anos do Curitiba, comemora benefícios da regularização para o bairro

**Fonte: Documento N° 4:** Jornal Casa Legal. Ano 02, Ed. 02. 2013.

### Cidadania a partir do sentido da comunicação - Cidadania Comunicacional

O gráfico e a tabela a seguir referem-se à categoria da cidadania a partir do sentido da comunicação. O primeiro buscou revelar a frequência dos indicadores dos tipos de cidadania a partir da noção de comunicação, já a tabela pretendeu qualificá-los quanto ao atendimento, atendimento parcial ou não atendimento. As subcategorias elencadas foram baseadas em MORAES & SIGNATES (2016). Como critério os materiais analisados foram desenvolvidos e utilizados pela gerência de comunicação organizacional da AGEHAB e Práxis Comunicação (terceirizada) durante a execução do programa de trabalho técnico social em 2013. No total, foram oito documentos, onde procuramos estabelecer a função da comunicação como mediadora da cidadania entre o Governo de Goiás e a sociedade. Os documentos de números 1,2 e 3 não foram utilizados como amostra por não serem produzidos pela AGEHAB ou sua terceirizada, e o 11, 12, 13, 14, 15 e 16 por terem seus conteúdos condensados no Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária, nº 17.

Gráfico 8 – Cidadania a partir do sentido da comunicação



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 6 – Quadro: Ferramenta para análise de qualificação do atendimento aos tipos de cidadania comunicacional

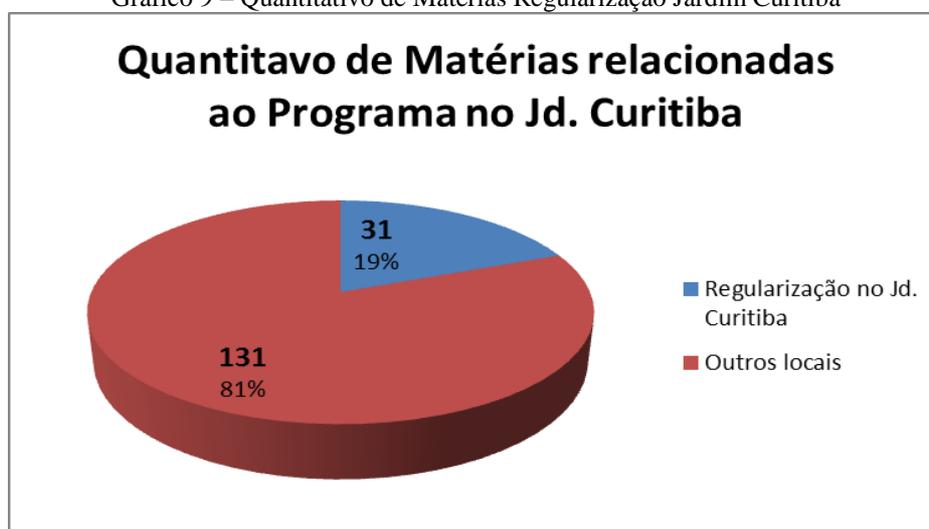
<b>Categoria II: Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)</b>					
<b>Subcategoria:</b>	<i>Cidadania como meio</i>	<i>Cidadania do direito à informação</i>	<i>Cidadania como liberdade de expressão</i>	<i>Cidadania como direito de expressão de direitos</i>	<i>Subcidadania comunicacional</i>
<i>Documento</i>	<i>Indicadores sobre como o processo foi visto como argumento ou instrumento da comunicação a fim de obter direitos.</i>  <b>COD.: II-CCCM</b>	<i>Indicadores do direito ao acesso às informações foi garantido por meio de jornais, internet e meios comunitários sobre a proposição civil, política e social.</i>  <b>COD.: II-CCDI</b>	<i>Indicadores da participação em termos da opinião pública, ainda que instrumentalmente.</i>  <b>COD.: II-CCLE</b>	<i>Indicadores da permissão sobre o direito básico que permite a elaboração comunitária dos termos de sua própria justiça.</i>  <b>COD.: II-CCED</b>	<i>Indicadores do processo de regularização fundiária implantada visto como favor do governo.</i>  <b>COD.: II-CCSC</b>
<b>Documento N° 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende	atende	atende	Atende parcialmente
<b>Documento N° 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende	atende	atende	Atende parcialmente
<b>Documento N° 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.	atende	atende	não atende	não atende	não atende
<b>Documento N° 7:</b> Manual do morador e casa própria.	atende	atende	atende	não atende	não atende
<b>Documento N° 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	atende	atende	atende	não atende	não atende
<b>Documento N°9:</b> Panfleto informativo.	não atende	atende	não atende	não atende	atende
<b>Documento N°10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente

<b>Documento N° 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
--	--------	--------	--------	---------------------	---------------------

Fonte: elaborado pelo autor a partir das referências de MORAES & SIGNATES (2016, p. 33-34)

O gráfico abaixo representa o quantitativo de matérias publicadas na imprensa privada e/ou de governo sobre o programa de regularização fundiária de Goiás no período de fevereiro a dezembro de 2013. Do total de 162 notícias, 19% (31) foram relativas ao Programa de regularização fundiária desenvolvido no Jardim Curitiba, em Goiânia. Apesar de não serem meios produzidos diretamente pela AGEHAB ou Práxis (empresa terceirizada) e não caracterizarem, tradicionalmente, como formas de comunicação comunitária, elas foram ativadas por meio daquela, ao utilizar-se de *releases* ou sugestão de pautas. Essas análises foram fundamentais para verificar em que medida a cobertura jornalística contribuiu para a instituição de uma cidadania a partir do sentido da comunicação, e/ou testificam as ações comunicacionais que foram providas, como eventos, encontros, etc., considerando as cinco subcategorias apresentadas. O objetivo foi estabelecer inferências ordenadas e delineadas em relação as mensagens publicadas, e assim verificar as percepções quanto ao trabalho desenvolvido por parte dos emissores (da mídia governamental e privada), assim como a compreensão e participação dos próprios moradores por meio de entrevistas e relatos.

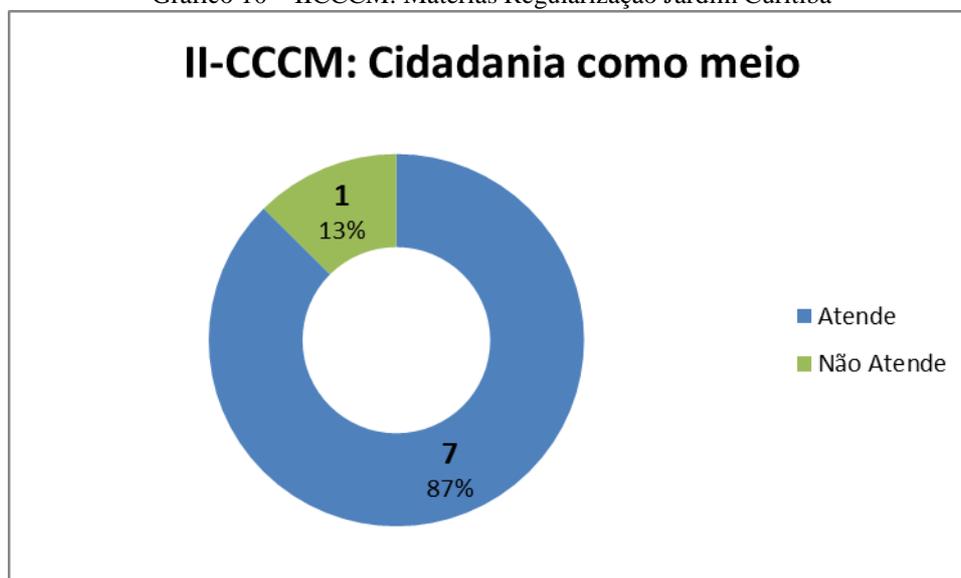
Gráfico 9 – Quantitativo de Matérias Regularização Jardim Curitiba



Fonte: elaborado pelo autor.

a) A Cidadania como meio

Gráfico 10 – IICCCM: Matérias Regularização Jardim Curitiba



Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa subcategoria procuramos incidência de elementos que demonstrem a cidadania como argumento, meio ou instrumento da comunicação para obtenção de direitos. Do conteúdo de oito documentos produzidos pela AGEHAB ou sua terceirizada, sete apresentaram essa forma de cidadania comunicacional, com uma frequência total de vinte e sete elementos de referência. Temos esse entendimento corroborado pelo apontamento de PERUZZO ao afirmar a necessidade da utilização do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania, que é construída pelas próprias pessoas por meio da interação com outras forças típicas da sociedade. Assim a presença de indicadores em praticamente todos os meios de comunicação criados em prol da Comunicação Comunitária executado no programa de regularização fundiária, resquício o modo de cidadania como meio. Como destaque podemos apontar o conteúdo das duas edições do Jornal Casa Legal, por meio da entrevista com o promotor Mauricio Nardidi, titular da promotoria de urbanismo do Ministério Público Estadual de Goiás, em 2013, que aponta a regularização tratada como política de governo e a necessidade de estender o programa para outros bairros de Goiânia. Identificamos também o trecho do editorial do mesmo jornal que afirma que a escritura como instrumento de exercício da cidadania. A Cartilha “Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão” também apresentou conteúdo alinhado a subcategoria analisada, quando diz que o processo de regularização visa garantir a cidadania das pessoas, e para esse fim “o Governo de

Goiás, a AGEHAB e a CAIXA desenvolveram um Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS, com o objetivo de ampliar sua participação nas decisões e reivindicações de seu bairro”. Segue alguns trechos analisados:

Escritura é, sim, instrumento para o exercício da cidadania plena e de desenvolvimento para a comunidade - Trecho do Editorial, p.2.

A PGE procura sempre viabilizar juridicamente a implantação da legislação, a fim de que seja garantido o direito à moradia - Trecho da entrevista com Fábria de Barros Amorim, procuradora do Estado de Goiás.

É uma coisa inédita na história. Só agora a regularização é tratada como política de governo. Espero que esse programa se estenda para os demais bairros de Goiânia. Ninguém faz nada sozinho. - Trecho da Entrevista com o promotor de justiça, titular da 8ª Promotoria de Urbanismo – MPE, Maurício Nardini.

**Fonte: Documento Nº 4:** Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.2013.

Há muito tempo não via em nossa região uma equipe tão comprometida com nossa causa. O Governo de Goiás está de parabéns. Trabalho nota 10”. Anália Alves de Oliveira, 70 anos, pensionista, Jardim Curitiba II.

Acho muito importante a participação da comunidade nas reuniões realizadas pela AGEHAB. O interesse é nosso, pois precisamos muito dessa escritura.”. Dormelina Garcia de Souza, serviços gerais.

**Fonte: Documento Nº 5:** Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal).

“Para garantir a sua cidadania, o Governo de Goiás, a AGEHAB e a CAIXA desenvolveram um Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS\_ com o objetivo de ampliar sua participação nas decisões e reivindicações de seu bairro.

Afinal quanto mais envolvida for a comunidade, maiores serão as chances de melhoria, não é mesmo? Venha comigo! Vamos dar um voltinha no bairro para ver se o pessoal tá sabendo disso.

**Fonte: Documento Nº 6:** Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão. 2013.

Por que regularizar?

A irregularidade reduz o acesso da população às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano, como programas de financiamento voltados para melhorias habitacionais (reforma e ampliação).

A regularização garante aos moradores a segurança da sua posse, protegendo-os de qualquer tipo de ameaça ao seu direito à moradia.

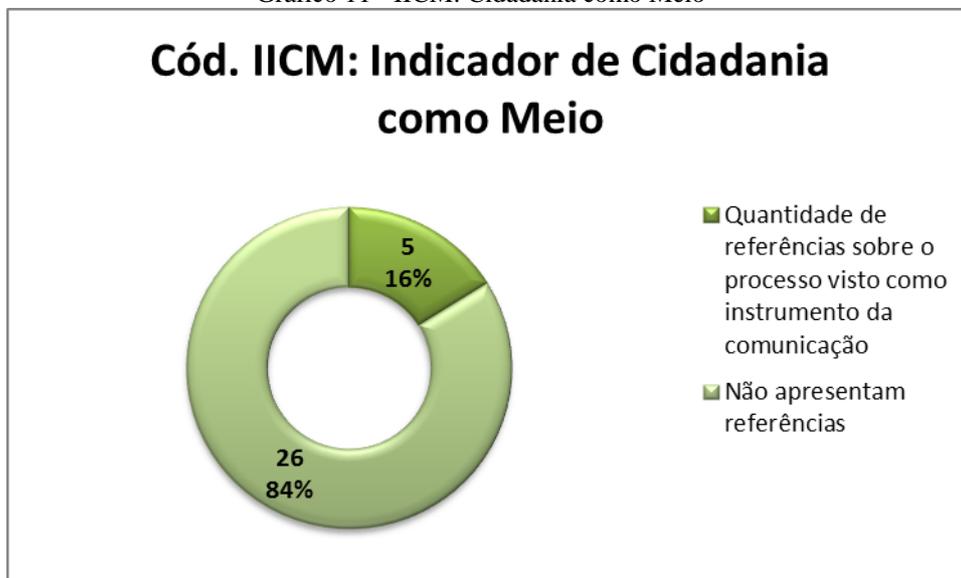
Importância da participação popular

Você pode participar do Grupo de Trabalho formado por representantes da comunidade, que deverá acompanhar e monitorar todas as etapas da regularização fundiária realizada pela AGEHAB.

**Fonte: Documento Nº 8:** Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.

## Análise de conteúdo aplicada às notícias publicadas pela imprensa.

Gráfico 11 - IICM: Cidadania como Meio



Fonte: elaborado pelo autor.

Já nas matérias publicadas somente 5% apresentaram algum indicador da cidadania como meio, em contrapartida aos 87% verificados nos materiais produzidos pela própria equipe da AGEHAB. Percebe-se que a ativação deste tipo de cidadania é mais frequentemente percebida quando há percepção desse princípio e intencionalmente faz-se uso do mesmo como uma política de comunicação de governo ou Estado. Como mostra as evidências abaixo:

### **AGEHAB faz reuniões no Jardim Curitiba e Madre Germana**

A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) realiza hoje duas reuniões com moradores do Jardim Curitiba I, II, III e IV e do Madre Germana I e II para informar sobre o processo de regularização fundiária que está em andamento na Região Noroeste de Goiânia.

**Fonte:** [Site Notícias de Goiás](#)

### **AGEHAB divulga benefícios do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão**

...a AGEHAB, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), está patrocinando atividades artísticas como teatro lúdico e circense nas principais ruas, escolas e feiras dos bairros beneficiados. O objetivo é envolver o público infanto-juvenil nas atividades do programa de regularização fundiária. A primeira ação teve início esta tarde a partir das 16 horas, no Colégio Militar Ayrton Senna, (Rua JC 10, Jardim Curitiba I). A peça teatral tem como objetivo explicar aos alunos, de forma criativa, como funciona o processo de regularização fundiária.

**Fonte:** [Site Notícias de Goiás](#)

Figura 14 –Jornal Daqui



Jornal Daqui, 03 de abril de 2013.

### TJGO: Comitê discute regularização fundiária em Goiás

O juiz-auxiliar da Presidência do TJGO e coordenador do Comitê, Carlos Magno Rocha da Silva, destacou que a função da equipe é fazer a interlocução entre os vários parceiros e os responsáveis pela regularização fundiária. “O que pretendemos é trazer pessoas para o diálogo e tentar resolver de forma mais rápida possível essa situação para evitar conflito”, disse.

<http://iregistradores.org.br/>

### AGEHAB chama população para regularizar moradia

A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) por meio do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão, está regularizando moradias no Jardim Curitiba I, II III e IV (Região Noreoeste de Goiânia)

Fonte: Jornal O HOJE. 22/03/2013.

## b) Cidadania do direito à informação

Gráfico 12 - IICCDI: Cidadania do direito à Informação



Fonte: elaborado pelo autor.

Compõem os direitos de cada indivíduo o acesso aos canais de expressão e “às informações sobre suas condicionantes civis, políticas e sociais, seja por meio de jornais, internet e meios de comunicação” (MORAES & SIGNATES, 2016). Os conteúdos de todos os documentos analisados apresentaram referência a este tipo de cidadania, proposto a partir da comunicação. Esse é um elemento chave para a sustentabilidade de uma cidadania comunicacional, pois os mesmos argumentos que amparam essa prática, também podem ser usados para assegurar a positivação quanto ao uso de diversas formas e meios de comunicação nas políticas públicas de Estado e de Governo.

A Cidadania é a garantia ao direito à informação, à transparência, ao acesso e à participação na definição das políticas públicas e assim com a finalidade de realizar uma ampliação dos espaços de democracia. (HASWANI, 2000). Com uma comunicação governamental fundamentada no preceito que as informações significam a garantia dos direitos fundamentais das pessoas, o Estado, por meio das suas instituições (neste caso a AGEHAB e a CAIXA) se posiciona como sujeito ativo e capaz de contribuir para a mobilização autônoma dos cidadãos nas comunidades. Esse é um desafio constante dos profissionais de comunicação nas organizações públicas. Destacamos a seguir os conteúdos das duas edições do Jornal Casa Legal, onde evidenciamos as declarações de moradores como a Edília que aponta para o

entendimento sobre um gráfico cuja informações revelam as etapas do processo de regularização e Rones Jerônimo da Silva, que, segundo sua opinião a comunidade está sendo comunicada sobre cada etapa do processo. Além disso, a terceira edição do Jornal Casa Legal traz a agenda de palestras e cursos oferecidos para a comunidade do Jardim Curitiba (figura 15) e a cartilha Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão (figura 15) informa por meio de animações em quadrinhos o processo de regularização fundiária no bairro.

“Muita gente reclama que está demorando, mas o gráfico revela que o processo é realmente longo e complexo. Deu pra perceber que tudo está caminhando para ser resolvido”. Edília Corona.

A AGEHAB dá os primeiros passos para realização das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) no Jardim Curitiba. O levantamento topográfico do bairro deverá começar ainda este mês. - Trecho da Matéria “Tudo Pronto para as obras do PAC 2 – no Curitiba.

*Nunca houve um trabalho como o que está sendo feito pela AGEHAB. Realmente abraçou a região. Os moradores estão muito confiantes no bairro, investindo mais. Cada etapa do trabalho que avança é um alento para a comunidade, que está sendo muito bem informada.”* Rones Jerônimo da Silva, 39 anos, líder comunitário.

**Fonte:** Documento Nº 4: Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 02. 2013.

Por que a escritura deve ser registrada em cartório depois da assinatura? A escritura sem registro não tem valor legal...

Por que no meu bairro não tem banco, loteria e até Posto de gasolina? Porque não há legalização dos terrenos - Quadro AGEHAB responde.

...a equipe da AGEHAB está visitando todas as 4,4 mil residências das quatro etapas do bairro, cadastrando os moradores, numa ação do Programa *Casa Legal – Sua Escritura na Mão*. As famílias esperam há 30 anos pela regularização do setor. Já foi cadastrada grande parte dos moradores do Jardim Curitiba I, II e III. São quase 3 mil cadastros concluídos até o momento. Para agilizar o atendimento às famílias, é importante que os moradores tenham em mãos documentos pessoais (identidade e CPF) do titular, cônjuge e filhos; comprovante de endereço e de renda; e termo de assentamento ou posse. Todos os cadastradores da AGEHAB estão uniformizados e usam crachás. Em caso de dúvida sobre suas identidades, os moradores podem entrar em contato com a Agência (atendimento pelo 3096-5066) ou procurar o Centro Casa Legal instalado na Avenida do Povo. (Trecho de matéria, p. 10)

**Fonte:** Documento Nº 5: Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 03. 2013.

Figura 15 – Programação de Cursos

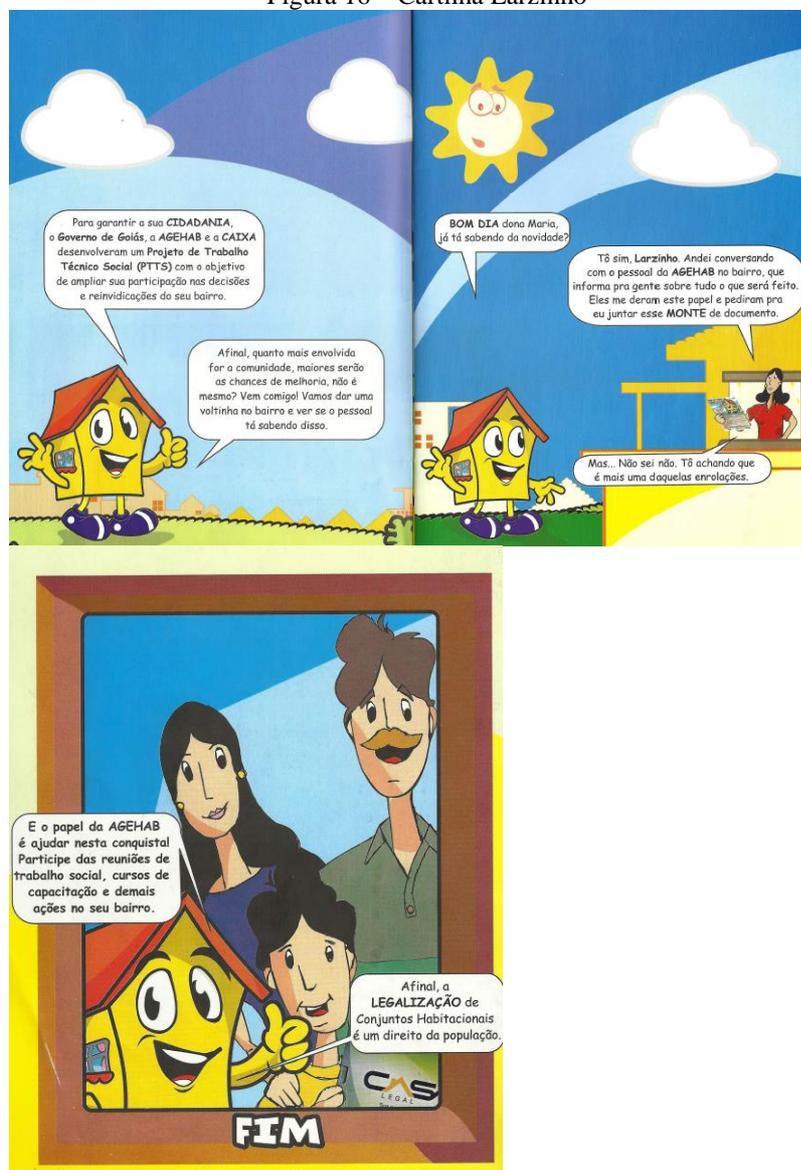
PROGRAMAÇÃO DE CURSOS E PALESTRAS NO JARDIM CURITIBA			
CURSO	VAGAS	DATA / DURAÇÃO	LOCAL
Operador de Telemarketing	60	16 a 27 de setembro	CRAS Jardim Curitiba II
Atendimento e Vendas	60	16 a 28 de setembro	CRAS Jardim Curitiba II
Grafite	60	23 de setembro a 4 de outubro	CRAS Jardim Curitiba II
Formação de DJ	60	30 de setembro a 12 de outubro	CRAS Jardim Curitiba II
Decoração com Balões	60	30 de setembro a 12 de outubro	CRAS Jardim Curitiba II
Informática Básica	80	14 a 26 de outubro	CRAS Jardim Curitiba II
PALESTRAS EDUCATIVAS		DATA	LOCAL
Relacionamento entre Pais e Filhos		9 de outubro	CPMG Ayrton Senna
Drogas na Adolescência		10 de outubro	CPMG Ayrton Senna
Saúde e qualidade de vida		17 de outubro	CRAS Jardim Curitiba II
Benefícios de uma alimentação saudável		31 de outubro	CRAS Jardim Curitiba II

Mais informações e inscrições pelo telefone:

**(62) 3096-5075**

Fonte: Documento Nº 5: Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal. 2013.

Figura 16 – Cartilha Larzinho



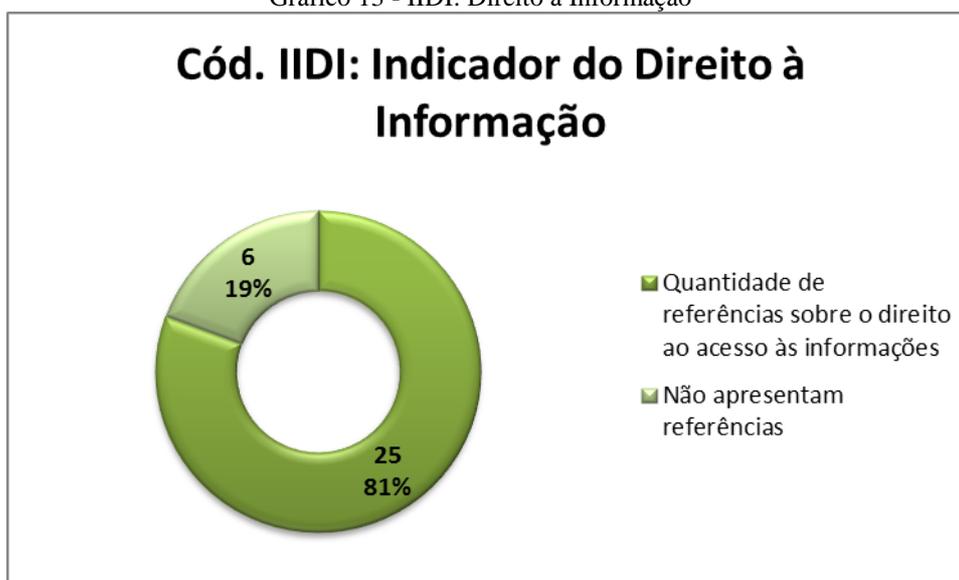
Fonte: Documento Nº 6: Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão. 2013.

Nas páginas a seguir você entenderá melhor, com informações claras e resumidas, os objetivos do processo de entrega de sua moradia. Com este material em mãos, você terá informações do passo a passo até o recebimento da escritura... (Trecho da apresentação do Manual)

**Fonte:** Documento Nº 7: Manual do morador e casa própria. 2013.

### **Análise de conteúdo aplicada às notícias publicadas pela imprensa.**

Gráfico 13 - IID: Direito à Informação



Fonte: elaborado pelo autor.

A maioria das matérias (81%) teve como referência o objetivo de informar a população sobre acontecimentos, fatos, eventos vinculados ao programa ou o esclarecimento sobre o próprio processo de regularização fundiária na região. O mais provável é que este índice tão expressivo seja decorrente da própria natureza da produção e cobertura jornalística. Neste sentido, chama a atenção que 19% das matérias não apresentaram indicadores desse tipo de cidadania, o que consideramos não só estéril do ponto de vista da cidadania, mas que por outro lado, reforça a necessidade de se fazer uso de outras formas de comunicação social, que não fique refém das chamadas mídias tradicionais ou hegemônicas. As assessorias de comunicação de órgãos governamentais devem produzir fluxos comunicacionais diretos e contínuos com a sociedade por meio de diversas formas e canais de comunicação a fim de garantir o direito de à informação do cidadão.

As notícias abaixo apontam referências do indicador do direito à informação:

**AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba**

Com o início dos cadastros, a Agência agiliza uma das etapas mais importantes do processo para emissão das escrituras. Os moradores devem ter em mãos os documentos pessoais (identidade e CPF) do titular, cônjuge e filhos; comprovante de endereço e de renda e termo de assentamento ou posse. Serão beneficiados com a escritura gratuita os moradores com renda até quatro salários mínimos, todos os moradores originários e lotes com até 500 m<sup>2</sup>.

As visitas são domiciliares e as casas cadastradas receberão um selo numerado. A equipe da AGEHAB estará devidamente identificada com uniforme e crachá.

**Fonte:** SITE NOTÍCIAS DE GOIÁS. 01/04/2013.

**AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba**

Com o início dos cadastros, a Agência agiliza uma das etapas mais importantes do processo para emissão das escrituras. Os moradores devem ter em mãos os documentos pessoais (identidade e CPF) do titular, cônjuge e filhos; comprovante de endereço e de renda e termo de assentamento ou posse

**Fonte:** SITE CAFÉ DE NOTÍCIAS. 01/04/2013

**AGEHAB regulariza escrituras de 4 mil lotes**

A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) dá início nesta terça-feira (02/04) ao cadastro de mais de 4 mil moradias do Jardim Curitiba I, II, III e IV, na região Noroeste de Goiânia, para regularização fundiária plena. (...)

A abertura dos trabalhos de cadastros será feita pelo presidente da Agência, Marcos Abrão Roriz, às 8h30 horas, na Rua JC-26-A, Qd. 19, Lt. 03, Jd. Curitiba II, ao lado do Ciops. A AGEHAB já está realizando o levantamento topográfico. Em seguida, os mapas serão entregues à prefeitura para aprovação e emissão do decreto que reconhece o bairro como loteamento urbano. Com o início dos cadastros, a Agência agiliza uma das etapas mais importantes do processo para a emissão das escrituras. Os moradores devem ter em mãos os documentos pessoais (identidade e CPF) do titular, cônjuge e filhos; comprovante de endereço e de renda e termo de assentamento ou posse. Serão beneficiados com a escritura gratuita os moradores com renda até quatro salários mínimos, todos os moradores originários e lotes com até 500 m<sup>2</sup>.

**Fonte:** Jornal O Hoje. 03/04/2013.

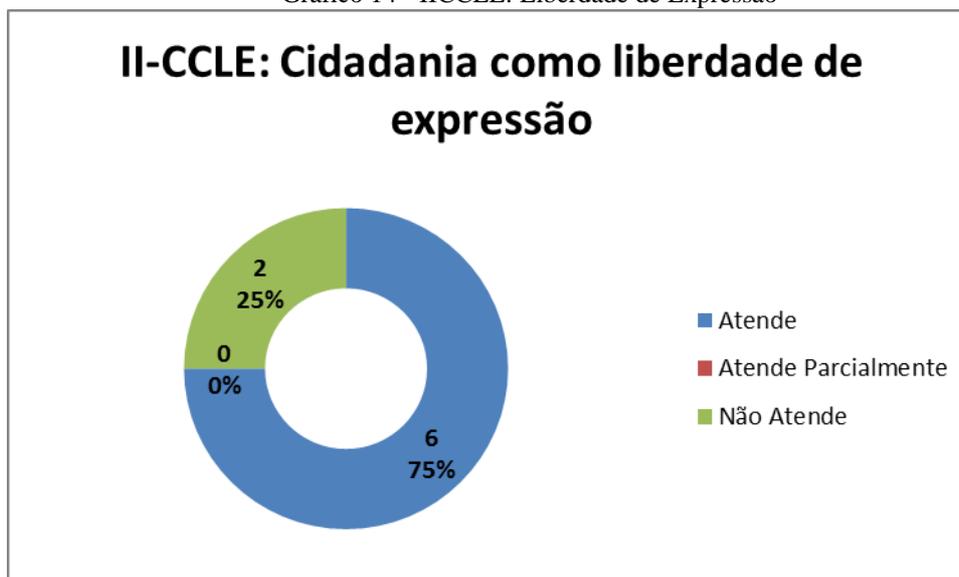
**AGEHAB inicia cadastro para regularizar moradias**

Mais de 4 mil moradias do Jardim Curitiba 1, 2, 3 e 4, na região Noroeste de Goiânia, começarão a ser cadastradas hoje pela Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) para regularização fundiária plena.

**Fonte:** Jornal Daqui. 03/04/2013.

### c) Cidadania como liberdade de expressão

Gráfico 14 - IICCLE: Liberdade de Expressão



A cidadania como liberdade de expressão só não foi identificada no conteúdo de dois materiais analisados: a cartilha Casa Legal. Escritura na mão você mais cidadão (Documento 6. Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão. 2013) e o panfleto informativo (Documento 9. Panfleto informativo. 2013). Todos os outros materiais apresentaram indicadores desse quesito. MORAES & SIGNATES (2016, p.33) defendem que ainda que de ordem instrumental, “a participação em termos da opinião pública é um direito especificamente comunicacional” do cidadão. Visão fortalecida por Cortina (2005), que sustenta que a liberdade, configura-se como direito à condição de cidadania, e fortalece a sociedade no processo de construção e expressão da opinião pública relativa aos assuntos públicos e por Marshal, pra quem a cidadania só se consubstancia por meio da liberdade de opinião e expressão, e de uma pessoa ativa no cotidiano político e no pleno acesso às condições necessárias à existência.

A existência desses indicadores estimula o uso de um modelo de comunicação por órgãos governamentais que por sua própria natureza existencial, busca a interação como elemento imprescindível para que haja a preservação do diálogo, da livre circulação de sentidos e da posituação dos direitos fundamentais de liberdade de expressão e opinião, que deem garantia também a existência e manutenção dos movimentos sociais e das relações dos mesmos com a sociedade e os órgãos representativos do Estado ou governo. Podemos imaginar esse cenário como utopia, tendo em vista a realidade brasileira, onde as instituições públicas tendem a utilizar-se

da comunicação como instrumento de controle e patrulhamento ideológico. Porém, a natureza dos meios de comunicação comunitários surgiu em ambientes de insatisfação com as condições precárias de existência e das prementes restrições à liberdade de expressão pelos meios de comunicação de massa, a mídia hegemônica. E no sentido dos objetivos desse trabalho, como defende WEBER (2011, p. 111), “a produção de comunicação do Estado fortalece à medida que é ampliado e facilitado o processo de acesso aos cidadãos e à sociedade e, como tal, passa a ser reconhecido em suas ações e discursos”.

Figura 17 – Aspas do Jornal Casa Legal. 2013.



**Fonte: Documento Nº 4:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 03. 2013.

“Estou sem escritura, sem emprego e tentando me aposentar. Uma casa sem escritura você só é dono enquanto está dentro dela. Sai um dia de viagem e quando voltei já tinha gente tentando entrar nela. A escritura da minha casa é o que mais desejo”, (Maria de Lourdes Dias, moradora da região noroeste. Trecho da matéria: Os benefícios da regularização)

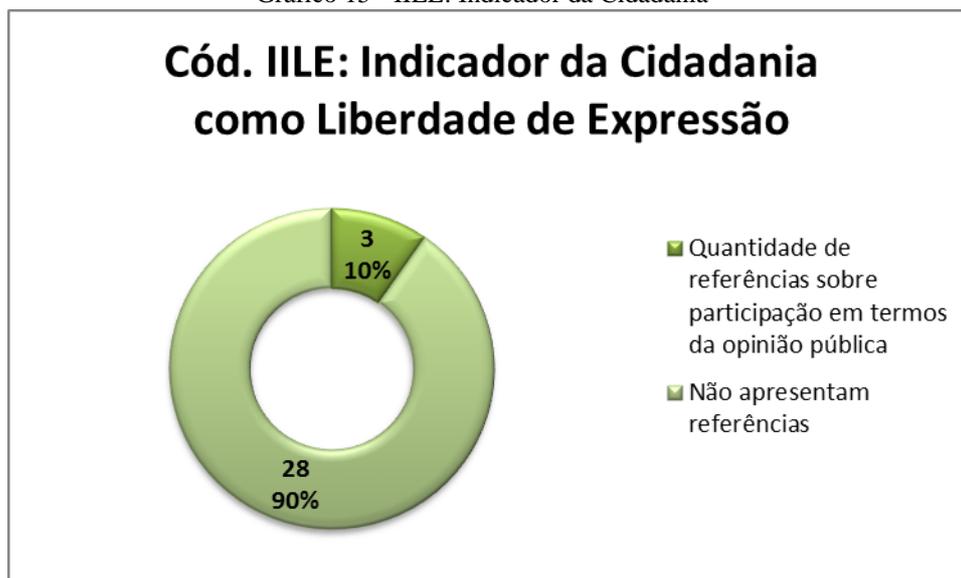
**Fonte: Documento Nº 5:** Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal. 2013

“Hoje posso olhar para minha casa e dizer: agora você é minha!” Maria Lúcia de Souza Kaowal, moradora da Vila Mutirão, bairro vizinho ao Jardim Curitiba.

**Fonte: Documento Nº 8:** Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista. 2013

### Análise de conteúdo aplicada às notícias publicadas pela imprensa.

Gráfico 15 - IILE: Indicador da Cidadania



Fonte: elaborado pelo autor.

Esse item foi a terceira menor frequência de indicadores das subcategorias avaliadas na pesquisa, 3% porém, a que trouxe maior preocupação, por se tratar de um tipo de cidadania estruturada no artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, que determina que “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza...”. É um direito à condição de cidadania, como nos lembra Cortina (2005). 90% das matérias publicadas não asseguraram a manifestação das pessoas da própria comunidade a respeito das suas próprias realidades sociais.

Essa análise demonstra como o desenvolvimento de outros modos de comunicação, como a comunicação comunitária revela-se mais eficaz para se alcançar este tipo de cidadania comunicacional. “As matérias vinculadas pelas mídias tradicionais, muitas vezes, são meras ‘reformulações’ de *releases* e sugestões de pautas enviadas pelas assessorias de comunicação governamentais. Isso em parte, pode ser explicado pela carência de recursos financeiros e humanos nas redações. As matérias publicadas nos sites das instituições do governo, como o Goiás Agora ([www.goiasagora.go.gov.br](http://www.goiasagora.go.gov.br), atualmente <http://www.goias.gov.br>), as notícias apenas repetem o material recebido. Se observarmos que 75% das matérias produzidas para o próprio programa de regularização atenderam a esse quesito, fica mais evidente que a utilização de meios de comunicação populares apresentam-se como alternativas eficazes

e viáveis ante as condições restritivas à liberdade de expressão pelos meios de comunicação de massa.

As entrevistas publicadas no Jornal O Popular de 03 de abril de 2013 foram as que apresentaram entrevistas com moradores do bairro Jardim Curitiba, como se evidencia a seguir:

#### **Começa processo para escritura**

José Sérvulo de Carvalho diz que já está com toda a documentação “no jeito”. Casado e pai de três filhos - a mais velha, de 30 anos -, ele lembra quando chegou ao Jardim Curitiba, em 1987. “Naquela época, estavam assentando as primeiras famílias e eu fui destacado para ir para lá, trabalhar. Morava no Setor Finsocial, de aluguel. Com a convivência, o pessoal que se estabelecia no Curitiba me convenceu a ser vizinho e eu consegui um lote”, recorda. Foram três anos no comando do destacamento policial do bairro. O aposentado conta que, naquele período, chegou a transportar “muitas parturientes” do Jardim Curitiba até o centro da cidade, para Hospital Geral de Goiânia (HGG), porque não havia nenhuma unidade de saúde nas proximidades. “Não tinha asfalto, não tinha iluminação, não tinha água, e a gente foi construindo a nossa vidinha.”

**Jornal O Popular (03/04/2013)**

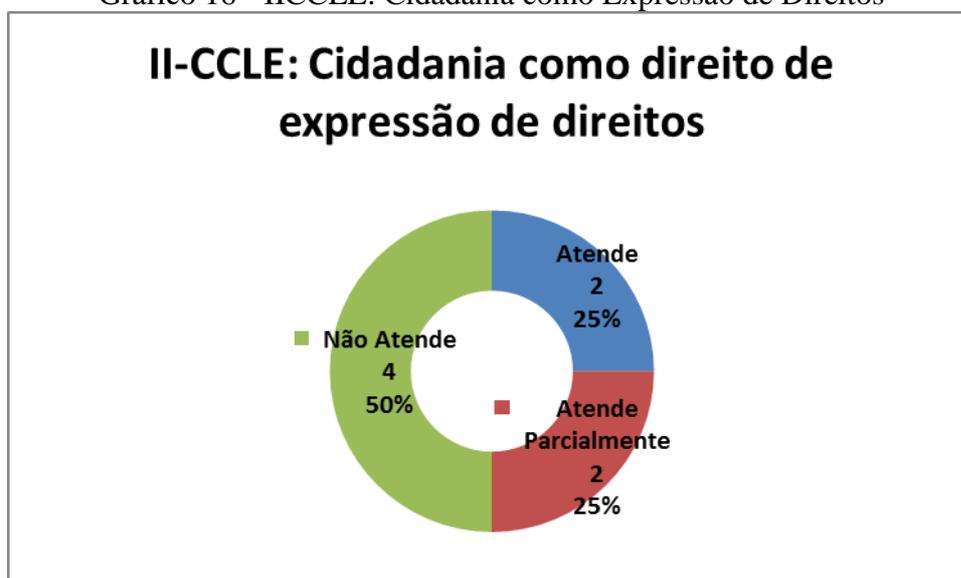
#### **AGEHAB reclama de demora em escritura**

“...Se não temos a documentação, não tem como valorizar o imóvel. Qualquer coisa que construímos não tem valor nenhum, acaba nos prejudicando porque não há garantia”, comerciante Carlos Ferreira de Souza.

**Jornal O Popular (03/04/2013)**

#### **d) Cidadania como direito de expressão de direitos**

Gráfico 16 - IICCLE: Cidadania como Expressão de Direitos



Fonte: elaborado pelo autor.

Dentre todos os indicadores avaliados, a cidadania como direito de expressão de direitos foi a que teve a menor referência. Apenas as duas edições do Jornal Comunitário Casa Legal atenderam ao quesito e outros dois atenderam parcialmente: o Plano de Comunicação Social (Documento 10. Plano de Comunicação Social. Regularização Fundiária PAC 2 – JD. Curitiba. 2013) desenvolvido para o programa de regularização e Relatório Final (Documento 17. Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II, regularização Fundiária. 2013).

i. Execução de ações lúdicas na feira livre com o projeto “Toda quinta tem casa legal na feira”. Um trabalho sociocultural idealizado e executado pela comunidade, com o apoio da equipe de comunicação da AGEHAB, e com a supervisão e organização do líder comunitário do Jardim Curitiba II, identificado como professor Alonso, docente da rede estadual de Ensino. As ações iniciaram em julho e se estenderam até agosto de 2013, totalizando sete apresentações de música, dança, teatro e Capoeira nos dias 4, 11, 16, 18 e 25 de julho e 1 e 22 de agosto de 2013.

**Fonte: Documento Nº 17:** Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. 2013.

Apesar de buscar o envolvimento, diálogo e participação com a comunidade, o governo por meio da AGEHAB, não conseguiu de forma ampla, dar as pessoas uma relação de protagonismo na gestão dos meios de comunicação e de seus conteúdos de forma a terem autonomia na discussão, aprovação e apontamento quanto às políticas públicas empregadas na comunidade, como a aprovação da aplicação de recursos para a construção dos equipamentos sociais que faziam parte do recurso público voltado para a regularização fundiária do bairro, ou seja, além de contribuir com a elaboração de conteúdos, teria o “poder de atuar no processo de decisões relativas à gestão dos meios” (PERUZZO, 2007, p. 139), o que assentiria a elaboração pela própria comunidade dos termos de sua justiça. Nos trechos das entrevistas abaixo, percebemos exemplos de referências da consciência e compreensão de moradores do bairro quando aos seus direitos sobre a regularização fundiária e as possibilidades geradas por esses direitos, como a possibilidade de obtenção de empréstimo bancário para reforma do imóvel.

*Escritura é como quando você vai comprar uma coisa. Não precisa ter uma nota fiscal? É igual com a casa da gente. É a nota fiscal que comprova que eu comprei e sou dona. Sem escritura, que prova que a gente tem?”* **Maria Luiza da Silva**, 56 anos, dona de casa.

**Fonte: Documento Nº 4:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 02. 2013.

*Com a escritura em mãos, pretendo obter empréstimo bancário para reformar minha casa. Quero construir um cômodo para fazer costuras. Sem*

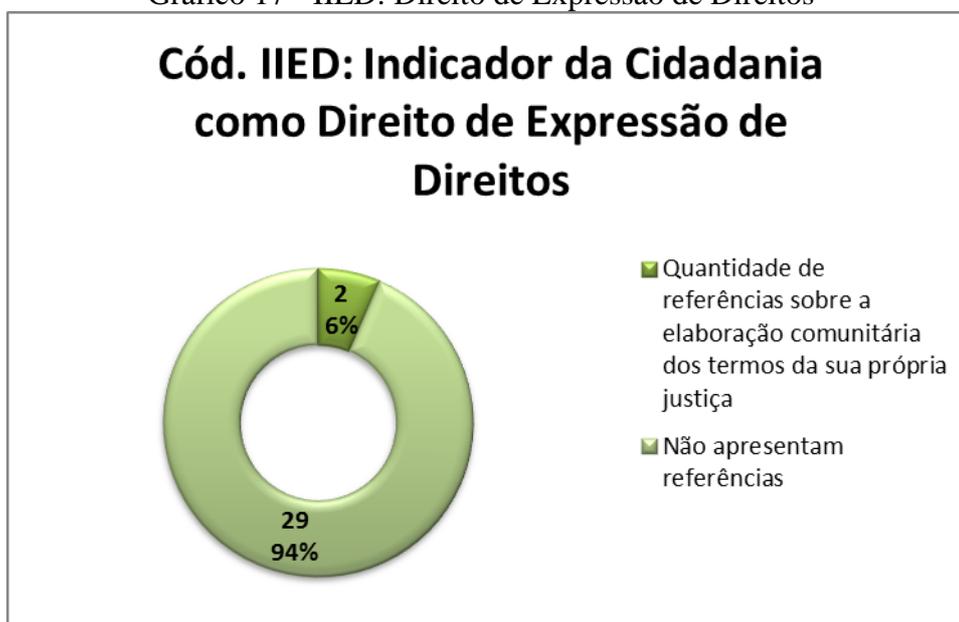
*escritura, não é possível conseguir empréstimo. Estou realizada com a chegada do benefício".* **Laurentina Idalina de Castro**, 54 anos, costureira.

*A gente precisa de um empenho tanto do poder público como do envolvimento da comunidade para que a regularização ande de todas as formas.* (Trecho da entrevista com **Ana Paula Bruno**, gerente nacional de Regularização Fundiária Urbana do Ministério das Cidades, em 2013)

**Fonte: Documento Nº 5:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02. Edição 03. 2013.

### **Análise de conteúdo aplicada às notícias publicadas pela imprensa.**

Gráfico 17 - IIED: Direito de Expressão de Direitos



Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio deste indicador nota-se que assim como na análise dos materiais produzidos pela própria gerência de comunicação da AGEHAB ou sua terceirizada, dentre todos os indicadores avaliados, a cidadania como direito de expressão de direitos foi a que teve o menor número de ocorrências, apenas duas, o que representa 6% do todas de matérias. Isso colabora para que, as pessoas da comunidade ainda se posicionem, em sua maioria, como sujeitos passivos, ainda sem condições de assumirem um protagonismo na gestão e nos conteúdos dos meios de comunicação. Segue alguns exemplos dos indicadores encontrados no conteúdo das notícias:

#### **AGEHAB divulga benefícios do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão**

...a AGEHAB, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), está patrocinando atividades artísticas como teatro lúdico e circense nas principais ruas, escolas e feiras dos bairros beneficiados. O objetivo é envolver o

público infanto-juvenil nas atividades do programa de regularização fundiária. A primeira ação teve início esta tarde a partir das 16 horas, no Colégio Militar Ayrton Senna, (Rua JC 10, Jardim Curitiba I). A peça teatral tem como objetivo explicar aos alunos, de forma criativa, como funciona o processo de regularização fundiária.

**Fonte:** Site Notícias de Goiás. 21/03/2013.

#### **Moradores do Curitiba começam a regularizar imóveis**

“Depois de tanto tempo, o que é considerado uma posse, vai ser meu de verdade. Com a escritura na mão, vou poder, agora, fazer muita coisa por aqui,” José Sérvulo de Carvalho, de 66 anos.

**Fonte:** Jornal Daqui. 03/04/2103

#### **Começa processo para escritura**

Mudar de endereço? “Não, nunca pensei nisso”, afirma o policial militar aposentado. “Agora, com escritura, é outra coisa! Pretendo é fazer um financiamento e reformar a casa, ampliar um pouquinho. Para tudo ficar melhor ainda, só faltam uma casa lotérica, uma agência dos Correios e umas agências bancárias”, completa.

**Fonte:** Jornal O Popular. 03/04/2013

#### **Jardim Curitiba recebe Toda Quinta tem Casa Legal na Feira**

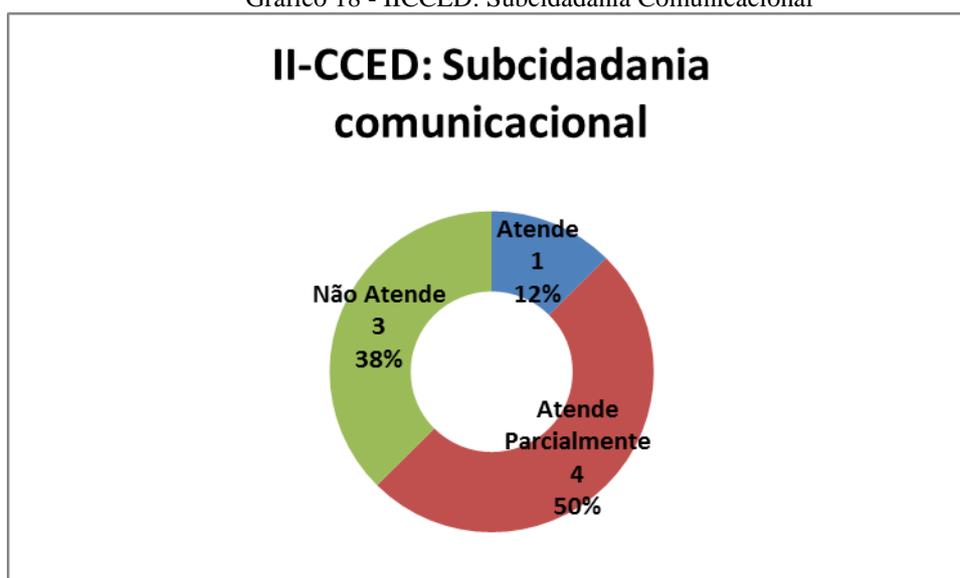
A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) dá início nesta quinta-feira, dia 11, ao projeto social Toda Quinta tem Casa Legal na Feira. (...) O objetivo é conscientizar os moradores sobre os benefícios que o Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão, que faz a regularização fundiária plena (processo de emissão de escrituras e melhorias urbanas), vai trazer ao bairro. O Toda Quinta tem Casa Legal na Feira é um projeto comunitário da AGEHAB desenvolvido em parceria com o Governo Federal, por meio da Caixa Econômica e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2). (...)

Mais informações: (62) 3096-5015

**Fonte:** <http://www.goiasagora.go.gov.br/>. 11/07/2013.

### e) Subcidadania Comunicacional

Gráfico 18 - IICCED: Subcidadania Comunicacional



Fonte: elaborado pelo autor.

Do conteúdo apenas um dos documentos analisados apresentou somente referências a esse tipo de subcidadania, que aqui reconhecemos como sendo a percepção por parte do morador do bairro Jardim Curitiba que o processo de regularização fundiária implantado foi uma espécie de favor feito pelo governo à comunidade, não como o cumprimento de um direito, ou neste caso como propaganda do governo, quando ele se apresenta como um fator messiânico no processo, como se não fosse apenas o cumprimento do seu dever e função.

O panfleto informativo (Documento 9. Panfleto Informativo. 2013.) foi uma ação propagandística do governo de Goiás. Os dois jornais Casa Legal (documentos 4 e 5. 2013), o plano e o relatório do Plano de Comunicação aplica no Programa de Regularização Fundiária (documentos 10 e 17. 2013), apresentaram em falas de alguns moradores e em entrevista com a procuradora do Estado, Fábria de Barros Amorim, indicadores desse tipo de cidadania, porém mesmo com tais referências, não podemos considerar que todo o documento apresentou esse perfil, somente algumas pessoas que se manifestaram no mesmo. Um discurso que reproduz, em certa medida, o processo de inadaptação de amplos setores das classes populares aos padrões jurídicos, políticos e culturais usados pelo Estado. Sem a comunicação não há cidadania, a comunidade deixa de formar grupos de debate público, não se movimenta social e politicamente, despolitizando os diálogos e abandonando a possibilidade de consenso, fomentando assim, a efetivação da subcidadania comunicacional.

**São dez passos desde a  
intenção do Estado de  
regularizar um bairro até a  
entrega das escrituras. E isso  
às vezes demora e muita gente  
quer saber por quê. A senhora  
poderia explicar por que é  
preciso percorrer todos esses  
passos?**

É porque o Estado está  
oferecendo o patrimônio dele para  
a população. Então, é muito  
importante a gente saber a forma  
que está sendo feito isso.

(Fábria de Barros Amorim, procuradora do Estado de Goiás)  
**Fonte: Documento Nº 4:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição.  
2013.

É essa realidade que o Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), está mudando para 15 mil famílias em 13 bairros da região Noroeste, com o *Casa Legal – Sua Escritura na Mão*. (Trecho do Editorial, p. 2)

“Fui uma das primeiras moradoras do Curitiba. No começo tive de morar debaixo de lona. Agora, 30 anos depois, tenho a certeza de que tudo o que passei até hoje valeu a pena, *graças à AGEHAB*”, Lázara Maria, de 65 anos Jardim Curitiba III.

“Foi uma grande surpresa. Agradecemos todos os dias o trabalho feito pelo Governo de Goiás e AGEHAB”. Eliana Nascimento dos Santos, moradora. Estamos confiantes porque agora temos um lugar definitivo para morar. Agradecemos a Deus e ao Governo de Goiás pela concessão do benefício. Esperamos que outras pessoas possam também passar pela mesma alegria que estamos vivendo”. Maria de Lourdes Moura Santos, 56 anos, dona de casa.

**Fonte: Documento N° 5:** Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 03. 2013.

Figura 17 –Panfleto

**O Governo de Goiás transforma a história de mais 18,5 mil famílias com o Programa Casa Legal.**

Além da regularização de 18,5 mil moradias, o Governo de Goiás, por meio da Agehab, vai levar mais benefícios e melhorias para todos os moradores da Região Noroeste. E também serão investidos 34 milhões de reais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - 2) no Jardim Curitiba (1, 2, 3 e 4) na construção de:

- 2 praças
- Centro Comunitário
- Centro de Educação Infantil
- Centro Integrado de Cidadania
- 315 unidades habitacionais para famílias de áreas de risco

GOVERNO JUNTO DE VOCÊ  
GOVERNO ITINERANTE  
Sua Casa é o seu lugar

CASA LEGAL  
Sua escritura na mão

AGEHAB  
Agência Goiana de Habitação

CAIXA

GOVERNO DE GOIÁS  
NOSSO ESTRADO CRESCE, VOCE CRESCE JUNTO

**Fonte: Documento N°9:** Panfleto informativo. 2013.

## Análise de conteúdo aplicada às notícias publicadas pela imprensa.

Gráfico 19 - IISC: Indicador da Subcidadania Comunicacional



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim como nos materiais próprios do Programa de Regularização Fundiária executado, ficou evidente a presença de indicadores da cidadania comunicacional, apesar de apresentar uma frequência menor, 13%. A presença deste tipo de cidadania demonstra como no Brasil, ainda a execução eficaz de uma política pública baseada em direitos do indivíduo, é apresentada ou vista como favor feito pelos agentes públicos, que de fato, somente executam suas obrigações constitucionais. Porém, em 38% do material produzido internamente pela AGEHAB e 87% das notícias publicadas pela imprensa, esse tipo de cidadania não foi manifesto. O que pode significar uma visão mais otimista, em termos da não utilização dos meios de comunicação para servir a interesses políticos, eleitorais, financeiros ou personalísticos. Mas isso não quer dizer, necessariamente, que um número considerável dos moradores do Jardim Curitiba era ou foram conscientizados de seus direitos e do papel do governo. Nossa avaliação não permite este tipo de entendimento.

### **Construção de moradias e entrega de escrituras marcam trabalho do Governo de Goiás na região metropolitana até 2014**

O trabalho enquadra-se no Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão, criado em 2011 para ser o **maior programa de regularização fundiária já executado na história de Goiás**. A frente de regularização fundiária também resgata um dos compromissos de campanha do governador. Esta é a primeira vez que o poder público em Goiás encara o problema de frente, já que há casos de famílias que esperam pela escritura de seu imóvel há mais de 30 anos.

**Fonte:** Jornal O Repórter. 23/02/2013.

### **AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba**

A regularização fundiária do Jardim Curitiba faz parte das ações do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão, que demonstra a sensibilidade e ousadia do Governo de Goiás ao buscar solução para uma situação que se arrasta há décadas.

**Fonte:** Site Notícias de Goiás. 01/04/2013.

## **7 – A CIDADANIA COMO COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: NOVAS POSSIBILIDADES, VELHOS DESAFIOS.**

O caminho percorrido buscou desentranhar o comunicacional na interação da Comunicação Comunitária – (CC) no âmbito da comunicação governamental como campo para a compreensão de um modo de cidadania, e também como alternativa viável para um modelo de comunicação pública. A comunicação comunitária, pode até apresentar-se como uma possibilidade relativamente nova de comunicação de governo e/ou estado com seus cidadãos, mas visa colaborar como alternativa para resolver velhos desafios, como o de garantir o direito as liberdades do cidadão e apresentar-se componente político participativo.

Trata-se de um modelo de cidadania visto pelo ângulo da comunicação pública, por isso estabelecemos como objetivo central analisar a abordagem dada à comunicação comunitária durante o desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária do Jardim Curitiba, em Goiânia, Goiás, realizado no ano de 2013, e como essa experiência contribuiu para a realização de uma cidadania comunicacional, que se caracteriza como um direito de expressão e participação nos processos de interesse público. Como já foi dito, os suportes teóricos dos campos das ciências sociais e da comunicação foram necessários na análise dos resultados, que contribuiu para verificar as hipóteses levantadas.

Alinhado a discussão teórica, pode ser verificado que durante a análise do Programa de Regularização Fundiária desenvolvido no bairro Jardim Curitiba, indicadores que respondem a primeira hipótese levantada que: **(hipótese 1) a comunicação desenvolvida e técnicas midiáticas caracterizam-se como formas de comunicação comunitária, das quais o cidadão, dentro dos critérios apresentados, pode utilizar para se fazer ouvir, como exercício de participação democrática e forma de participação das políticas de governo, características próprias de uma cidadania comunicacional.**

No que se refere ao relatório das atividades de execução do planejamento de comunicação comunitária realizadas no Trabalho Técnico Social do Programa de Regularização Fundiária, no período de 21 de janeiro de 2013 a 21 de novembro de 2013, foram analisados um conjunto de seis documentos de prestação de contas à Caixa Econômica Federal, conforme apresentado no capítulo 6. Além desses, os documentos descritos na tabela 4: (2): Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das

Cidades; (3): LEI Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012; (4): Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 02; (5): Jornal Comunitário Casa Legal. Ano 02, Edição 03; (6): Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão; (7): Manual do morador e casa própria; (8): Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista; (9): Panfleto informativo; (10) Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba I, II, III e IV; (11): Quadro Executivo Financeiro de Desembolso – contidos na Tabela 4 e nos conteúdos das matérias produzidas e publicadas conforme descrito no Anexo A, durante todo o ano de 2013, pode-se afirmar que houve a presença de formas de participação comunitária no programa de regularização fundiária plena aplicada no Jardim Curitiba. No entanto, ao considerar as três modalidades de participação popular: a participação passiva, a participação controlada e a participação poder, observou-se que a participação predominante foi a controlada, por se apresentar nas formas de relacionamento popular entre a comunidade e a Agência Goiana de Habitação - AGEHAB (empresa representante do poder público estadual). A participação controlada foi utilizada para manter o grupo social passivo e criar a ideia de que a política aplicada foi amplamente discutida com a sociedade. Isso favoreceu o envolvimento popular somente até os pontos de interesse do grupo que estava no poder à época, neste caso a empresa responsável pela execução das políticas de habitação de Goiás, a AGEHAB. Todavia, alguns elementos examinados nos relatórios de atividades e nas notícias publicadas pela mídia goiana, trazem evidências do modelo de participação-poder, como o caso do projeto “Toda quinta tem casa legal na feira” que foi idealizado e executado pela comunidade, sob a supervisão e organização do morador do bairro, identificado apenas como professor Alonso, líder comunitário do Jardim Curitiba II, bairro localizado na região noroeste de Goiânia. Com o mesmo enfoque, foram realizadas as reuniões comunitárias utilizadas para definição das temáticas usadas nas palestras e nos cursos oferecidos pela Agência Goiana de Habitação. Esses processos de comunicação, estratégias e mídias utilizadas são capazes de dar estímulo e reforçar a participação democrática, ativa e autônoma e constitui-se em exercício de poder partilhado.

Assevera-se que a Comunicação Comunitária (CC) deve ir além do direito do cidadão à informação, como demonstrado nas diversas ações realizadas durante o programa de regularização fundiária do Jardim Curitiba, quando forem entregues aos seus moradores jornais, cartilhas, panfletos. O uso desse modo de comunicação deve ser capaz de garantir o direito das pessoas pertencentes a uma determinada comunidade o

acesso aos meios de comunicação na condição de emissores e difusores de conteúdos, não somente de receptores passivos, reconhecendo e assegurando as mesmas, a condição de protagonistas no processo de elaboração dos conteúdos e da própria gestão dos meios de comunicação utilizados.

Diante destas observações, algumas ações se aproximaram e ratificaram estas condições: as peças teatrais escritas e representadas pelo grupo artístico local, identificados como “Trupe Pés Nus”, conforme observado no documento Nº 17 (Relatório Final de Acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II); o projeto “Toda quinta tem casa legal na feira” idealizado e supervisionado pelo líder comunitário local, identificado como professor Alonso; e Copa Casa Legal de Futebol organizada pela Associação Comercial da Região Noroeste de Goiânia - ACINORG. Entretanto é preciso considerar que pode existir, mesmo em ações como as identificadas, em que membros da própria comunidade, assumem as ações de difusão de informações, de comunicação e geração de expressão de pensamentos e criação de condições ao debate sobre questões de interesses coletivos, pode haver o direcionamento e controle por parte das lideranças da própria comunidade e/ou de representantes governamentais na comunicação popular.

Os princípios que identificam o modo de comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos, apresentados e descritos no capítulo 5 (tabela 2) foram:

- Garantia da liberdade de expressão;
- Propiciação da participação ativa da população;
- Difusão de conteúdos com a finalidade de educação e cultura;
- Difusão de conteúdos com a finalidade de ampliação da cidadania;
- Garantia de transparência, por meio oferta de informações e prestação de contas;
- Acesso às informações de interesse público, disponibilizadas no espaço público;
- Garantia de Interação, por meio da criação de fluxos bilaterais ou multilaterais de diálogo equilibrado e simétrico.

Diante destes princípios fundamentados nos aportes teóricos pesquisados e a análise empírica pode-se verificar que a comunicação serviu para a compreensão do morador do bairro Jardim Curitiba II que ele têm direito de ter sua casa devidamente regularizada e que a obtenção de sua moradia se constitui em um poder legal e pode

administrá-la conforme sua própria conveniência e necessidade. O uso de ações de comunicação comunitária foi capaz, em certa medida, de proporcionar um espaço simbólico, no qual a comunidade e o governo foram capazes de construir compreensões recíprocas, realizando ações de comum acordo, conforme a situação expressa em que o momento requeria, possibilitando consensos pontuais e diminuição de ameaças de insucessos ou desavenças.

Ao verificar o planejamento das ações de comunicação comunitária apresentado no Documento Nº 10 (Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 – JD. Curitiba I, II, III e IV), Apêndice A, pode se identificar os formadores de opiniões locais e equipamentos sociais, como o Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS, escolas públicas, sedes de conselho tutelar, entre outros. Percebe-se que todas as ações analisadas são próprias da atividade das relações públicas, com objetivos sociais. Também se verificou o uso de agenda de encontros comunitários como o uso de carro de som para divulgação de informações, visitas domiciliares (comunicação face-a-face), apoio a festas populares. Estas ações e mídias utilizadas se mostraram eficazes e, de certa forma, confirmaram que a presença delas como características da comunicação comunitária que se mostraram eficazes.

No que se refere aos líderes de opinião observados, estes se confirmaram como reeditores sociais junto à própria comunidade e os equipamentos tornaram-se espaços públicos próprios para o debate, participação e construção de entendimentos.

Talvez seja possível dizer que a comunicação estabeleceu um valor central na constituição do espaço público, a participação do cidadão seguiu um fluxo vertical, entre ele e o governo, mas também horizontal, entre os indivíduos presentes na esfera pública. A criação de condições ao diálogo e interação direta entre o governo e a sociedade é fundamental para a consolidação de uma comunicação de interesse público. Isso permite às pessoas da comunidade o acesso à informação, a sua utilização, a ampliação do conhecimento e da capacidade decisória de movimentar-se em relação aos seus direitos. É um modo de cidadania que só pode constituir-se a partir do comunicacional. E cabe ao Estado e ao governo dar as garantias para que isso seja possível.

Para esclarecer o problema proposto neste trabalho, apresentamos como segunda hipótese: **(hipótese 2) As pessoas envolvidas no processo de regularização fundiária plena da região noroeste de Goiânia compreenderam as ações desenvolvidas no**

**projeto como um modo de comunicação inerente a própria condição de cidadania, constituindo um modelo de cidadania comunicacional e não um benefício (favor) dos governos executantes.**

Conforme alerta Peruzzo (2006,) a Comunicação Comunitária não deve se resumir ao direito do cidadão à informação, enquanto receptor, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e portador de conteúdos. Deve apresentar um cidadão ativo, protagonista do processo de gestão e emissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento do exercício da cidadania por meio do conhecimento, entendimento e expressão de seus direitos. Portanto, as pessoas deveriam compreender que as ações desenvolvidas nas políticas públicas de qualquer natureza são inerentes a sua própria condição de cidadão e não um favor prestado pelas pessoas que estão no poder. Assim o governo deve reconhecer os direitos civis das pessoas da comunidade em terem acesso às informações que permitem conhecer a instituição pública que tem por obrigação defender seus interesses, conforme lembra Maria Helena Weber (2011). É a partir das experiências comunicacionais que os indivíduos se associam, e passam a expor, numa esfera pública mais ampla, aquilo que classificam como termos de sua própria justiça. Isso colabora com o pensamento de Cortina (2005) que não é o governante que deve representar a aspiração do povo, mas este deve praticar sua autoridade comunicativamente, naquilo que é aceito por ele, o que leva o poder administrativo a se legitimar pela comunicação.

A pesquisa evidenciou indicadores de uma subcidadania comunicacional, por meio de falas não só de moradores do bairro Jardim Curitiba, como também de agentes públicos, em entrevistas publicadas nos materiais publicados pela própria Agehab, pela imprensa do governo de Goiás e privada. Esse é um indicador da excessiva valorização do poder executivo no Brasil, e de como o governo ou Estado ainda é visto, se apresenta ou é apresentado como elemento messiânico nas questões públicas, como se não fosse apenas o cumprimento do seu dever e função. Sem a comunicação não há cidadania. As pessoas deixam de formar grupos de debate público, não se movimentam política e nem socialmente, se manifestam como agentes passivos, despolitizando os diálogos e estimulando a forma de subcidadania comunicacional.

Como terceira e última hipótese, propomos que: **(hipótese 3) Os processos de comunicação comunitária desenvolvidos no âmbito de movimentos sociais e comunidades, de caráter educativo, cultural e de natureza mobilizatória revelam-se efetivos como mecanismo da comunicação do Estado ou Governo, com as**

**populações de baixa renda e como meio de garantir direitos em uma determinada comunidade.**

Habermas preceitua um modelo democrático extraordinariamente participativo, onde o envolvimento nas questões políticas gravita em torno da estabilidade e da boa gestão das questões públicas e a busca do consenso em prol da melhoria das condições de vida. Em nosso trabalho, essa melhoria significa a transferência definitiva do local de habitação do Estado para a família, possibilitando-a gozar de todos os direitos inerentes à condição de proprietário. E o mais importante o de estar regular do ponto de vista legal e não a margem da Lei. Neste sentido a conquista de novas esferas de participação e deliberação que contribuam concretamente na tradução das reivindicações e ambições da população se faz necessária.

A cidadania comunicacional proposta por Moraes e Signates (2016) deve estabelecer-se como um modelo de participação política dos cidadãos movimentando-se no sentido da promoção de uma comunidade desfavorecida de determinada ordenação social, visando a garantia de direitos, conforme compreende NOBRE (2016) e é corroborado por BRAGA (2011) ao perceber a comunicação como ação por meio da qual a sociedade irá desenvolver processos de interação próprios viabilizando assim, o exercício de articulação e promoção de espaços (parcialmente normatizados) onde os componentes sociais podem exercer suas estratégias.

A comunicação governamental deve ser fundamentada na condição que as informações significam a garantia dos direitos fundamentais das pessoas. O Estado, por meio das suas instituições deve se posicionar como sujeito ativo e capaz de contribuir para a mobilização autônoma dos cidadãos nas comunidades. Esse é um desafio constante dos profissionais de comunicação nas organizações públicas, como a que estudamos.

Conforme evidenciamos no item 6.2, (letra c) os documentos e conteúdos analisados apresentaram indicadores de difusão de educação e cultura. Isso indicou que a comunicação adotada incluiu a forma de cidadania cultural e educativa, que proporciona o acesso aos bens culturais e educativos, tradando-se da construção de processos simbólicos e de cunho prático, a partir das relações de trocas entre as pessoas.

É evidente que a cidadania como princípio comunicacional não ocorre facilmente de maneira espontânea pelos órgãos governamentais, por isso compreendemos que o uso de normativas, leis, e outros mecanismos que positivam o emprego desse tipo de cidadania, podem garantir não só sua aplicação como a utilização

dos recursos públicos para tal fim. Pode-se questionar se o emprego de elementos da comunicação comunitária, por assessores de comunicação lotados em órgãos públicos, não seria facilmente utilizado para interesses políticos ou eleitorais, por exemplo. Nosso entendimento é que sim, da mesma forma que outras políticas públicas, como a distribuição de bolsas, cotas, pavimentação urbana, etc. são igualmente utilizadas como práticas ilegítimas para atingir objetivos particulares, de manutenção de poder, eleitorais e não coletivos. Mas é preciso ponderar sobre as características emancipatórias da cidadania como comunicação. O sujeito investido da consciência e do entendimento não só dos seus direitos, mas das formas e maneiras comunicacionais de utilizá-los e/ou reivindicá-los pode se negar, a partir desta condição, de continuar a ser um mero sujeito passivo na sociedade, e fazer uso do seu empoderamento cívico/comunicacional para garantir individual e coletivamente a liberdade de expressão, de participação nas questões sobre as necessidades da própria comunidade, de construção de conteúdos não alienantes e autônomos em relação aos interesses de quem esteja no poder. Uma cidadania que só existe pela comunicação, uma vez compreendida, tem um poder libertador para o indivíduo, principalmente àqueles, que historicamente, são destituídos do poder financeiro e político.

## **POR UMA CIDADANIA ANCORADA PELA COMUNICAÇÃO**

Uma das principais características do processo comunicacional observado é a opção de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses sociais, sob a égide da transformação social e a garantia de direitos, possibilitando a participação da comunidade como protagonista do processo, isso inclui a própria estrutura física, financeira e de recursos humanos das assessorias de comunicação em órgãos públicos. Ainda em tempo, vale citar a assertiva de Cicilia Maria Krohling Peruzzo (2006, p.15), “os meios de comunicação são bens públicos, constituídos pelo conhecimento acumulado pela humanidade. Pertence à sociedade e a ela devem estar subordinados”.

Nas sociedades modernas, as atividades sociais e políticas devem contribuir para o desenvolvimento de uma cidadania que só é possível pela liberdade individual e coletiva percebida como comunicação que vá além da esfera do estado. Essa liberdade é percebida no modo de comunicação comunitária, que é capaz de garantir a expressão dos seus direitos, ao acesso as informações e serviços públicos e a mobilização entre seus membros de forma a participarem das decisões sobre os investimentos públicos na região onde vivem. E fazerem isso, por meio da liberdade de manifestação de opiniões, pensamentos em público, mesmo que seja desconfortável para as autoridades públicas estabelecidas, conforme nos lembra Thompson (2008), pois esse é um aspecto essencial na democracia moderna. Neste sentido, o estado e governo devem se apresentar como protetores e garantidores do espaço comunicacional. Apresentando uma das condições para o desenvolvimento da vida pública e das condições de comunicabilidade onde o direito do cidadão se dá. Governos que sejam capazes de disponibilizarem uma estrutura institucional que possa dar garantias à pluralidade de opiniões para as pessoas e criar condições possíveis para o avanço de diferentes e independentes estruturas de comunicação na sociedade, que sejam desagregados das práticas de poder do estado ou governo. Esta percepção de um estado como protetor da liberdade percebida como comunicação exige o desdobramento de um olhar teórico mais aprofundado do que esse trabalho foi capaz de trazer, por falta absoluta de tempo que um estudo como esse requer. Por isso emerge como temática para uma nova pesquisa.

A comunicação pública deve voltar-se, cada vez mais, para além dos meios de comunicação de massa. Deve utilizar modos de comunicação direta com o cidadão e com seus intermediários. As formas de comunicação comunitária representam um bom caminho. Os Relações Públicas, Jornalistas e Publicitários que são responsáveis pela

elaboração de modelos de políticas públicas de comunicação em seus órgãos, devem perceber que dessa comunicação comunitária aplicada no âmbito governamental representa uma área de interação orientada “para o amplo exercício da cidadania” conforme manifestado por Moraes e Signates (2016). E por tudo que desvendamos durante a pesquisa, esse modelo não se resume a um conceito acadêmico, mas uma prática existente de cidadania que só pode existir pelo comunicacional.

Além da compreensão dos tipos de cidadania comunicacional que foram desentranhados durante o estudo empírico deste trabalho e dos princípios que atestaram o uso da comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos, propomos que o uso da comunicação comunitária no âmbito da comunicação governamental possa também, sem nenhuma tentativa de esgotamento:

- dar garantias de espaços públicos compartilhados onde as pessoas de uma comunidade possam discutir e deliberar sobre temas de interesse coletivo;

- garantir um processo dialógico que possa viabilizar a formação de juízo forjado discursivamente e que represente o interesse da comunidade;

- garantir a compreensão da cidadania comunicacional por meio de processos de educação comunicativa, que contribua para a formação de indivíduos autônomos do ponto de vista comunicacional e instruídos para a composição de juízos considerados plausíveis, advindos da compreensão e aproveitamentos das informações recebidas e das expressões de opiniões diferentes sobre qualquer assunto debatido;

- legitimar o processo de deliberação sobre questões de interesse coletivo de uma determinada comunidade por meio do resultado de debates abertos em canais de relacionamento direto, participativo e plural entre o governo e a própria comunidade;

- assegurar a comunidade o direito de escolher os meios e formas de comunicação que compreendam como necessários como forma de expressão, de informação e como meio de participação nas definições das políticas públicas que reivindicam.

Desejamos que essa dissertação seja capaz de avultar o debate sobre a comunicação e a cidadania, e trazer contribuições pertinentes e duradouras sobre as práticas da comunicação pública e comunitária, sobretudo as formas de comunicação praticada em órgãos estatais. Temos, portanto, um campo da comunicação com muita propensão à investigação, com perspectivas vastas que devem ser levadas à exaustão por pesquisadores e profissionais da área.

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e Experiências de Regularização Fundiária nas Cidades**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação é aquilo que transforma linguagens**. Revista Alceu, 10(20): 41-54: 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Campo da Comunicação**. São Leopoldo: UNISINOS/Verso e Reverso, 2011.

BRAGA, Clara Soares. **SILVA**, Daniela Brandão do Couto e. & **MAFRA**, Rennan Lanna Martins. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. In: Márcio Simeone (org). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRANDÃO. Elizabeth P. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. In: DUARTE, Jorge (Org.). 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades**. Portal MPU, Governo Federal. Disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&c odArqCatalogado=10820894>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

BRASIL. **Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades**. Disponível em <[http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Legislacao\\_FAR.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Legislacao_FAR.pdf)>. Acesso em 08 de maio de 2017.

BRASIL, GOIÁS. **LEI Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**. Disponível em <[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/2012/lei\\_17545.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2012/lei_17545.htm)>. Acesso em 05 de setembro de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CURVELLO, João J. A. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. In: DUARTE, Jorge (Org.). 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 27-40, jan./jun. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HASWANI, Mariângela. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

\_\_\_\_\_. **Comunicação pública: bases e abrangências**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Introdução: acessos à problemática da racionalidade**. In: Teoria do agir comunicacional. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e mobilização social na prática de política comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

KUNSCH, Margarida; KUNSCH, Waldemar. **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo, SP: Summus, 2007.

KUNSCH, Margarida M. K. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

JENSEN, Karl. **Teses sobre os Movimentos Sociais**. Marcismo e Autogestão, Ano 01, Núm. 01, jan./jun. 2014.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zabar, 1967.

MARTELARD, Michèle e Armand. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MORAES; Ângela; SIGNATES, Luiz (org). **Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: FIC/UFG, 2016.

MOREIRA, Sonia Virginia. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. In: DUARTE, Jorge (Org.). 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling & OTRE, Maria Alice Campagnoli (org.). **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

PERUZZO, Cícilia M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In: Oliveira. Maria José da C. (Org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis, RJ: Vozes, 3ª edição, 2004.

\_\_\_\_\_. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, SETEMBRO DE 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Jessé. **A construção social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2003.

SIGNATES, Luiz. **A sombra e o avesso da luz: Habermas e a comunicação social.** Goiânia, GO: Editora Kelps, 2009.

TEMER, Ana Carolina R. P. & NERY, Vanda Cunha. **Para entender as Teorias da Comunicação.** Uberlândia: Aspecctus, 2004.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** 10ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUZZO, Simone Antoniaci. **Comunidade, Mídia e Cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje.** In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniaci (Org). **Rupturas metodológicas para uma Leitura Crítica da Mídia**” vol. 2. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

VIANA, Nildo (org). **Movimentos Sociais: questões teóricas e conceituais.** Goiânia: Edições Redelp, 2016.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais.** Curitiba: Editora Prismas, 2016.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Barcarena, Portugal: Editorial Presença, 2002.

ZÉMOR, Pierre. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** In: DUARTE, Jorge (Org.). 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Documentos analisados

<b>Documento Nº 1:</b> Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Portal MPU, Governo Federal.
<b>Documento Nº 2:</b> Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.
<b>Documento Nº 3:</b> LEI Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012.
<b>Documento Nº 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.
<b>Documento Nº 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.
<b>Documento Nº 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.
<b>Documento Nº 7:</b> Manual do morador e casa própria.
<b>Documento Nº 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.
<b>Documento Nº9:</b> Panfleto informativo.
<b>Documento Nº10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv
<b>Documento Nº 11:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso
<b>Documento Nº 12:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.
<b>Documento Nº 13:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.
<b>Documento Nº 14:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.
<b>Documento Nº 15:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.
<b>Documento Nº 16:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.
<b>Documento Nº 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.

Fonte: elaborado pela autor.

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Portal MPU, Governo Federal.	
<b>1</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
	O contexto	Divulgado pela Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, publicada no DOU nº 71, de 15 de abril de 2013.
	Autores	Ministério das Cidades. Governo Federal.
	A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento de ordem funcional e normativo de natureza da comunicação administrativa. Goza de fé pública por ser publicado no site oficial do governo federal.
	Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	O manual tem por objetivo orientar os Municípios, Estados e o Distrito Federal sobre o processo geral de aprovação e execução de projetos envolvendo recursos do Orçamento Geral da União, nos Programas e Ações que são da responsabilidade do Ministério das Cidades – MCIDADES que integram o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Análise	Por meio do documento, comprova-se a da elaboração de Proposta preliminar de Trabalho Social ou Projeto de Trabalho Social, conforme regulamentação específica do MCIDADES. Portanto o Programa de Trabalho Técnico Social Elaborado pelo Estado de Goiás por meio da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB caracterizou-se como atividade obrigatória prevista nas normativas do uso do recurso público federal aplicado a programas de regularização fundiária.
---------	--

Fonte: Elaboração própria a partir das referências de CELLARD (2012) e MOREIRA (2009).

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.	
<b>2</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Divulgado pelo Ministério das Cidades, em 22 de janeiro de 2014
Autores		Ministério das Cidades.
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional de caráter normativo e orientativo. Goza de fé pública por ser publicado no site oficial do governo federal
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		Por meio do documento, observa-se as normativas e orientações para elaboração do Trabalho Social nas intervenções de habitação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.
Análise		Apesar da Portaria ter sido emitida em 2014, ano subsequente ao escolhido para o período analisado do projeto de pesquisa, trata-se de uma informação importante para a análise, pois observa-se que conforme já descrito nesta dissertação, o uso de ações de comunicação comunitária dentro do Projeto de Trabalho Social foi uma ação passou a ser uma exigência posterior a experiência ocorrida no projeto executado no Jardim Curitiba em Goiânia.
<a href="http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Legislacao_FAR.pdf">http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Legislacao_FAR.pdf</a>		

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> LEI Nº 17.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2012.
<b>3</b>	

<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto	Dispõe sobre a regularização de ocupação de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás e dá outras providências.
Autores	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento de caráter legal, sancionado pelo governador Marconi Ferreira Perillo Júnior.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Lei que autoriza a regularização fundiária das ocupações de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
Análise	Chamada Lei de Regularização Fundiária que apresenta a autorização da regularização fundiária de interesse social, em que se enquadram as ocupações realizadas pela população de baixa renda. Esse Lei revogou a Ficam revogadas as Leis estaduais n <sup>o</sup> s 12.229, de 28 de dezembro de 1993, e 16.269, de 29 de maio de 2008. Apresenta alterações significativas, porém nenhuma que trata-se diretamente da divulgação de informações sobre os direitos das famílias assentadas em imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás.
<a href="http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2012/lei_17545.htm">http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2012/lei_17545.htm</a>	

<b>Documento</b> <b>N<sup>o</sup></b>	<b>DOCUMENTO:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal	
<b>4</b>		
<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	
O contexto	Informativo impresso da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Impresso em janeiro de 2013.	
Autores	Coordenação editorial: Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos e Assessoria de Imprensa da AGEHAB. Edição: Tacilda Aquino.	
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento informativo e institucional. Foi disponibilizada cópia impressa e digital pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.	
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Informativo do programa Casa Legal da AGEHAB. O jornal traz diversas matérias e entrevistas sobre o processo de regularização Fundiária na região e relatos	

	de moradores não apenas do bairro Jardim Curitiba, como dos bairros vizinhos que também foram contemplados pelo programa Casa Legal.
Análise	Segundo a Gerente de Comunicação Organizacional, Cibele Medina, o Informativo teve 20 mil cópias de tiragem e foi entregue no início dos trabalhos do Trabalho Técnico Social do Programa de Regularização Fundiária do Jardim Curitiba. Com matérias, entrevistas e relatos dos moradores do Jardim Curitiba, traz também entrevistas com representantes do Ministério Público Estadual – MPE, e Procuradoria Geral do Estado – PGE. Dentro desse contexto foi observada a fala dos moradores do bairro e a análise do conteúdo das informações contidas no jornal.
<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.
<b>5</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto	Informativo impresso da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Impresso em setembro de 2013.
Autores	Coordenação editorial: Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos e Assessoria de Imprensa da AGEHAB. Edição: Tacilda Aquino e Cida Almeida.
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento informativo e institucional. Foi disponibilizada cópia impressa e digital pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Terceira Edição do Informativo do Programa Casa Legal da AGEHAB. O jornal traz diversas matérias e entrevistas sobre o processo de regularização Fundiária na região e relatos de moradores não apenas do bairro Jardim Curitiba, como dos bairros vizinhos que também foram contemplados pelo programa Casa Legal. Relata
Análise	Segundo a Gerente de Comunicação Organizacional, Cibele Medina, o Informativo teve 40 mil cópias de tiragem e foram distribuídos nos bairros da região noroeste de Goiânia, principalmente no Bairro Jardim Curitiba. Traz informações relativas ao

	<p>processo de Regularização Fundiária que estava em andamento do Jardim Curitiba, como a realização de ações educativas e programação de cursos e palestras no bairro, além de informar sobre obras no local. Dentro desse contexto foi observada a fala dos moradores do bairro e a análise do conteúdo das informações contidas no jornal.</p>

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.	
<b>6</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
	O contexto	Cartilha impressa com animações distribuídas para a comunidade do Jardim Curitiba.
	Autores	Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB e Praxis Comunicação, empresa terceirizada.
	A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento informativo e institucional. Foi disponibilizada cópia impressa e digital pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
	Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Cartilha exibe uma história em animação para visa explicar o programa de regularização fundiária e a participação que os moradores locais.
	Análise	Cartilha em formato de história em quadrinhos cujo personagem principal é chamado de Larzinho que objetivou informar os moradores do bairro que será atendido pelo programa no sentido de esclarecer o processo de regularização fundiária, apresentar os documentos necessários para participar do programa e informar sobre investimento em obras na comunidade. Destaca também a divulgação do Disk Regularização. Dentro desse contexto foi feita a análise do conteúdo das informações contidas na cartilha.

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Manual do morador e casa própria.	
<b>7</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>

O contexto	Manual impresso destinado ao morador que receberá sua escritura.
Autores	Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento informativo, institucional e orientativo. Foi disponibilizada cópia impressa e digital pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Manual com informações gerais e de caráter técnico em relação as responsabilidades e direitos do morador em relação a sua casa.
Análise	Manual impresso que objetivou informar os moradores do bairro atendido pelo programa no sentido de esclarecer e informar sobre as responsabilidades e direitos de que tem um imóvel, apresentar orientações sobre manutenção, relação em comunidade, o próprio Projeto de Trabalho Técnico Social, cuidados com a saúde, prevenção de acidentes domésticos, economia, números de telefones públicos etc. Dentro desse contexto foi feita a análise do conteúdo das informações contidas no manual.

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	
<b>8</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Cartilha impressa, destinado ao morador que irá começar a participar do processo de regularização fundiária.
Autores		Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento informativo, institucional e orientativo. Foi disponibilizada cópia impressa e digital pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		Cartilha com informações gerais e simplificada sobre o início do processo de regularização fundiária no bairro em formato de perguntas e respostas.
Análise		Esse modelo de Cartilha é mais simplificado, entregue nos bairros no início do processo de regularização fundiária, de caráter

	<p>informativo, no formato de pergunta e resposta e com quadros que apresentam de forma resumida as etapas do processo de regularização e a documentação exigida para o ingresso do morador no programa. Além da divulgação do endereço, mídias sociais e telefone da AGEHAB.</p> <p>Dentro desse contexto foi feita a análise do conteúdo das informações.</p>

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO: Panfleto informativo.</b>	
<b>9</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
	O contexto	Folheto impresso de frente única utilizado em 2013 para informar sobre demais investimentos no Jardim Curitiba dentro do Plano de Regularização Fundiária Plena.
	Autores	Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
	A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.	Documento informativo e institucional. Foi disponibilizada cópia impressa e digital pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
	Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Folheto informativo do tipo material publicitário com a finalidade de apresentar investimentos do governo de Goiás, além da entrega de escrituras.
	Análise	Material publicitário que objetivou informar a comunidade do Jardim Curitiba sobre o montante de recursos que seriam investidos no bairro para construção de praças, centro comunitário, centro de educação infantil, centro de cidadania e unidades habitacionais.

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO: Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv</b>	
<b>10</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
	O contexto	Documento apresentado e aprovado pela CAIXA/Mcidades que originou o trabalho de comunicação no bairro Jardim Curitiba.
	Autores	Agência Goiana de Habitação - AGEHAB
	A natureza, autenticidade e a	Documento de ordem funcional e

confiabilidade do texto.	administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. <b>Ação/Modalidade:</b> Urbanização de Assentamentos precários. <b>Contrato nº:</b> 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Documento contendo o plano original de comunicação apresentado pela Agência Goiana de Habitação para a Caixa Econômica Federal.
Análise	Por meio da consulta foi possível verificar o que foi proposto como processo de intervenção social na área que compõe os bairros Jardim Curitiba I, II, III, e IV, para a realização de um trabalho efetivo de comunicação comunitária, que inclui ações de planejamento, execução de campanhas informativas, execução de eventos direcionados e divulgação de atividades sócio-educativas, reuniões, assembleias, palestras e seminários temáticos, oficinas e cursos direcionadas às lideranças e toda comunidade beneficiária do projeto. Que apresentou como objetivo coordenar as práticas participativas junto aos beneficiários da área de intervenção.

<b>Documento Nº</b> <b>11</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso	
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento apresentado que descreve o quadro de desembolso financeiro relativo aos custos do Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB).
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal.

	Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.	Documento contendo planilha de desembolso com as atividades de comunicação do Programa Técnico Social – PTS de Regularização Fundiária aplicado no bairro Jardim Curitiba.
Análise	Por meio da consulta tem-se os valores que foram provisionados para cada atividade de comunicação prevista no Programa Técnico Social – PTS de Regularização Fundiária aplicado no bairro Jardim Curitiba, no total de R\$ 244.361,60.

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.	
<b>12</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento que apresenta o Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II Contrato Nº: 0352733-93/2011. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB)
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		O documento apresenta a manifestação Técnica sobre as atividades de comunicação executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada), no período de 21/01/2013 a 21/02/2013.
Análise		Após a consulta ao documento foi possível observar o gasto de R\$ 20.449,17 no período. E foi relatado o processo de reconhecimento área e dos líderes de opinião

	locais, pelas atividades porta a porta através de visitas domiciliares que convidaram estes agentes para as reuniões de caráter informativo e participativo.

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.	
<b>13</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento que apresenta o Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II Contrato Nº: 0352733-93/2011. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB)
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		O documento apresenta a manifestação Técnica sobre as atividades de comunicação executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada), no período de 21/02/2013 a 21/03/2013.
Análise		Após a consulta ao documento foi possível observar o gasto de R\$ 35.180,80 no período. Foi relatado <i>como atividades a fixação de faixas com informações do projeto em pontos estratégicos dos bairros; fixação de cartazes em estabelecimentos comerciais e sociais; publicidade volante nos bairros com áudio informando o início das atividades e maiores detalhes quanto à presença das empresas nos setores; panfletagem dirigida porta a porta (visitas domiciliares) com flyer que contém a lista completa de documentos; ação lúdica teatral sobre a temática da regularização</i>

	<p><i>fundiária plena para o público infante-juvenil; ação lúdica de alto impacto na maior feira do bairro com atores visando interação com os público e confecção de um personagem (mascotinho Larzinho) para ilustrar e personificar a campanha.</i> Também dentro da proposta de lançamento e divulgação da campanha Casa Legal foram criadas e fixadas as fachadas de identificação no ponto de apoio, ainda provisório para a comunidade no Centro Integrado de Operações de Segurança-CIOPS. E nesta fase foi a criação textual e design da cartilha social.</p>
--	--

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.	
<b>14</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento que apresenta o Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II Contrato Nº: 0352733-93/2011. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB)
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		O documento apresenta a manifestação Técnica sobre as atividades de comunicação executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada), no período de 21/03/2013 a 21/04/2013.
Análise		Após a consulta ao documento foi possível observar o gasto de R\$ 30.946,27 no período. Foi relatado como atividades reuniões com líderes religiosos no CIOPS e na Igreja Assembleia de Deus Campo Madureira, no Jd. Curitiba I, e também com os moradores na

	Associação do bairro do Jd. Curitiba IV. Segundo o relato foram realizadas três novas apresentações do teatro pela Trupe Pés Nus (terceirizada pela AGEHAB) que buscou apresentar de forma artística o processo de regularização fundiária. Eventos que ocorreram na Escola Municipal Professor Paulo Freire (Jd. Curitiba IV), Escola Municipal Nossa Senhora da Terra (Jardim Curitiba III) e Colégio Estadual João Bênnio (Jardim Curitiba III).

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.	
<b>15</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento que apresenta o Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II Contrato Nº: 0352733-93/2011. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB)
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		O documento apresenta a manifestação Técnica sobre as atividades de comunicação executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada), no período de 22/04/2013 a 21/06/2013.
Análise		Após a consulta ao documento foi possível observar o gasto de R\$ 87.080,50 no período. Foi relatado a organização de encontros (eventos) que contaram com a presença de representantes da AGEHAB com a comunidade para dirimir dúvidas, esclarecer questões do projeto. As reuniões

	<p>aconteceram no Centro Comunitário do Curitiba III, no Centro de Referência de Assistência Social CRAS, na Comunidade Católica Nova Aliança e no Conselho de Segurança Pública. Relatou-se que foram mantidos o trabalho de visitas domiciliares e panfletagem do material publicitário da campanha Casa Legal que orienta os moradores e comerciantes sobre a documentação. A tática adotada foi abordar as quadras antes da entrada dos cadastradores para que ao chegarem a população já esteja com a documentação em mãos. Segundo o relato, foi revisto o planejamento para acrescentar uma atividade/tática de comunicação que foi a inauguração festiva do novo ponto de apoio que foi construído na área, a Casa Legal, ponto definitivo para as ações de regularização fundiária do bairro.</p>
--	--

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.	
<b>16</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento que apresenta o Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II Contrato Nº: 0352733-93/2011. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB)
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		O documento apresenta a manifestação Técnica sobre as atividades de comunicação executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada), no período de 22/06/2013 a 21/08/2013.

Análise	<p>Após a consulta ao documento foi possível observar o gasto de R\$ 67.142,19 no período. Foi relatado atividades de porta a porta para finalizar a informação sobre o cadastro social; fixação de cartazes nos estabelecimentos comerciais da região para reforçar a mensagem com a comunidade; entrega da cartilha social informativa de conscientização sobre a intervenção de regularização fundiária em todas as residências do Jardim Curitiba. Foram criados materiais publicitários para lançamento da Casa Legal, ponto de apoio social do projeto, que também teve a organização do evento de entrega toda feita pela terceirizada Práxis Comunicação. O atendimento social passou a ser feito agora na Casa Legal, ponto de apoio definitivo, onde a equipe de funcionário da AGEHAB passou a atender diretamente as pessoas da comunidade. Foram realizadas sete ações culturais com a comunidade denominada de Toda Quinta tem Casa Legal na Feira com grupos artísticos da própria região. Segundo o relatório foram realizados os cursos de capacitação Telemarketing, Atendimento e Vendas, Grafite, Formação de DJ, Decoração de Balões, Informática. Porém o relatório não descreve as datas específicas que ocorreram e diz apenas que 360 pessoas participaram dos cursos. Também foi registrado a realização do Campeonato de Futebol denominado Copa Casa Legal do Jardim Curitiba, com 8 equipes durante três finais de semana, com a contratação de Trio Elétrico nos dias 19 de outubro e 02 de novembro de 2013. Também foram relatadas reuniões estratégicas com segmentos importantes da comunidade sem a descrição do público alcançado, locais e datas dos encontros. Foram dos DVDs do Larzinho (informativo e de conscientização) junto com a cartilha nas escolas para os alunos de até 10 anos. Porém, sem relato do quantitativo de material entregue, ou locais específicos da entrega.</p>
---------	--

<b>Documento Nº</b>	<b>DOCUMENTO:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	
<b>17</b>		
	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
O contexto		Documento que apresenta o Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II Contrato Nº: 0352733-93/2011. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.
Autores		Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Práxis Comunicação (terceirizada AGEHAB)
A natureza, autenticidade e a confiabilidade do texto.		Documento de ordem funcional e administrativa. Documento apresentado e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Ação/Modalidade: Urbanização de Assentamentos precários. Contrato nº: 0352733-93/2011. Foi disponibilizado pela Gerência de Comunicação Organizacional e Eventos da AGEHAB.
Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.		O documento apresenta a manifestação Técnica sobre as atividades de comunicação executadas pelos colaboradores de AGEHAB e da Práxis Comunicação (empresa terceirizada), no período de 21/02/2013 a 21/11/2013.
Análise		Após a consulta ao documento foi possível observar que gasto total do projeto de comunicação comunitária em 2013 foi de R\$ <b>244.361,60</b> . Foi um relatório resumido de todas as atividades realizadas e apresentado no item <b>6.2 O Projeto de Comunicação em Números</b> , que contém um quadro descritivo com a relação de todas as ações realizadas, relacionando-as com as datas, locais de realização e números de pessoas da comunidade que participaram.

**APÊNDICE B – Análise de conteúdo das peças de comunicação produzidas pela gerência de comunicação da AGEHAB.**

**Ferramenta para análise da presença de indicadores de referências da Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos**

<b>Categoria I: Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos</b>				
<b>Subcategoria: Comunicação Comunitária</b>				
<b>Documento</b>	<b>Referências à garantia da Liberdade de Expressão.  COD.: I-CCLE</b>	<b>Referências à Participação Ativa da população.  COD. I-CCPA</b>	<b>Referências à difusão de conteúdos com a finalidade de Educação e Cultura.  COD. I-CCEC</b>	<b>Referências à difusão de conteúdos com a finalidade de Ampliação da Cidadania.  COD. I-CCAC</b>
<b>Documento Nº 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende parcialmente	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende parcialmente	atende	atende
<b>Documento Nº 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.	não atende	não atende	atende	atende
<b>Documento Nº 7:</b> Manual do morador e casa própria.	não atende	não atende	atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	não atende	atende	não atende	atende
<b>Documento Nº9:</b> Panfleto informativo.	não atende	atende	não atende	não atende
<b>Documento Nº10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 11:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 12:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 13:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 14:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 15:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização	atende	atende	atende	atende

fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.				
<b>Documento Nº 16:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	atende	atende	atende	atende

**Ferramenta para análise da presença de indicadores de referências da Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos**

<b>Categoria I: Comunicação comunitária como processo de comunicação baseados em princípios públicos</b>			
<b>Subcategoria: Comunicação Pública</b>			
<b>Documento</b>	<b>Referências à garantia da Transparência: oferta de informações e prestação de contas.  COD.: I-CPT</b>	<b>Referências do acesso às informações de interesse público, disponibilizadas no espaço público.  COD.: I-CPA</b>	<b>Referências à Interação: criação de fluxos bilaterais ou multilaterais de diálogo equilibrado e simétrico.  COD.: I-CPI</b>
<b>Documento Nº 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.	atende parcialmente	atende	atende
<b>Documento Nº 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura na Mão, você mais cidadão.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº 7:</b> Manual do morador e casa própria.	atende parcialmente	atende parcialmente	não atende
<b>Documento Nº 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº9:</b> Panfleto informativo.	atende parcialmente	atende	não atende
<b>Documento Nº10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv	não atende	atende	atende
<b>Documento Nº 11:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 12:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 13:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a	não atende	não atende	atende parcialmente

21/03/2013.			
<b>Documento Nº 14:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 15:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 16:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente
<b>Documento Nº 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	não atende	não atende	atende parcialmente

<b>Categoria II: Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)</b>					
<b>Subcategoria:</b>	<i>Cidadania como meio</i>	<i>Cidadania do direito à informação</i>	<i>Cidadania como liberdade de expressão</i>	<i>Cidadania como direito de expressão de direitos</i>	<i>Subcidadania comunicacional</i>
<i>Documento</i>	<i>Referências sobre como o processo foi visto como argumento ou instrumento da comunicação a fim de obter direitos.</i>  <b>COD.: II-CCCM</b>	<i>Referências sobre como o direito ao acesso às informações foi garantido por meio de jornais, internet e meios comunitários sobre a proposição civil, política e social.</i>  <b>COD.: II-CCDI</b>	<i>Referências sobre a participação em termos da opinião pública, ainda que instrumentalmente.</i>  <b>COD.: II-CCLE</b>	<i>Referências sobre a permissão sobre o direito básico que permite a elaboração comunitária dos termos de sua própria justiça.</i>  <b>COD.: II-CCED</b>	<i>Referências sobre se o processo de regularização fundiária implantada foi vista como favor do governo.</i>  <b>COD.: II-CCSC</b>
<b>Documento Nº 4:</b> Ano 02, Edição 02 - Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 5:</b> Ano 02, Edição 03, Jornal Comunitário Casa Legal.	atende	atende	atende	atende	atende
<b>Documento Nº 6:</b> Cartilha: Casa Legal. Escritura	atende	atende	não atende	não atende	não atende

na Mão, você mais cidadão.					
<b>Documento Nº 7:</b> Manual do morador e casa própria.	atende	atende	atende	não atende	não atende
<b>Documento Nº 8:</b> Cartilha: É nosso papel ajudar nessa conquista.	atende	atende	atende	não atende	não atende
<b>Documento Nº9:</b> Panfleto informativo.	não atende	atende	não atende	não atende	atende
<b>Documento Nº10:</b> Plano de Comunicação Social: Regularização Fundiária PAC 2 - JD. Curitiba i, ii, iii e iv	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
<b>Documento Nº 11:</b> Quadro Executivo Financeiro de Desembolso	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
<b>Documento Nº 12:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 1. Período: 21/01/2013 a 21/02/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
<b>Documento Nº 13:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 2. Período: 21/02/2013 a 21/03/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
<b>Documento Nº 14:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 3. Período: 21/03/2013 a 21/04/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente

<b>Documento Nº 15:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 4 e 5. Período: 22/04/2013 a 21/06/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
<b>Documento Nº 16:</b> Relatório de supervisão do trabalho de comunicação comunitária PAC II regularização fundiária. Mês 6 e 7. Período: 22/06/2013 a 21/08/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente
<b>Documento Nº 17:</b> Relatório Final de acompanhamento do Trabalho de Comunicação Comunitária PAC II regularização fundiária. Período: 21/02/2013 a 21/11/2013.	atende	atende	atende	atende parcialmente	atende parcialmente

**APÊNDICE C – Análise de conteúdo das notícias produzidas pela imprensa**

<p><b>ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS PRODUZIDAS PELA IMPRENSA</b></p>			<p><b>Categoria II: Cidadania a partir do sentido da comunicação (Cidadania Comunicacional)</b></p>					
			<p><b>Subcategorias:</b></p>					
			<p><i>Cidadania como meio</i></p>	<p><i>Cidadania do direito à informaçã o</i></p>	<p><i>Cidadania como liberdade de expressão</i></p>	<p><i>Cidadania como direito de expressão de direitos</i></p>	<p><i>Subcidadania comunicacional</i></p>	
			<p><b>Indicadores</b></p>					
<p><b>Título da matéria</b></p>	<p><b>Mídia</b></p>	<p><b>Data</b></p>	<p><i>Referências sobre como o processo foi visto como argumento ou instrumento da comunicação a fim de obter direitos.</i></p> <p><b>Cód. IICM</b></p>	<p><i>Referências sobre como o direito ao acesso às informaçõe s foi garantido por meio de jornais, internet e meios comunitário s sobre a proposição civil, política e social.</i></p> <p><b>Cód. IIDJ</b></p>	<p><i>Referências sobre a participaçã o em termos da opinião pública, ainda que instrumenta lmente.</i></p> <p><b>Cód. IILE</b></p>	<p><i>Referências sobre a permissão sobre o direito básico que permite a elaboração comunitária dos termos de sua própria justiça.</i></p> <p><b>Cód. IIED</b></p>	<p><i>Referências sobre se o processo de regularizaçã o fundiária implantada foi vista como favor do governo.</i></p> <p><b>Cód. IISC</b></p>	
<p><b>AGEHAB faz reuniões no Jardim Curitiba e Madre Germana</b></p>	<p>SITE NOTÍCI AS DE GOIÁS</p>	<p><b>06/02/ 2013</b></p>	<p>1</p>	<p>1</p>				
<p><b>AGEHAB apresenta projeto de regularizaçã o fundiária</b></p>	<p>SITE NOTÍCI AS DE GOIÁS</p>	<p><b>07/02/ 2013</b></p>		<p>1</p>				
<p><b>Construção de moradias e entrega de escrituras marcam trabalho do Governo de Goiás na região metropolita na até 2014</b></p>	<p>JORNAL O REPÓRT ER</p>	<p><b>23/02</b></p>		<p>1</p>			<p>2</p>	
<p><b>AGEHAB chama população para regularizar moradia</b></p>	<p>O HOJE</p>	<p><b>22/03</b></p>		<p>1</p>				

AGEHAB divulga benefícios do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão	SITE NOTÍCIAS DE GOIÁS	21/03	2	1			
AGEHAB regulariza escrituras de 4 mil lotes	O Hoje	03/04		2			
AGEHAB inicia cadastro para regularizar moradias	Daqui	03/04		1			
AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba	SITE NOTÍCIAS DE GOIÁS	01/04		1			1
AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba	SITE CAFÉ DE NOTÍCIAS	01/04		1			1
Moradores do Curitiba começam a regularizar imóveis	JORNAL DAQUI	03/04	1	1		1	
Começa processo para escritura	OPOPULAR	03/04		1	2	1	
Início do Cadastramento Socioeconômico de Regularização Fundiária dos bairros Jardim Curitiba I, II, III e IV	www.acinorg.com.br	03/04		1			
AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba	SITE CAFÉ DE NOTÍCIAS <a href="http://www.cafednoticias.com.br">http://www.cafednoticias.com.br</a>	02/4		1			

<b>AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba</b>	DESTAK I NEWS	<b>02/4</b>		1			
<b>AGEHAB apresenta Programa Casa Legal no Jardim Curitiba</b>	NOTÍCIAS DE GOIÁS	<b>13/04</b>		1			
AGEHAB apresenta Programa Casa Legal no Jardim Curitiba	<a href="https://www.jusbrasil.com.br/home">https://www.jusbrasil.com.br/home</a>	<b>12/04</b>		1			
<b>Marconi anuncia obras para Região Noroeste durante Governo Itinerante</b>	FOLHA DE NOTÍCIAS	<b>18/4</b>					
<b>Perillo prioriza serviços e entrega de escrituras</b>	<a href="http://www.brasil247.com">http://www.brasil247.com</a>	<b>18/04</b>					
<b>Nota de esclarecimento AGEHAB</b>	DIÁRIO DA MANHÃ	<b>23/04</b>		1			
<b>Ministério das Cidades discute regularização fundiária em Goiás</b>	O HOJE	<b>14/6</b>		1			
<b>Acordo vai agilizar processo de regularização fundiária</b>	NOTÍCIAS DE GOIÁS	<b>14/6</b>		1			
<b>TJGO: Comitê discute regularização fundiária em Goiás</b>	<a href="http://iregistradores.org.br/">http://iregistradores.org.br/</a>	<b>14/06</b>	1				
<b>Jardim Curitiba recebe Toda Quinta tem Casa Legal na Feira</b>	GOIÁS AGORA	<b>11/07</b>		1			
<b>Escrituras entregues</b>	OPOPULAR	<b>17/7</b>		1			

<b>após 30 anos</b>							
A AGEHAB inaugurou o Centro de Informações do Programa Casa Legal no Jardim Curitiba II	TV Brasil Central Jornal TBC News 2ª Edição	18/7		1			
<b>Famílias assinam escrituras</b>	JORNAL DAQUI	17/9					
<b>Casa Legal leva dignidade a famílias goianas</b>	GOIÁS AGORA	19/9					
<b>AGEHAB promove Copa Casa Legal de Futebol</b>	GOIÁS AGORA	15/10		1			
<b>80 anos: Programas habitacionais contemplam Goiânia</b>	JORNAL O REPÓRTER	29/10		1			
<b>Famílias recebem escrituras</b>	OPOPULAR	24/10					
AGEHAB reclama de demora em escritura	OPOPULAR	28/12			1		
<b>TOTAL</b>			<b>05</b>	<b>25</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>04</b>

## ANEXO

### ANEXO A - Títulos das publicações coletadas e analisadas referentes análise de conteúdo da dissertação

1. AGEHAB faz reuniões no Jardim Curitiba e Madre Germana
2. AGEHAB apresenta projeto de regularização fundiária
3. Construção de moradias e entrega de escrituras marcam trabalho do Governo de Goiás na região metropolitana até 2014
4. AGEHAB chama população para regularizar moradia
5. AGEHAB divulga benefícios do Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão
6. AGEHAB regulariza escrituras de 4 mil lotes
7. AGEHAB inicia cadastro para regularizar moradias
8. AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba
9. AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba
10. Moradores do Curitiba começam a regularizar imóveis
11. Começa processo para escritura
12. Início do Cadastramento Socioeconômico de Regularização Fundiária dos bairros Jardim Curitiba I, II, III e IV
13. AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba
14. AGEHAB inicia regularização no Jardim Curitiba
15. AGEHAB apresenta Programa Casa Legal no Jardim Curitiba
16. AGEHAB apresenta Programa Casa Legal no Jardim Curitiba
17. Marconi anuncia obras para Região Noroeste durante Governo Itinerante
18. Perillo prioriza serviços e entrega de escrituras
19. Nota de esclarecimento AGEHAB
20. Ministério das Cidades discute regularização fundiária em Goiás
21. Acordo vai agilizar processo de regularização fundiária
22. TJGO: Comitê discute regularização fundiária em Goiás
23. Jardim Curitiba recebe Toda Quinta tem Casa Legal na Feira
24. Escrituras entregues após 30 anos
25. A AGEHAB inaugurou o Centro de Informações do Programa Casa Legal no Jardim Curitiba II
26. Famílias assinam escrituras
27. Casa Legal leva dignidade a famílias goianas
28. AGEHAB promove Copa Casa Legal de Futebol
29. 80 anos: Programas habitacionais contemplam Goiânia
30. Famílias recebem escrituras
31. AGEHAB reclama de demora em escritura